

Edilece Souza Couto



HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES: MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA



GRUPO TIRADENTES

Conselho de Administração

Jouberto Uchôa de Mendonça
Amélia Maria Cerqueira Uchôa
Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior
Luiz Alberto de Castro Falleiros
Mozart Neves Ramos

Superintendente Geral

Luciano Kliemaschewsk

Vice-Presidente Acadêmico

Temisson José dos Santos

Vice-Presidente de Relações Institucionais

Saumíneo da Silva Nascimento

Vice-Presidente Administrativo Financeiro

Herivelton Breitenbach

Diretora da Editora Universitária Tiradentes - Edunit

Cristiane de Magalhães Porto



UNIVERSIDADE TIRADENTES

Reitor

Jouberto Uchôa de Mendonça

Vice - Reitora

Amélia Maria Cerqueira Uchôa

Pró-Reitora de Graduação Presencial

Arleide Barreto

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Diego Menezes



EDITORA UNIVERSITÁRIA TIRADENTES

Diretora

Cristiane Porto

Produtor Gráfico

Igor Bento

Administrativo

Thalita Costa

Conselho Editorial

Ronaldo Nunes Linhares
Gabriela Maia Rebouças
Ricardo Luiz C. de Albuquerque Júnior



Edilece Souza Couto

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**



Aracaju-Sergipe

2021

Direitos autorais 2021

Direitos para essa edição cedidos à EDUNIT.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

A revisão deste livro é de inteira responsabilidade da autora desse conteúdo.

Editora Filiada à ABEU - Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Produção Editorial

Igor Bento

Fotos

Arquivo Pessoal da Autora

Editora Universitária Tiradentes

Av. Murilo Dantas, 300 Farolândia - Bloco F - Sala 11 - 1º andar

Aracaju - Sergipe CEP 49032-490

<http://www.editoratiradentes.com.br>

E-mail: editora@unit.br

Fone: (79) 3218-2138/2185

C871

Couto, Edilece Souza

História(s), festas e devoções: memórias de uma trajetória acadêmica / Edilece Souza Couto

- Aracaju/SE: EDUNIT, 2021.

136p. : il. : 22cm. 1ª Edição

Inclui bibliografia.

ISBN - 978-65-88303-04-7

1. História 2 Memórias 3. Educação I. Couto, Edilece Souza II. Título.

CDU: 82-94 / 370.152.2

SIB- Sistema Integrado de Bibliotecas

Aos meus alunos nessa
trajetória de 30 anos de ensino.

SUMÁRIO

Introdução	8
Parte 1 - História e festa ou História da Festa (1994-1999)	17
1 Especialização em História Regional	20
2 A Festa da Puxada do Mastro de São Sebastião	23
3 Festa, devoção e visões de mundo: o mestrado	24
4 Primeira experiência no ensino universitário.....	29
5 Viagem e festa: de Roma, às cidades medievais e ao Pálio de Siena ...	31
6 Viagem e primeiro congresso internacional	35
7 Defesa de mestrado e projeto de doutorado	37
8 Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR).....	38
9 Concurso na UFBA	39
Parte 2 - Medievalidade e religiosidade (2000-2004)	43
1 Início da docência na UFBA	44
2 Prêmio: reconhecimento da História Regional	52
3 Viagem: da França medieval ao Egito antigo	53
4 Festas, devoções e visões de mundo: o doutorado	55
5 Festa de Santa Bárbara e Iansã	57
6 Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia	59
7 Festas de Sant'Ana e Iemanjá	60
8 A festa nos eventos acadêmicos e culturais	62
9 Viagem à Turquia: encontro com o império bizantino	64
Parte 3 - Ensino e pesquisa:	
as religiões entre a atualidade e a medievalidade (2005-2009) ...	66
1 Viagem: Londres, Edimburgo, Praga e Berlim, das realezas medievais ao comunismo e ao capitalismo	69

2 Pós-Graduação e formação de professores	72
3 Grupo de pesquisa	76
4 Cristianismo e sociedade	77
5 GT História das Religiões e das Religiosidades	79
6 O retorno ao protagonismo da festa	80
7 Festa do Bonfim	81
Parte 4 - De ensino e pesquisa à gestão (2010-2015).....	84
1 Viagem aos países da África muçulmana: Marrocos e Tunísia	85
2 O universo católico das ordens religiosas	87
3 Primavera árabe	89
4 Coordenação de eventos acadêmicos	90
5 Experiência de gestão	91
6 Devoção e compromisso	93
7 Rede História e Catolicismo (RHC)	96
8 Preparação para uma nova etapa de pesquisa	97
Parte 5 - Ensino e projetos entre redes e conexões (2016-2020)	99
1 Viagem: Israel e Jordânia, a Terra Santa	100
2 Um ano na Cidade Canção	102
3 Plano de trabalho e atividades do Pós-Doc	103
4 Retorno às aulas e uma nova pesquisa	109
5 Supervisão de Pós-Doutorado	112
6 Viagem da Andaluzia aos Bálcãs	114
7 Linha de pesquisa e eventos acadêmicos na UFBA	119
8 Novos rumos e parcerias	120
Considerações finais	123
Referências	129

1 INTRODUÇÃO

Deves optar pelos riachos e não por entrar imediatamente no mar. O difícil deve ser atingido a partir do fácil.

(AQUINO apud LAUAND, 1998, p.303)

Leio a *Carta sobre o modo de estudar*, de Tomás de Aquino para o irmão dominicano João, para todas as minhas turmas de História Medieval. É uma forma de lembrar a mim e aos iniciantes na vida acadêmica do conselho de que não devemos pegar atalhos para chegar rapidamente ao conhecimento. Para Aquino, o saber não se resume ao conhecimento obtido pelo estudo, mas também pela experiência. O saber é para ser saboreado lentamente, experimentado, vivido. E *studium* significa aprimorar-se com amor. Digo aos alunos que a carreira acadêmica não deve ser feita de forma apressada por mais que o mercado de trabalho assim o exija. Então, é preciso navegar pelas águas calmas e seguir o curso, observar e vivenciar cada meandro do rio, até atingir o objetivo, chegar ao mar, alcançar o saber.

Começo o semestre de História Medieval I, discutindo os preconceitos sobre a Idade Média que, infelizmente, ainda pairam no meio acadêmico: trevas, obscurantismo, falta de higiene e a sinistra trindade – fome, peste e guerra. Procuro demonstrar que todas as épocas têm problemas, aspectos negativos. Para tudo que é considerado negativo, ouvimos expressões do tipo: é medieval, bárbaro, é a volta à Idade Média. Afirmo que não estamos tão distantes do medievo como gostaríamos, basta olhar a sujeira das cidades brasileiras, os constantes conflitos entre traficantes, milícias e polícia, as guerras entre diferentes países, a fome das nossas populações pobres e desassistidas e as epidemias de dengue, zika, chikungunya e febre amarela, trans-

mitidas pela picada de um mosquito, o *Aedes aegypti*. Quem diria que isso ia acontecer no século XXI? A primeira aula do ano, em 2 de março de 2020, começou com mais um dado, a pandemia do Coronavírus. As aulas foram suspensas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) no dia 18 de março. Recomendava-se manter afastamento das pessoas, lavar frequentemente as mãos ou usar álcool em gel quando não fosse possível utilizar água e sabão.

Usei o tempo do isolamento social, principalmente de março a julho, para ler, escrever artigos e o memorial para o concurso de professor titular e que deu origem a este livro. Eu estava atenta às indicações de leitura. Na Europa, o livro mais vendido no período foi *A peste*, de Albert Camus. Publicado em 1947, o autor trata da peste bubônica numa cidade da Argélia, discute o destino e a condição humana, pois a epidemia serve de metáfora para pensar também os horrores das guerras, uma vez que havia pouco tempo do fim da segunda guerra mundial.

Assim como em outras épocas e outras disseminações de doenças contagiosas, o recolhimento forçado para evitar o contágio nos leva à reflexão sobre a vida e a morte e à leitura ou releitura de obras clássicas da literatura ou livros de História que abordam esses temas. Revisitei e recomendei aos alunos a leitura de *Decameron*, de Boccaccio. O livro é uma coleção de cem novelas escritas entre 1348 e 1353. As histórias são contadas por um grupo de sete moças e três rapazes que se abrigaram em uma vila isolada de Florença para fugir da peste negra, que afligia a cidade. Indiquei também *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, livro escrito em 1320 e fundador da literatura em língua italiana. Traz um excelente panorama da civilização medieval e das angústias dos fiéis católicos diante do purgatório e do inferno.

Não reli integralmente esses livros em 2020, mas os temas abordados estão muito presentes na minha memória. Mas, voltei a ler Tomás de Aquino, principalmente a *Carta sobre o modo de estudar*. E me dei conta de que ela me acompanha há 20 anos. Eu a li pela primeira vez no início

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

da minha docência de História Medieval na UFBA e desde então tento colocar alguns dos conselhos de Aquino em prática. Eu não era medievalista, mas uma pesquisadora iniciante na História das Religiões e das Religiões, e sabia o tamanho da responsabilidade de assumir uma disciplina cuja vaga tinha sido ocupada por Waldir Freitas Oliveira e Cândido da Costa e Silva, dois estudiosos da História Medieval e da Igreja Católica.

Eu não poderia procurar atalhos, mas sim, continuar os estudos, me aprimorar com amor na área que tinha escolhido para lecionar. Entendi que era preciso que eu percorresse os meandros, enfrentasse os desafios, desenvolvesse a experiência e saboreasse os frutos do saber. Assim, aos poucos, construía uma pequena biblioteca de História Medieval, me dedicava aos estudos e à preparação das aulas e, nas férias, partia para a experiência, viajava para países que ainda tivessem cidades, monumentos da Antiguidade e da Idade Média.

A partir dessa ideia de saborear o saber, segui o conselho de Aquino e procurei fazer da minha carreira acadêmica oportunidade de estudo, ensino e pesquisa pautados na experiência, no sentido de usufruir do saber acumulado pelos que nos precederam e na vivência no que pessoalmente eu pudesse vivenciar e experimentar. Por isso, esse memorial está dividido em dois grandes eixos: 1. Ensino, pesquisa e extensão da História Medieval e da História das Religiões; 2. Experiência e vivência em viagens e festas e devoções.

A inspiração para o título do livro veio do CD *Amor, festa, devoção*, de Maria Bethânia, de 2010. As festas e as devoções fazem parte das minhas vivências. Minhas primeiras memórias da infância são de momentos festivos, das folias de reis que antecipavam o Natal e da véspera e dia 24 de junho, quando havia um rebuliço nas casas das fazendas com a preparação da fogueira, a ornamentação com bandeirolas e balões de papel de seda, e, no fogão à lenha, o cozimento do milho e do amendoim, além do tacho de cobre cheio de canjica. À noite, o som da sanfona, ao vivo ou por meio de uma vitrola com discos de Luiz Gonzaga, invadia a sala e todos dançavam forró enquanto saboreavam as comidas típicas e bebiam licor de jenipapo.

A partir dos cinco anos e morando em Ipiaú-BA, me encantei com São Roque, o padroeiro da cidade, que, no meu imaginário infantil, era um santo amigo que gostava de cachorro. Sua festa, em 16 de agosto, era uma alegria. Ainda se soltavam imensos balões depois da novena. Foi na praça, num palco montado em frente à igreja que assisti ao primeiro show. Nos braços do meu pai, Isaac José Couto, vi e ouvi Luiz Gonzaga, cantando as músicas do sertão, vestido com gibão e chapéu de couro.

Porém, nem tudo é alegria no catolicismo. Eu participava também das encenações da paixão de Cristo na Semana Santa. Como não se identificar e se emocionar com o sofrimento do filho do deus cristão? Em várias ocasiões representei Maria, apesar de desejar ser Maria Madalena com sua bela túnica púrpura. Para mim o ápice da procissão era o momento do canto em latim da Verônica, impecavelmente entoado pela minha amiga e colega Marilene Macêdo, Mari. As festas e procissões me aproximavam do sagrado, da devoção aos santos e do catolicismo.

Ainda sobre o título deste livro, substituí amor, do CD de Bethânia, por História(s) a fim de me reportar à História, área de estudo e pesquisa, e às histórias vivenciadas. Ao escrever o prefácio do livro *Apologia da história*, de Marc Bloch, o também medievalista Jacques Le Goff defende que o historiador não deve ser um burocrata sedentário, e sim, um andarilho, fiel ao dever de ofício de exploração e aventura. Sempre fui andarilha. Para estudar História, morei em quatro cidades, além daquela onde nasci.

Na falta de um arquivo e em busca de fontes, andei pelas redações de jornais, sacristias, casas dos festeiros e participantes/deponentes, ruas, praças, mercados e praias por onde tivesse passado um cortejo ou existisse um nicho e uma imagem de santo, uma representação de um deus ou acontecesse a incorporação de uma entidade. O espírito aventureiro de exploração e pela História também me levou a muitos países, cidades e sítios arqueológicos e eu quis recordar e relatar algumas dessas aventuras.

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Ser professora foi uma escolha. Ainda em Ipiaú-BA, nos dois últimos anos do ensino médio, entre os 16 e 17 anos, fiz o curso de magistério e a aprendizagem das normas e técnicas para o exercício da profissão continua presente na minha atuação no ensino universitário. Sempre me recusei a encarar o magistério como sacerdócio (ideia que remete às discussões sobre saber, ciência e ensino na Idade Média) e desde o primeiro ano de atuação profissional na Rede Municipal de Ensino de Ilhéus me engajei na luta sindical por melhores condições de trabalho e salário. A luta pela educação pública é árdua, porém, suavizada se há amor pelo trabalho em sala de aula e pelos alunos. O ensino sempre ocupou lugar de destaque na minha formação e atuação. Antes de me tornar pesquisadora, me tornei professora. E os títulos acadêmicos vieram como resultado da busca pelo aprimoramento da função de ensinar.

Entre 1989 e 1993, fiz o curso de Estudos Sociais com licenciatura em História na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Queria aprofundar os estudos, conhecer as experiências de civilizações antigas, para lecionar História. Embalada pelos filmes de Indiana Jones eu sonhava em ser arqueóloga, queria conhecer a Grécia, o Egito, a Mesopotâmia, Bizâncio, a cidade perdida de Petra, Jerusalém, Roma e outras cidades do mundo antigo e medieval. A arqueologia era um sonho distante assim como viajar para conhecer todos esses lugares. Porém, eu podia viajar nos livros e nas experiências dos homens e mulheres do passado, era algo possível ao cursar História.

A aprendiz de historiadora também passou a se interessar pela História da Bahia e da Região Cacaueira, disciplina ministrada pelo Prof. Carlos Roberto Arléo Barbosa. Arléo é um grande contador de histórias e eu ficava encantada com seus relatos sobre a vida cotidiana na cidade de São Jorge dos Ilhéus do início do século XX, dos coronéis do cacau, dos cabarés, da construção dos palacetes, do movimento do porto, das festas etc. Nessas aulas, aprendi o valor da oralidade, dos relatos de experiências e da memória. Além disso, História e Literatura se entrelaçavam. Eu lia os livros

de Jorge Amado e Euclides Neto, ambientados nas cidades e nas fazendas de cacau e reconhecia em seus personagens muitos homens e mulheres que eu conhecia da riqueza e miséria que envolvia o cultivo do cacau e do beneficiamento dos “frutos de ouro”, como o cacau foi apelidado na região.

No segundo ano de faculdade, em 1990, fiz dois concursos para o magistério nas redes estadual e municipal. Fui aprovada em ambos, mas a minha primeira experiência docente foi na rede municipal. No mês de setembro daquele ano assumi as aulas de alfabetização na zona rural, no distrito de Castelo Novo, há cerca de 30 km de Ilhéus. Até o fim do ano minha rotina era acordar às 5h, preparar a marmita, pegar o ônibus para a UESC (localizada à beira da rodovia entre Ilhéus e Itabuna), assistir às aulas até o meio dia, voltar para o terminal rodoviário de Ilhéus, percorrer de ônibus a maior parte do trajeto pela BA262 e mais alguns quilômetros em estrada de chão. A escola tinha duas salas, a que eu e meus alunos ocupávamos no árduo aprendizado da leitura e da escrita e a outra multissérie. Eu seria a terceira professora que a turma teria naquele ano. Os desafios eram imensos para uma jovem que acabara de completar 20 anos.

Dessa forma, eu passava meus dias entre o estudo da História Medieval, dentre outras disciplinas, a experiência do ofício de educar e o convívio com crianças e pais, trabalhadores rurais, que, apesar da dureza da labuta diária com o cacau, agradavam a professora com as doces frutas (cacau, banana, laranja, jaca, mamão etc.) que produziam nos seus roçados. Lembro-me especialmente do dia 27 de setembro de 1990. Não consegui dar aula. Ao descer do ônibus, fui cercada pelos alunos, eufóricos, me convidando para comer caruru com eles. Era dia de festejar São Cosme e São Damião, dia de *erê*, criança na tradição iorubá. Larguei a marmita e segui os alunos. Numa casa em frente à escola, uma mulher, da janela, jogava balas, “queimados”, que meninos e meninas corriam e pulavam para apanhar. Dentro da casa, as palmas, os vivas e a cantoria anunciavam o banquete de comida afro-brasileira. E assim, entre o estudo da História, o trabalho

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

no ensino fundamental e a vivência das festas e devoções, morei seis anos em Ilhéus.

A História é a ciência do tempo e o historiador vive fazendo recortes temporais para pesquisar. A memória também lida com o tempo, mas, de recortes e reconstruções mais livres de regras e método. O historiador trabalha muito mais com as memórias coletivas do que as individuais. Nesse ponto está a minha maior dificuldade para escrever o memorial da minha trajetória acadêmica. O que lembrar e registrar? De que forma? Escrevi um memorial quando fiz o concurso da UFBA, pois, era uma das exigências do edital e havia arguição pública dele. Por isso, apesar de fazer algumas referências às primeiras experiências no ensino fundamental e no ensino médio ao mesmo tempo em que fazia a graduação em História, optei por iniciar o recorte temporal para este memorial em 1994, quando realizava um curso de especialização e dava início ao ensino na universidade. E, na condição de historiadora, eu não poderia deixar de observar o tempo, fazer recortes nesse longo período de trabalho docente, 30 anos na sua totalidade, sendo 25 deles dedicados ao ensino universitário e 20 na UFBA.

Dessa forma, a primeira parte tem o recorte de 1994 a 1999, período de preparação para o ensino universitário, com Especialização em História Regional, numa parceria entre a Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e a UESC (nessa última também realizei a Graduação em História) e Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Assis-SP. Nos anos de 1996 e 1997 comecei a dar aulas, na condição de professora substituta, de História Medieval e Introdução aos Estudos Históricos, na UCSAL, e História da Cultura, na UFBA. Era a primeira experiência no ensino universitário. O ano de 1999 marca o início do Doutorado em História também na UNESP, a fundação da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) – da qual sou membro fundador e a aprovação no concurso para História Medieval na UFBA.

A segunda parte compreende o período entre 2000 e 2004, marcado pela posse no Departamento de História, o ensino de His-

tória Medieval, História da Cultura, e Cultura Baiana. O tempo era curto para me dedicar à preparação dos cursos e aulas, realizar a pesquisa sobre as festas religiosas nos diferentes arquivos de Salvador, apresentar os resultados das pesquisas nos eventos, sobretudo da ABHR, e escrever a tese, defendida no inverno de 2004.

A terceira parte se estende de 2005 a 2009, com ênfase no ensino e na pesquisa. Tornei-me membro do quadro docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e passei a ter uma nova experiência: as orientações de mestrado e doutorado, acompanhando pesquisas sobre religião e cultura. Esse trabalho me exigiu o mergulho nos estudos da História da Bahia, principalmente sobre as vivências e práticas religiosas de suas diferentes regiões.

Na quarta parte, de 2010 a 2015, além do ensino e da pesquisa, faço referência às atividades de extensão e administração. Participei da comissão organizadora de três eventos acadêmicos de estudos inquisitoriais e do V Encontro do GT de História das Religiões e das Religiosidades. Eles foram importantes para o aprendizado da organização e gestão de recursos e ricos em troca de experiência com pesquisadores nacionais e estrangeiros. Entre 2012 e 2014, fui coordenadora do PPGH juntamente com a Profa. Dra. Maria Hilda Paraíso.

Por último, na quinta parte, entre 2016 e 2020, dou destaque para o pós-doutorado e o desenvolvimento de novas pesquisas e parcerias. Entre julho de 2016 e junho de 2017 realizei o estágio de pós-doc na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná, supervisionado pela Profa. Dra. Solange Ramos de Andrade, coordenadora do GT História das Religiões e das Religiosidades, da Associação Nacional dos Professores Universitários em História (ANPUH) e do Laboratório de Estudos de Religiões e Religiosidades (LERR/UEM), onde desenvolvi a pesquisa “Mapeamento das Associações Leigas na Bahia Republicana”. Trata-se de um redirecionamento das minhas pesquisas sobre festas religiosas. Além da observação e análise das práticas espontâneas dos fiéis, meu olhar está direcionado também para as instituições, as formas de organização e funcionamento das devoções

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

e associações leigas: irmandades, confrarias e ordens terceiras, as relações de poder entre esses grupos e a Igreja Católica.

O relato dessas experiências de ensino, pesquisa, extensão e administração está permeado das minhas vivências de viagens, aliando o conhecimento adquirido, por meio das leituras, às visitas aos museus e sítios arqueológicos. É a minha forma de me conectar ao passado antigo e medieval, procurando sempre saborear lentamente, experimentar e viver para chegar ao conhecimento.

PARTE 1 - HISTÓRIA E FESTA OU HISTÓRIA DA FESTA (1994-1999)

Cheguei em Salvador, para morar, em fevereiro de 1994. A cidade fervilhava de festa, Carnaval, *samba-reggae* e *axé music*. Era um tempo de alegria coletiva e, ao mesmo tempo, para mim, de incerteza, angústia e descobertas. O que fazer após o término da graduação? A única certeza era de que eu queria continuar os estudos. Como a UESC ainda não tinha cursos de pós-graduação, a convite do meu irmão, Edvaldo Couto, àquela altura professor do Departamento de Filosofia da UFBA, vim para a capital. Sem saber direito que rumo tomar, entre abandonar a profissão (por cansaço acumulado em quatro anos lecionando em dois turnos e cursando História em outro) e realizar um mestrado, analisava as poucas possibilidades de abrir um negócio e realizava disciplinas, como aluna especial, nos programas de pós-graduação em História, Educação e Artes da UFBA. O trânsito entre as diferentes áreas demonstra as minhas dúvidas.

As tentativas de mudar de profissão não surtiam efeito. Eu não tinha muita iniciativa para desenvolver atividades comerciais e desistia assim que surgiam as primeiras dificuldades. Talvez tenha me faltado empenho para abandonar o magistério. Embora não fosse um caminho fácil, eu não media esforços para seguir em frente nos estudos e nas tentativas de emprego na área da educação. O maior entrave era a falta do diploma de graduação, pois, o curso da UESC ainda estava em processo de reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC), e eu só tinha o histórico escolar e o certificado de conclusão, que não eram documentos válidos para seleções e concursos públicos.

Enquanto não obtinha uma atividade profissional, eu me dedicava ao aperfeiçoamento dos meus estudos da História. Nos anos de 1990, a historiografia brasileira tinha uma forte influência da his-

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

toriografia francesa e os cursos de História (graduação e pós-graduação) das universidades brasileiras se abriam para os novos problemas, novas abordagens e novos objetos, parafraseando a edição *Faire de l'Histoire* (Fazer História, tradução nossa), dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, cujos temas e questões foram propostos pelos historiadores franceses da escola dos Annales. Desse modo, as disciplinas que eu cursava e as leituras que fazia eram pautadas na História das Mentalidades ou da Nova História Cultural e tratavam de temas como mitos, ritos, feitiçaria, religiões, corpo, mulher, leituras, cinema, culinária, festa, morte etc.

Era com esse referencial que eu estudava a História da Bahia, ou melhor, de Salvador e do Recôncavo, tão diferente da História da região cacaueteira. Nesse processo de entender essas outras partes da Bahia, dois livros de História foram fundamentais: *Bahia, século XIX*, de Kátia Mattoso e *A morte é uma festa*, de João José Reis. A tese de Estado defendida por Mattoso e publicada em livro é um trabalho monumental, elaborado em trinta anos de pesquisa na e sobre a Bahia, centrado no oitocentos, quando a Bahia era uma província do Império, mas com recuos ao período colonial, portanto, na longa duração braudeliana. Um livro dividido em sete partes e que trata das influências climáticas e da geografia; demografia; família; do Estado e dos poderes; da Igreja Católica e religiões concorrentes; das atividades produtivas; hierarquias sociais, trabalho, riqueza e pobreza.

Enquanto o livro de Mattoso discute assuntos diversos da Bahia oitocentista, o de João Reis trata de um tema específico: a morte. Porém, como historiador do social e da escravidão, o autor analisa os ritos fúnebres, as práticas religiosas e as atitudes diante da morte a partir de uma revolta, a cemiterada, ocorrida em 1836 na cidade do Salvador, quando os fiéis católicos, sobretudo aqueles reunidos nas irmandades e ordens terceiras, inconformados com os ideais de modernidade e civilização adotados pelas autoridades civis e eclesiásticas que promoviam mudanças dos costumes, especialmente nos enterramentos que deveriam acontecer fora das igrejas e dis-

tantes dos espaços sagrados, resolveram destruir o novo cemitério, o Campo Santo. Reis comenta que, a partir da Nova História, chamada de Mentalidades ou da Cultura, não havia mais temas tabus na historiografia, o que lhe possibilitou escrever sobre as atitudes diante da morte.

Os dois livros, citados acima, tornaram-se referências bibliográficas importantes sobre a Bahia oitocentista e inspiração para novos historiadores. Para a iniciante na pesquisa histórica, vinda do Sul da Bahia, e influenciada pela aproximação da Nova História com a Literatura, essas leituras da historiografia se juntaram a duas obras sobre cultura e religião em Salvador, ambas publicadas na década de 1940, de um literato, Jorge Amado, e um cronista, João da Silva Campos, dois velhos conhecidos do meu período ilheense de moradia e graduação, afinal eu li todos os romances de Amado da fase do cacau e a *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, de Silva Campos, referência obrigatória da disciplina História da Bahia e da Região Cacaueira por trazer relatos dos aspectos sociais, políticos e econômicos do período colonial ao século XX.

O livro *Bahia de todos os santos*, de Jorge Amado, é um roteiro da vida cultural de Salvador ou, como o subtítulo indica, um “guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador”. Nele, o escritor traz informações e relatos da tradição oral de acontecimentos e personalidades das ruas, igrejas e terreiros de candomblé. Por sua vez, o livro *Procissões tradicionais da Bahia*, de Silva Campos, foi uma publicação póstuma de 1941 realizada pelo Museu da Bahia. Contém crônicas sobre as procissões extintas (treze) e as que eram atuais (dezessete) durante a vida do autor (1880-1940). Silva Campos foi engenheiro, cronista, observador-participante das festas da capital e pesquisador dos documentos dos arquivos baianos. Em 2001, o Conselho Estadual de Cultura, por intermédio do historiador Waldir Freitas Oliveira, promoveu a edição do texto em livro, em comemoração aos 120 anos do nascimento de Silva Campos.

Desse modo, essas leituras me levavam ao conhecimento da História da Bahia e me guiavam pelas ruas e becos de antigas fre-

guesias, distritos e arrabaldes da cidade colonial e imperial, transformados em bairros no século XX. Além disso, as descrições minuciosas dos lugares de culto e das práticas religiosas do catolicismo e do candomblé me incentivavam a visitar igrejas e terreiros e a fazer os percursos das procissões e festas.

1 Especialização em história regional

Em 1994, tomei duas decisões que definiriam minha carreira profissional. Iria fazer uma especialização e a seleção de mestrado no final do ano. Ou seja, em seis meses morando em Salvador, eu tinha abandonado o plano de mudar de profissão. A UESC, em convênio com a UCSAL, abriu um curso de Especialização em História Regional, que funcionaria por módulos nos meses de julho e janeiro. Nas disciplinas teóricas, li muito sobre a Nova História Cultural e sobre os temas que mais me interessavam, como prostituição, cidade, morte e festa e sobre o conceito de representação de Roger Chartier.

Era preciso escolher um tema para escrever o projeto e a monografia sobre a região cacauzeira. Pensava em pesquisar sobre a vida cotidiana dos trabalhadores do cacau ou a prostituição em Ilhéus por intermédio da literatura de Jorge Amado. Em conversas com meu irmão, Edvaldo Couto, ele me sugeriu pesquisar a Festa da Puxada do Mastro de São Sebastião. Aceitei a sugestão, animada por estudar cultura e religião, mas, ao mesmo tempo, assustada diante do desafio de pesquisar um tema que ainda não fazia parte da historiografia brasileira.

A Puxada do Mastro de São Sebastião é uma festa católica com elementos da tradição indígena que acontece em Olivença, distrito de Ilhéus-BA. Não se sabe exatamente quando ocorreu a primeira celebração, provavelmente, no século XVIII, quando foi organizado um aldeamento pelos jesuítas. Tudo leva a crer que os padres cris-

tianizaram uma competição, chamada Corrida de Toras, realizada pelos índios. Isso era tudo que eu sabia da festa, da qual eu havia participado algumas vezes. Comecei, então, uma busca incessante pelas fontes nas bibliotecas e nos arquivos de Salvador.

Descobri que os primeiros registros da festa foram feitos pelos viajantes estrangeiros que visitaram a região sul da Bahia no século XIX. Do mesmo período, também, localizei os recenseamentos, os ofícios e as atas da Câmara de Olivença e a correspondência dos padres com a arquidiocese de Salvador, documentação do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA). Portanto, aí começa o meu recorte temporal e a discussão sobre as transformações e permanências da festividade que chega ao século XX. Utilizei os aportes da História Oral como método e os jornais locais como fontes.

A coleta de fontes foi um trabalho árduo por dois motivos: no curso de Licenciatura em História não havia iniciação científica; Ilhéus não tinha arquivo histórico. Enquanto os alunos da especialização iniciavam suas pesquisas, a professora Janete Ruiz de Macedo começava a organização do CEDOC, um centro de documentação com coleta, classificação e organização de um arquivo sobre a região cacauzeira na UESC.

Também não tínhamos uma disciplina de História das Religiões, área ao qual o meu tema se vinculava. Como ainda acontece em muitos cursos de graduação em História, as disciplinas abordam as estruturas sociais, econômicas e políticas. As discussões sobre as religiões são incluídas apenas se o professor tiver interesse na área. A professora Janete Macedo, com quem fiz algumas disciplinas, como Introdução aos Estudos Históricos, História Antiga II e História Moderna I, fazia as discussões sobre a religião grega, sobre a reforma protestante e a reforma tridentina da Igreja católica. Além dessas disciplinas, em História Medieval, a professora Djaneide Argolo incluía os debates sobre a Igreja Católica. Assim, meus conhecimentos estavam, praticamente, centrados no universo religioso cristão.

Nesses primeiros passos na pesquisa histórica, contei com a preciosa orientação da professora Marli Geralda Teixeira, especia-

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

lista na História do Protestantismo. Ela me mostrou o caminho a percorrer em busca da documentação e os principais referenciais teóricos e as novas abordagens sobre religiões, na disciplina Seminários sobre temas selecionados em Historiografia e nos encontros de orientação. Dessa forma, tive acesso às produções francesas dos anos de 1970 em diante que tratavam da festa como objeto historiográfico, especialmente Michel Vovelle e Mona Ozouf.

Na década de 1990, começavam a chegar ao Brasil os primeiros trabalhos historiográficos sobre festas em língua portuguesa, como o livro *Festa*, organizado por Maria Helena Santos, com textos que foram apresentados em um congresso em Portugal. Alguns historiadores brasileiros participaram do evento e da coletânea. No Brasil, o primeiro trabalho a abrir portas para as pesquisas sobre o tema foi o livro *Festas e utopias no Brasil colonial*, de Mary Del Priore, publicado em 1994. Enquanto eu escrevia a monografia e, em 1996, a dissertação de mestrado, Martha Abreu escrevia a tese de doutorado *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*, defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1996 e publicada em livro, com o mesmo título, em 1999.

Os folcloristas, cronistas e viajantes do século XIX até meados do século XX foram fontes fundamentais para a minha pesquisa. Entretanto, os livros sobre folclore, as crônicas e os relatos de viagens são essencialmente descritivos. Os folcloristas tinham como objetivo informar, divulgar e preservar as culturas dos antepassados, porém viam as manifestações religiosas e culturais de forma estática e atemporal, enquanto os cronistas e viajantes eram observadores participantes que, por meio da escrita deixavam suas impressões e visões de mundo, muitas vezes permeadas de preconceitos.

Portanto, era imprescindível fazer essas leituras, encarar esses materiais como fontes históricas e me aproximar dos métodos da Antropologia, principalmente, a observação participante, e da História Oral para ouvir os organizadores e participantes da festa, gravasse e transcrevesse seus depoimentos. Nessa empreitada metodológica, fui

auxiliada pelas obras *A interpretação das culturas*, de Glifford Geertz, *A voz do passado*, de Paul Thompson, e *Usos & abusos da história oral*, organizado por Marieta de Moraes Ferreira. Munida desses referenciais, fui a campo nas festas de janeiro de 1995 e 1996.

2 A Festa da Puxada do Mastro de São Sebastião

Anualmente, no segundo domingo de janeiro, os moradores de Olivença (distrito e balneário, situado há 18 km ao sul de Ilhéus-BA) acordam durante a madrugada, fazem uma alvorada, assistem à celebração de uma missa na Igreja de Nossa Senhora da Escada, tomam mingau e dirigem-se à mata. Escolhem duas árvores, uma de grande porte e outra pequena, realizam rituais, com canto e dança, em torno delas, para “acordá-las”, ou seja, pedem licença para cortá-las, sacrificá-las para o sagrado. Após a derrubada das árvores, é preciso descascá-las, tirar-lhes os galhos e fazer as proas nas quais serão inseridas as cordas. É hora da puxada. Os adultos, com a ajuda de pequenas toras atravessadas no caminho para facilitar o deslize da madeira, puxam o mastro grande. E as crianças, como forma de iniciação, puxam o mastaréu, o mastro pequeno.

Normalmente, por volta do meio-dia, os mastros chegam à beira da praia. Há uma parada para o almoço, geralmente uma feijoada. Após um breve descanso, regado à cerveja e cachaça, cantos e brincadeiras, o cortejo é retomado. Momento de fé, devoção, diversão e sensualidade. Ternos de reis e pagadores de promessa, com suas bandeiras e cantos, fazem parte da caminhada. A água do mar facilita a puxada, refresca e reanima os corpos cansados. Ao som dos versos “Ajuê Dão! / Ajuê Dão, Dão! / Puxa, puxa, leva, leva / o mastro de São Sebastião”, ou o pau de Bastião, quando os ânimos estão mais exaltados e os fiéis/participantes estão mais propícios à sensualidade e a uma maior intimidade com o santo. Muitos aproveitam esse clima para sentar-se no pau sagrado, pois crêem que terão mais sorte e sucesso no amor e nas relações sexuais.

No final da tarde, com música, dança, gritos, vivas e estouros de foguetes, o cortejo sobe a ladeira de Batuba, que dá acesso à praça principal e à igreja de Olivença. Os dois mastros são depositados na base do antigo mastro de São Sebastião, erguido no ano anterior. E a festa de largo invade a madrugada. No dia 20 de janeiro, dia consagrado ao mártir, a madeira principal é recortada e são confeccionados e erguidos o novo mastro e a bandeira com a imagem pintada do santo. O mastro retirado é guardado para fazer a fogueira junina como forma de dar-lhe um fim também sagrado.

3 Festa, devoção e visões de mundo: o mestrado

Apesar do trabalho adiantado de coleta e análise das fontes escritas, da realização das entrevistas com os participantes da Puxada do Mastro e da escrita da monografia, muitas vezes ouvi de historiadores que não valia a pena investir naquele projeto, pois a festa era local, estava descaracterizada, não tinha relevância para a História, e que, no máximo, eu faria um trabalho de folclore. Ainda bem que esse não era o pensamento dos membros da banca examinadora da seleção de mestrado da UNESP, *campus* de Assis-SP, onde eu concorreria a uma vaga em novembro de 1995, na linha de pesquisa Religiões e História das Mentalidades.

Passada a tensão e aprovação na prova escrita, segunda fase (a primeira era a análise dos projetos), na entrevista, terceira e última fase, conheci o Prof. Dr. Eduardo Basto de Albuquerque, especialista em História das Religiões e o primeiro da lista tríplice que eu havia indicado para a orientação. A acolhida do tema foi muito boa e sai daquela entrevista animada, convencida de que, mesmo que não fosse aprovada, eu poderia investir na pesquisa e com novas indicações bibliográficas. Fui aprovada e desisti de me submeter ao desgaste de outro processo seletivo, o do PPGH/UFBA, para o qual

estava inscrita e que seria realizado no mês de dezembro. Assim, no dia marcado para a entrevista, fui a Faculdade de Filosofia, em São Lázaro, comunicar à banca o motivo da minha desistência.

Comecei o mestrado em 1996. A orientação e as leituras me mostravam que eu não poderia estudar a festa pela festa, para não cair no risco de escrever um trabalho que fosse jornalístico ou de base folclórica. Então, o meu desafio enquanto historiadora era usar a narrativa, mas identificar e analisar as transformações e permanências da festa dentro de um contexto específico, porém, relacionado às mudanças políticas, sociais, econômicas, religiosas e culturais do espaço em que a festividade acontecia, no caso, Olivença. E ainda fazer a relação entre aquela comunidade com um contexto mais amplo da Bahia, do Brasil e do catolicismo.

Segui as pistas de Clifford Geertz, no livro *A interpretação das culturas*, que entende a cultura como uma teia de significados, procurei identificar e analisar os significados da Puxada do Mastro para a população de Olivença, participantes e cronistas no decorrer do tempo e suas transformações. O autor defende que toda descrição é uma ficção, uma construção, a partir dos filtros da memória e do que se quer revelar. Portanto, nem um nativo fala da sua cultura como realmente é, pois, também constrói sua própria narrativa.

A construção de diferentes memórias da festa ficou evidente na realização das entrevistas. Cada entrevistado tinha um olhar próprio sobre a festividade. Os seis depoentes nasceram entre 1894 a 1930. Geralmente, valorizavam mais as festas dos anos 1940/1950, das quais participaram na adolescência e juventude, enfatizando as práticas religiosas e a sociabilidade. Um depoente destacou os versos criados e reelaborados a cada ano, alguns deram ênfase aos encontros com familiares que vinham das fazendas ou outras vilas e cidades, os namoros iniciados durante o cortejo, os que tinham ascendência indígena falavam das tradições de seu povo, reforçando a origem indígena da festa e outros, trataram mais da organização da celebração. Por sua vez, os mais novos organizadores e participan-

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

tes, em entrevistas ou conversas informais, cujo conteúdo era anotado no caderno de campo, falavam dos festejos dos anos de 1990 e do uso deles como atração turística.

Uma das questões mais frequentes durante essa nova fase da pesquisa era se a festa seria sagrada ou profana. Por sugestão do meu orientador, comecei a ler várias obras sobre festas e aqui destaco os três teóricos que mais me influenciaram: Michel Vovelle, que eu já tinha lido, Mircea Eliade e Mikhail Bakhtin. Também foi o professor Eduardo Albuquerque, grande conhecedor do acervo da Biblioteca da UNESP/Assis, quem me apresentou o livro *Roteiro da vida e da morte*, de Cândido da Costa e Silva. Ele me disse que eu precisava conhecer melhor a produção historiográfica da e sobre a Bahia e que eu poderia começar as leituras sobre História das Religiões pela obra do meu conterrâneo. Embora não trate de festa, o professor Cândido é a maior referência em catolicismo na Bahia e pesquisou sobre o catolicismo vivenciado no sertão.

Com Vovelle aprendi que toda festa é um *continuum* de mutações com constantes retiradas e inclusão de novos elementos. Portanto, assim como a História, as sociedades e as populações, as celebrações não são imunes ao tempo e não são estáticas. Apesar de serem eventos anuais, se modificam e existem enquanto imprimem sentidos e significados para aqueles que as preparam e realizam. O autor também foi o maior defensor da festa como objeto historiográfico, ao afirmar que ela seria um maravilhoso campo de observação para o historiador, pois é o momento em que um grupo ou uma coletividade projeta simbolicamente suas representações de mundo, e até filtra as suas tensões. Há quem duvide disso, como o historiador brasileiro Ronaldo Vainfas, que mesmo ao escrever para uma coletânea intitulada *Festa*, chamou o francês de exagerado.

Vale ressaltar que o interesse de Vovelle pelo estudo das festas surgiu na observação das tentativas, por parte dos franceses, de reviver os eventos do passado, desejosos de buscar suas tradições, origens e recriá-las como atração turística. Assim, por intermédio dos documentos escritos, o historiador descreve, narra e analisa

acontecimentos passados, afinal as maneiras de festejar elaboradas a partir do século XVIII terminaram no século XIX.

Entretanto, os historiadores brasileiros têm a oportunidade de realizar pesquisa de campo, entrevistas e observação participante porque muitos dos festejos iniciados no período colonial ainda são realizados anualmente por comunidades orgulhosas da manutenção dos seus costumes e suas práticas religiosas, nos quais imprimiram suas marcas identitárias. Dessa forma, por meio do estudo da Puxada do Mastro, pude identificar e analisar as representações culturais e religiosas dos moradores de Olivença, assim como suas tensões com a Igreja Católica e seus conflitos com os representantes do poder público, dentro da perspectiva da História recente, uma vez que a festa até os dias atuais nunca deixou de ser realizada.

As leituras das obras de Mircea Eliade fizeram parte da descoberta da área da História das Religiões. Seus escritos sobre mitos, ritos, festas e suas discussões dos conceitos de sagrado e profano foram fundamentais para a inserção da minha pesquisa de mestrado e das posteriores nos estudos das religiões e religiosidades. Ali se delineava uma opção pela pesquisa das práticas e vivências dos leigos para chegar à compreensão das instituições religiosas e não o contrário. Meu interesse estava voltado, em primeiro lugar, pelas festas e devoções dos fiéis comuns, e, só depois, pelas ordens religiosas, pelo clero secular e pela instituição, a Igreja Católica.

Por mais que atualmente não haja uma boa aceitação de Mircea Eliade por muitos historiadores das religiões, ele foi e ainda é uma referência importante na minha formação e na minha produção acadêmica. Eliade afirma a existência de uma oposição entre o sagrado e o profano, segundo ele, as duas modalidades de experiência no mundo. O autor afirma a existência de hierofanias, definidas por ele como manifestações das realidades sagradas, ou seja, a manifestação do sagrado em um objeto, uma árvore ou pedra etc., que pode ocorrer em qualquer forma de crença. Dessa forma, para o homem religioso das sociedades arcaicas, o sagrado equivale ao poder e à

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

realidade. Em oposição a essa potência sagrada está a totalidade da vida, o profano, na experiência do homem sem sentimento religioso.

Em relação ao espaço, Eliade discorre sobre o seu uso para os rituais e as festas. Aqui também apresenta uma oposição entre o profano, o espaço caótico, e o sagrado marcado por um limiar, a porta do templo, por exemplo. Uma leitura desatenta pode levar o leitor à conclusão de que as festas só são religiosas, sagradas, quando limitadas às paredes de uma igreja e que os ritos e práticas exteriores são profanos. Porém, não é essa oposição radical que é defendida por Eliade. É preciso estar atento a outro conceito importante da sua obra, a sacralização.

A tese de Eliade é de que o homem religioso sente a necessidade de fundar o mundo por intermédio de uma hierofania, de uma manifestação sagrada. Portanto, mesmo os espaços das experiências cotidianas e profanas podem ser sacralizados, tornando-se lugares privilegiados e, mesmo que momentâneos, de orientação do mundo. Assim, as ruas, as estradas, os caminhos, os mercados e as praias, tidos como profanos, podem receber símbolos e ritos ou representações das crenças. Colocar uma imagem, escultura e/ou objetos rituais de uma divindade naquele espaço é uma forma de sacralizá-lo.

Para entender essa relação entre o sagrado e o profano e a dificuldade de definir as fronteiras entre essas duas categorias, encontrei respaldo em Mikhail Bakhtin, em sua obra *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Com base na literatura de François Rabelais, o crítico literário russo se dedicou à análise do riso, do cômico, da festa, do banquete e das imagens grotescas do corpo nas praças públicas durante os festejos religiosos e carnavalescos na Europa entre o medievo e o renascimento. Para Bakhtin, as festas religiosas, mesmo com as rígidas regras e interdições da Igreja Católica medieval, possuíam aspectos cômicos e públicos. Assim, a seriedade e o riso andavam paralelos.

Para Bakhtin, o clero, dentre ele os teólogos, se permitia vivenciar alegres distrações, repousando da gravidade na escrita dos tratados paródicos e obras cômicas, como o riso de Natal e o riso pascal, e na realização dos jogos monacais, como a festa dos tolos. Isso faz com que as

festas religiosas não estejam completamente dissociadas do Carnaval, afinal ele acontece nos últimos dias que precede a quaresma.

Bakhtin defende que as festividades (qualquer que seja o seu tipo) são formas marcantes da civilização humana e, portanto, não devem ser explicadas pelas finalidades do trabalho coletivo e, muito menos, como necessidade biológica de parada ou suspensão das atividades cotidianas para o descanso. As festas possuem um sentido profundo, exprimiram uma concepção de mundo. Além disso, elas têm uma relação marcada com tempo, que pode ser natural (cósmico), biológico ou histórico. Nesse último, estão as crises da vida da natureza, da sociedade e do homem, sendo que a alternância e a renovação se constituem como seus aspectos mais marcantes.

Dessa forma, Eliade, Vovelle e Bakhtin me ofereciam os suportes teóricos para fazer da Puxada do Mastro de São Sebastião um objeto histórico, com significado religioso e cultural para a comunidade de Olivença. Para analisar as permanências e transformações da festa na longa duração, séculos XIX e XX, era preciso identificar as mudanças no contexto histórico daquele povoado que foi aldeamento jesuítico no século XVIII, vila no XIX e distrito de Ilhéus a partir do século XX. Nessas diferentes temporalidades, a homenagem ao mártir cristão teve diversos significados, desde a cristianização de um ritual indígena como forma de catequese, implantação do catolicismo, o desenvolvimento da sociabilidade, o despertar da consciência de necessidade de preservação da cultura indígena e o uso dela para atrair o turismo para a região.

4 Primeira experiência no ensino universitário

No primeiro semestre de 1996 eu cursei as disciplinas e cumpri os créditos exigidos pelo PPGH na UNESP, *campus* de Assis-SP. Em julho retornei à Bahia para finalizar, com defesa da monografia, a especia-

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

lização na UESC. A aprovação do trabalho e a sua boa aceitação pela banca examinadora me deram mais confiança e determinação para avançar na pesquisa no mestrado.

Entretanto, eu ainda não tinha bolsa, estava afastada do Município de Ilhéus e precisava trabalhar. Fui informada pelos professores da especialização que os departamentos de História da UCSAL e da UFBA estavam selecionando professores substitutos para as disciplinas História Medieval, História da Cultura e História da Cultura Baiana, respectivamente. Fui aprovada nas duas seleções. O desafio era grande, pois seria a minha primeira experiência de dar aulas no curso universitário, mas também uma oportunidade de estudar mais obras e autores que faziam parte do corpo teórico-metodológico que o tema festa exigia para o mestrado.

A História Medieval parecia distante da minha pesquisa. No entanto, eu passei o primeiro semestre lendo a bibliografia sobre o medievo, afinal eu estudava um santo do século III, São Sebastião, e era imprescindível estudar a desestruturação do império romano e a Antiguidade Tardia para entender o contexto histórico no qual ele viveu, o desenvolvimento do cristianismo e a consolidação da Igreja Católica. Também era preciso ler sobre a vida urbana, as feiras e as festas medievais. Portanto, a aproximação com os temas do medievo se deu pela História das Religiões e por identificar no catolicismo brasileiro do século XIX as suas raízes ibéricas medievais.

O início da experiência docente na universidade também foi dificultado e, na UFBA, encerrada por causa da ausência do diploma de graduação na assinatura do contrato. Só pude lecionar durante um semestre. Na UCSAL, onde bastava o certificado de conclusão, ainda trabalhei até dezembro de 1998. Porém, a condição de professora substituta só me permitia ser contratada por um semestre. Para dar continuidade ao trabalho, foi necessário me submeter a outra seleção e ministrar aulas também de Introdução aos Estudos Históricos, Historiografia e História Econômica. Não é fácil aliar pesquisa, escrita de dissertação ou tese e docência, principalmente para quem não

tem muita experiência. Mas, o estudo dos conteúdos dessas diferentes disciplinas me obrigava a estudar uma diversidade de temas e temporalidades que me preparava para os futuros concursos que pretendia fazer para atuar no ensino universitário.

A experiência de lecionar História da Cultura e História da Cultura Baiana na UFBA foi enriquecedora. O programa da disciplina História da Cultura era antigo e com abordagens sobre as ações culturais humanas do período neolítico ao século XX. O jeito era adaptá-lo às discussões da Nova História Cultural. O conteúdo de Cultura Baiana não era menos pretensioso, pois, as aulas deveriam oferecer aos alunos um vasto panorama dos aspectos culturais da Bahia, da colônia à atualidade.

É claro que nas aulas de Cultura Baiana eu daria ênfase às manifestações culturais e às festas de diferentes regiões do estado. A historiografia sobre a Bahia ainda estava muito centrada em Salvador e no recôncavo e as abordagens sobre cultura e religiosidade na Etnologia, Antropologia e Sociologia. Líamos as obras do sociólogo Thales de Azevedo, Édson Carneiro, os folcloristas Antônio Vianna, Hildegardes Vianna, o cronista João da Silva Campos, os relatos dos viajantes do século XIX.

5 Viagem e festa: de Roma, às cidades medievais e ao Pálio de Siena

Em julho de 1997, eu era especialista em História Regional, mestranda e professora substituta e viveria uma experiência que me deixaria ainda mais encantada com as festas, o medievo e as possibilidades de estudo das devoções. De férias, embarquei com o meu irmão, Edvaldo Couto, e Elizabete Couto, minha prima, para uma viagem à Itália e à Espanha.

O desembarque em Roma, a primeira cidade estrangeira que visitava, me proporcionou a sensação de familiaridade que eu só podia explicar pelas inúmeras leituras que havia feito durante o curso

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

de História. O burburinho de diferentes línguas na estação Roma Termine, cheia de viajantes recém-chegados sendo procurados pelos “caçadores de turistas” (agentes dos hotéis e pensões de menor custo), me remetia à antiga sede do império, lotada de romanos, indo-europeus e gente das mais distantes províncias, como da Hispania e do Egito, bizantinos, árabes etc.

Além de visitar o Coliseu, o Fórum Romano, o Vaticano e as praças de Roma, eu queria visitar a catacumba de São Sebastião. Fizemos uma longa caminhada, passando pelo Coliseu, as Termas de Caracala, pelos antigos muros da cidade até a Via Appia. A conversa não poderia ter outro tema senão a Roma Antiga e as origens do Cristianismo. Eu me empolguei, contando a história dos cristãos, as perseguições, os sepultamentos fora dos muros, as reuniões e os rituais realizados nos subterrâneos (catacumbas), e os martírios dos primeiros santificados pela instituição que se consolidava, a Igreja Católica.

Ao entrar na Igreja de São Sebastião e me aproximar da escultura do mártir no local que se acredita ser seu túmulo, desabei. Foi um choro incontrollável por cerca de vinte minutos por mais que eu me esforçasse para parar. E durante muito tempo não tive coragem de contar essa história para ninguém, pois, me envergonhava da falta de neutralidade. Como uma historiadora poderia se deixar levar pela emoção diante do símbolo de um mito? Era o que me perguntava e me cobrava. Ao mesmo tempo que me deixava levar pela emoção, procurava justificá-la pelo tempo empreendido em leituras sobre o século III, no qual viveu Sebastião (soldado da corte pretoriana), sua hagiografia e o desenvolvimento de seu culto até chegar ao sul da Bahia no período colonial brasileiro. Além disso, estar em Roma era a realização de um sonho, conquistado pelo esforço, pela economia e pelos espíritos aventureiros de três mochileiros e, principalmente, pelo incentivo de um deles, Edvaldo, organizador da viagem.

Mesmo envergonhada, contei o acontecido para o professor Eduardo Albuquerque, meu orientador, que me tranquilizou e me fez ver que o fato de estar ligado(a) a uma crença não compromete a pes-

quisa de um(a) historiador(a) das religiões, afinal, há muito se sabe que a neutralidade axiológica pregada pelos positivistas do século XIX é inviável. Além disso, a História das Religiões (disciplina fundada também no oitocentos) nos oferece métodos para lidar com essas questões que envolvem as pesquisas sobre os fenômenos religiosos.

Mais tarde eu encontraria alguns pontos dessa discussão ocorrida durante um encontro de orientação, como as distinções nos campos da Religião e da História, dos métodos utilizados pela Historiografia das Religiões, em dois artigos publicados pelo meu orientador. Porém, a discussão sobre a possibilidade do pesquisador, especialmente o das religiões, separar totalmente o objeto de estudo das suas concepções de mundo e crenças, é recorrente nas aulas de História das Religiões e nos encontros de orientação de mestrandos e doutorandos.

Mas, para retomar a viagem, percorrer as ruas, caminhar à beira de ruínas de edifícios, colunas e muralhas e visitar os palácios, templos e museus das cidades antigas e medievais, como Roma, Veneza, Florença, Pisa, San Gimignano e Siena na Itália, e Madri, Barcelona, Toledo, Ávila e Segóvia na Espanha, me levou a comprar livros de História Medieval, a decidir que não iria me afastar dessa área de ensino, apesar de fazer pesquisa sobre religiões e religiosidades na Bahia dos séculos XIX e XX e que faria um curso de italiano.

Chegamos em Siena no início de agosto e visitar uma das principais cidades comerciais da toscana medieval foi a confirmação de que não voltaria atrás da decisão tomada. A cidade estava lotada em função do *ferragosto*, período de férias para os italianos e também da realização da principal festa daqueles cidadãos desde o século XIII, o Pálio de Siena, um grande cortejo com representantes paramentados dos diferentes bairros, levando seus emblemas e estandartes, a pé ou a cavalo, que acontece anualmente entre os meses de julho e agosto em homenagem a Virgem Maria.

Os momentos principais da festa são os dias 2 de julho e 16 de agosto, datas dedicadas a Nossa Senhora da Providência e Nossa

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Senhora da Assunção, respectivamente. Apesar de se comemorar a assunção de Maria em 15 de agosto, o pálio acontece no dia seguinte. Nessas duas datas ocorre uma corrida de cavalos, representando cada *contrada* (bairro) na praça principal, a *Piazza del Campo*. No dia 16 de agosto, o cavalo vencedor e sua *contrada* recebem como prêmio um estandarte, o pálio, confeccionado por um artista e com a imagem impressa de Maria.

Infelizmente, não pudemos observar a festa nas duas principais datas, mas, todo o período é festivo, então, foi emocionante vivenciar o pálio, uma festa de origem medieval que permanece na atualidade. Na Idade Média, as *contrade*, os grupos que compõem a competição, eram formadas por Siena e pelas vilas e cidades vizinhas. Só a partir do século XVII passou a ser compostas apenas pelos bairros sienenses.

Há polêmicas em relação à corrida de cavalos, pois há quem defenda que os animais são submetidos a um estresse desnecessário aos dar as três voltas com o grande barulho dos cânticos dos hinos e gritos de apoio dos membros de cada *contrada*, observadores e visitantes que ocupam o centro da praça. Entretanto, para os organizadores, comerciantes e políticos locais, o Pálio é uma tradição que deve ser preservada e uma importante fonte de renda, proporcionada pelo turismo. Pude perceber que nessa longa duração, os festejos passaram por mudanças na sua formatação e nos seus significados, aspectos que eu analisava na minha pesquisa de mestrado sobre a Puxada do Mastro.

Na volta para Salvador me matriculei no curso de italiano *Italia Amica*. O aprendizado da língua era prazeroso, em função dessas experiências e vivências de viagem e estudo, e uma preparação para a realização da prova de línguas para a seleção de doutorado (a única prova realizada em língua italiana em 1998 para candidatura ao PPGH/UNESP, Assis-SP). Eu fiz prova de francês no mestrado. Em 1999, quando fazia os créditos do doutorado, dei continuidade às aulas de italiano no departamento de Letras daquela universidade. Em 2000, já professora da UFBA, voltei para a *Italia Amica* e concluí o curso em 2002 com a defesa de uma

monografia intitulada *Il castello, la chiesa e la piazza: gli scenari delle feste medioevali* (O castelo, a igreja e a praça: os cenários das festas medievais) na qual tratava dos banquetes e torneios nos castelos, das festas dos inocentes, Natal, da circunsião, dos Reis Magos e da Páscoa, realizadas nas igrejas e do Pálio de Siena na *Piazza del Campo*.

6 Viagem e primeiro congresso internacional

No final de agosto de 1998, eu e Edvaldo embarcamos de novo para a Europa. Era minha primeira visita a Portugal. Lisboa estava em festa com a realização da Exposição Mundial, a Expo98, que teve como tema *Os oceanos: um patrimônio para o futuro*. Os pavilhões foram construídos na parte oriental da cidade, às margens do Rio Tejo. Os pavilhões dos oceanos eram incríveis, com uma variedade imensa de animais marinhos. Entretanto, o que mais me encantou foi as experiências com a realidade virtual. Pela primeira vez tive acesso a uma sala de cinema com projeção em três dimensões, 3D. Em uma das salas, os assentos sobre uma plataforma móvel dava a sensação de estarmos em um submarino e hologramas de seres marinhos passavam por nós e, por vezes, atacavam. E, ao mesmo tempo, os passeios pela cidade e as visitas aos museus, às igrejas, ao castelo de São Jorge e ao Monumento aos Navegantes me transportavam para o medievo e o início das navegações portuguesas pelo Oceano Atlântico. Nessa viagem adquiri o hábito de comprar livros de História Medieval publicados pelas editoras portuguesas.

A viagem tinha, também, um propósito acadêmico. De 1 a 5 de setembro de 1998, eu e Edvaldo participávamos do XIV Congresso Internacional de Estética em Ljubljana, capital da Eslovênia. O congresso atraía, é claro, mais pesquisadores das áreas de Filosofia e Arte, mas, a minha comunicação oral *La Fête de Saint Sébastien à Olivença, Bahia - Brésil* (A Festa de São Sebastião em Olivença, Bahia – Brasil), apresentando a estética de uma festa brasileira, foi bem

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

aceita. Durante a apresentação, exibi doze fotografias da Puxada do Mastro com os negativos em formato de *slide*. Projetar as imagens na tela era um recurso visual importante para que os ouvintes observassem os aspectos estéticos da manifestação religiosa.

Na década de 1990, antes do uso extensivo de *PowerPoint*, os negativos das fotografias eram emoldurados e projetados na tela por um projetor de *slides*. Durante a graduação, eu gostava das aulas de História da Arte do Prof. Guilherme Albagli, na UESC, porque ele viajava e, ao visitar os museus, comprava *slides* das obras de arte, que, depois, eram exibidos durante suas explicações sobre pinturas, esculturas e sítios arqueológicos. Quando comecei a realizar viagens internacionais, resolvi fazer o mesmo. Eu comprava os *slides* nos museus visitados e pagava para revelar fotografias no mesmo formato para utilizar as imagens como recursos didáticos.

Depois de cumprir o compromisso de apresentar minha pesquisa, em francês, para uma platéia estrangeira e com o uso da tecnologia, no primeiro congresso internacional do qual participava, era chegado o momento de relaxar e aproveitar a viagem como turista. Foi uma experiência agradável estar no congresso, fazer parte daquele clima universitário e conviver por alguns dias com os jovens universitários eslovenos, principalmente, os moradores da residência universitária na qual ficamos hospedados.

Ljubljana é reconhecida como cidade desde o século XII. O castelo no alto é um símbolo do medievo e da lenda de que um dragão o habitava e aterrorizava os cidadãos. A cidade, no final da década de 1990, assim como muitos países dos Balcãs, tinha influência austríaca na arquitetura e nos costumes, era recém-saída do regime comunista e tentava se abrir para o turismo. A proximidade com a Itália e a Croácia era uma tentação para o prolongamento da viagem. Fomos, de trem, à Trieste e Veneza, mas, conhecer outros países da península dos Balcãs não era recomendável. Apesar da Eslovênia e da Croácia terem conquistado a independência da ex-Iugoslávia desde 1991, ainda havia tensão na região. Em 1998, os primeiros

trens saíam de Trieste com destino à Croácia, mas, a viagem não era para turistas, estava restrita aos passageiros emigrantes que desejavam voltar para a sua terra depois de terminada a guerra entre a Bósnia Herzegovina e a Sérvia, que durou de 1992 a 1995.

Retomamos o plano original e seguimos para Viena – Áustria e Grécia. Os palácios e jardins de Viena me lembravam de dois membros da realeza austríaca que fazem parte da História do Brasil: a princesa Leopoldina (1797-1822) e Maximiliano de Habsburgo (1832-1867). Ela foi a esposa de dom Pedro I e ele visitou o Brasil em 1860 e publicou um diário de viagem, de onde se extraiu a parte sobre a Bahia para publicar o livro *Bahia, 1860*, além de ter sido imperador do México. Eles não foram contemporâneos, mas, ambos nasceram no Palácio de Schönbrunn. Em seu diário, Maximiliano relatou que brincava de vida primitiva nos jardins do palácio e desejava conhecer um selvagem autêntico no novo mundo. Em seus esboços de viagem, ele descreveu minuciosamente, e de forma crítica e sarcástica, as festas religiosas das quais participou na Bahia.

Ainda embarcamos em outra aventura: a Grécia. As visitas à acrópole e aos sítios arqueológicos, como da ilha de Delos – santuário de Apolo, me colocou em contato com as ruínas da civilização grega, que eu conhecia dos livros de História e da literatura. E, navegando pelas águas agitadas do Mar Egeu, eu me sentia na pele de Ulisses, lutando contra as tormentas. Para descansar, ancoramos em Mikonos, ilha de casas brancas com portas azuis, repleta de turistas naquele verão e que aproveitam a noite nas ruas estreitas, cheias de bares, restaurantes e *boites*. Hospedados no alto da vila, tínhamos um belo panorama com a presença dos moinhos de vento.

7 Defesa de mestrado e projeto de doutorado

Voltei ao Brasil ainda no mês de setembro de 1998. Estava plena de experiências e vivências e animada para cumprir a última etapa do mestrado: a defesa da dissertação, que aconteceu na quarta-feira

ensolarada do dia 30. Novos desafios se apresentavam. Um deles ainda naquele ano: a escrita do projeto para a seleção do doutorado, que ocorreria em dezembro. Eu e meu orientador acertamos que, se eu fosse aprovada na seleção, ele continuaria a orientação.

O plano era ambicioso, estudar as festas religiosas do ciclo do verão em Salvador. O projeto tinha como título *Entre a cruz e o con-fete: festas religiosas populares em Salvador (1850-1940)*. A banca de seleção me alertou para a amplitude da pesquisa, pois fazem parte desse ciclo festivo as homenagens a Santa Bárbara (4 de dezembro), Nossa Senhora da Conceição da Praia (8 de dezembro), Santa Luzia (13 de dezembro), Bom Jesus dos Navegantes (1º de janeiro), Senhor do Bonfim (2ª quinta-feira após o dia de Reis - 6 de janeiro) e Sant'Ana (data móvel entre janeiro e fevereiro até 1950) e Iemanjá (2 de fevereiro). Eu fui aprovada na seleção e voltaria a Assis em março de 1999.

8 Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR)

O ano de 1999 foi determinante dos rumos profissionais e de pesquisa que eu tomaria. Apenas cinco meses separaram a defesa de mestrado, ocorrida em setembro de 1998, e a seleção de doutorado, em fevereiro de 1999. O início do doutorado, com a realização das disciplinas, as leituras teóricas e a observação participante nas festas de Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição, Senhor do Bonfim e Iemanjá, me colocou em contato com outros pesquisadores da História das Religiões.

Ainda no primeiro semestre daquele ano, os professores da linha de pesquisa "Religiões e visões de mundo" do PPGH/UNESP, *campus* de Assis-SP, organizaram o 1º Simpósio sobre História das Religiões, ocorrido no mês de junho, e no qual foi criada a Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), em 25 de junho de 1999.

Aquele primeiro evento já trouxe a marca da diversidade. Participaram pesquisadores, professores e alunos de universidades de vários estados do Brasil, com apresentações de trabalho e discussões em mesas redondas sobre diferentes religiões (grupos institucionalizados) e religiosidades (grupos ainda não formalizados institucionalmente) do Brasil e do mundo. Foram três dias de diálogo entre os estudiosos da História, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Teologia, sendo que muitos deles há muito davam aulas nos cursos de Ciência das Religiões e da disciplina História das Religiões presente em vários cursos de graduação em História. Tive a honra de participar, na condição de doutoranda, do primeiro evento e, a partir daquele momento, dos simpósios realizados a cada dois anos, onde estabeleci relações de amizade, parcerias de trabalho e laços profissionais que nos unem até hoje em torno da História das Religiões e das Religiosidades.

Nesses 21 anos de atuação da ABHR, seus simpósios internacionais bienais e os regionais são momentos de congratulação entre os sócios, troca de conhecimento e experiência nos vários simpósios temáticos que abordam temas dos mais diversos grupos religiosos e que atraem também a participação de diferentes lideranças religiosas interessadas nas pesquisas realizadas no meio acadêmico.

9 Concurso na UFBA

Durante os dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2003) na presidência da República, a realização de concursos nas universidades federais estava suspensa. Era preciso que cinco professores se aposentassem para que uma vaga fosse aberta. As universidades estaduais também estavam com poucas aberturas de novas vagas. E ainda havia uma constante ameaça de privatização do ensino universitário. Essa situação era angustiante para todos os mestrandos e doutorandos brasileiros.

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

Quando fui aprovada no doutorado, pedi demissão da UCSAL porque era professora substituta, sem direito à licença remunerada para qualificação profissional. O PPGH/UNESP nos informou da impossibilidade de aquisição de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ou Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante o primeiro ano do curso, pois, havia lista de espera dos alunos ingressos no ano anterior. A seleção de bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) era concorridíssima. Meu projeto não foi aprovado. Diante desse cenário, eu estava atenta aos editais de concurso das universidades públicas em vários estados.

No primeiro semestre de 1999, duas universidades da Bahia abriram vagas de concurso: a UESC (onde eu fiz a graduação em História e a especialização) tinha uma vaga para Teoria da História e a UFBA para História Medieval. Fiz as duas inscrições. Porém, logo me dei conta de que seria impossível estudar para duas áreas tão diferentes enquanto realizava as disciplinas do doutorado. O tempo para estudar era curto. As inscrições aconteceram em maio, os pontos foram aprovados e divulgados no início de junho e os concursos seriam realizados em julho. A decisão era difícil também em função dos laços afetivos com a UESC e a necessidade de relacionar minha pesquisa de História das Religiões no Brasil dos séculos XIX e XX com a História Medieval europeia. Entretanto, exatamente por estudar o catolicismo brasileiro, de raiz ibérica medieval, eu tinha mais afinidades temáticas e teóricas com a medievalidade. E, assim, a opção foi pelo concurso da UFBA.

Tratava-se de uma vaga antiga. Anteriormente, dois concursos foram realizados sem que houvesse candidatos aprovados. Foi o último concurso para assistente (com título de mestrado) no departamento de História. No final dos anos de 1990, os estudos medievais no Brasil ainda eram deficitários, pois era preciso fazer a formação na Europa. Não havia, portanto, a obrigatoriedade de os candidatos terem formação e produção em História Medieval. Dos quatro candidatos, três eram doutorandos em História do Brasil.

No entanto, dos dez pontos do concurso, seis faziam parte da área dos estudos culturais e das religiões, como A ruptura do Império Romano do Ocidente e a ação da Igreja na constituição do reino franco-merovíngio; Império Bizantino: rupturas do mundo romano, o cisma do cristianismo, diversidade cultural e conflito no Mediterrâneo Oriental; O surgimento do Islamismo e a construção do Império Árabe até o século IX; Império e papado; Mouros, judeus e cristãos na Península Ibérica (ponto sorteado para a prova escrita); Península Ibérica: a invasão e a cruzada de reconquista. A Espanha dos árabes, judeus e cristãos; As heresias e as rebeliões no Ocidente Cristão (ponto por mim sorteado para a aula).

Durante a arguição do memorial, uma mesma pergunta foi feita aos três candidatos selecionados para essa fase do concurso: De que forma é possível relacionar a História Medieval com a sua área de estudo no doutorado (História do Brasil)? Minha resposta naquele momento foi baseada na identificação das permanências de determinados aspectos da Idade Média europeia no catolicismo praticado no Brasil até, pelo final, o século XIX, de raízes ibéricas, medieval, familiar e de profunda devoção aos santos. Ou seja, eu procurava verificar as medievalidades, as reminiscências do medievo na religiosidade brasileira.

Naquele momento, a leitura de várias obras sobre a Idade Média, principalmente as de Jacques Le Goff me revelavam os entraves e as arbitrariedades das periodizações, a dificuldade para o historiador em definir o início e o fim de um período histórico. E delimitar o medievo entre 476 (deposição do último imperador romano) e 1453 (ocupação de Constantinopla pelos turcos otomanos) ou 1492 (o fim do reino muçulmano de Granada e a chegada de Cristóvão Colombo à América) foi algo forjado no século XIX.

No mestrado eu pesquisei uma festa para São Sebastião e no doutorado pesquisava sobre os festejos de Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana. Os dois primeiros são mártires (primeiro modelo de santidade) do século III e as duas últimas personagens centrais do início do cristianismo, cujas devoções e festas foram

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

implementadas na Idade Média. Portanto, eu conhecia bem as obras de medievalistas, como André Vauchez, Jacques Le Goff, Johan Huizinga, Marc Bloch, Philippe Ariès e Hilário Franco Junior, que tratavam da consolidação do cristianismo, principalmente na sua versão católica.

A década de 1990 marca o início das pesquisas sobre História Medieval no Brasil, desenvolvidas nos programas de pós-graduação das universidades públicas do sudeste e sul do Brasil. No Rio de Janeiro, as professoras doutoras Vânia Leite Fróes (Universidade Federal Fluminense – UFE), membro da banda do concurso da UFBA, e Maria Sonsoles Guerras (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), começaram a formar pesquisadores em Idade Média.

O PPGH da UNESP, campus de Assis-SP, no qual eu começara a fazer o doutorado, já tinha uma atuação importante, apesar de embrionária, por parte, principalmente do trabalho da Profa. Dra. Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez, que nas viagens ao seu país natal, a Espanha, trazia livros e cópias de documentos para serem analisados por ela, seus orientandos e demais interessados no medieval e que consultassem o acervo da biblioteca. Consultar essas fontes foi fundamental para a minha preparação para o concurso e futuras aulas. Parte desse material foi traduzida e publicada no livro *História da Idade Média: textos e testemunhas* no ano 2000.

Nesse contexto, portanto, eu sabia dos desafios que enfrentaria ao lecionar História Medieval e fazer pesquisa sobre a História das Religiões e das Religiosidades no Brasil dos séculos XIX e XX.

Parte 2 - MEDIEVALIDADE E RELIGIOSIDADE (2000-2004)

A passagem do ano de 1999 para 2000 foi repleta de discussões sobre os avanços tecnológicos e a possível ocorrência de um completo apagão na rede de computadores, pois as máquinas poderiam não entender a mudança dos dígitos, o que ficou conhecido como *bug* do milênio. Muitas catástrofes técnicas, financeiras e religiosas foram anunciadas. Dizia-se que, em um mundo movido por máquinas conectadas, o erro de informação no calendário faria com que os aviões perdessem contato com torres de controle e caíssem em função das falhas nos painéis das cabines; trens e metrô parariam de funcionar; haveria escuridão por falta de energia; tudo isso geraria desabastecimento e fome. “Anunciaram e garantiram que o mundo ia se acabar”¹.

Os primeiros anúncios eram técnicos. Grande parte da programação dos computadores usava os dígitos 19 para o início das datas. Assim, acreditava-se que na mudança para 2000, os computadores entenderiam que estávamos em 19 + 00. Dessa forma, os sistemas financeiros registrariam que estávamos em 1900 e isso provocaria erros nos dados bancários. Os boletos seriam impressos com essa data, os saldos das contas bancárias seriam negativados. É claro que houve imediatamente tentativas de solucionar o problema e as empresas de informática atualizaram os *software e hardware*. Na verdade, com a chegada da internet nos anos de 1990, a maioria dos computadores já era comprada com o *Windows 95* em funcionamento e que estavam preparados, portanto, para substituir os dígitos 19 para 20.

Porém, o estrago já estava feito. No Brasil, então, as notícias eram alarmantes, afinal, ainda tínhamos o trauma do “confisco das poupanças” no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Por meio do plano de estabilização da inflação, chamado Plano Brasil Novo e

¹ Trecho da música *E o mundo não se acabou*, de autoria de Assis Valente, gravada por Carmem Miranda em 1938.

coordenado pela ministra da economia Zélia Cardoso, determinava que os saldos das contas correntes ou das cadernetas de poupança que excedessem a NCz\$ 50mil (cruzado novo, a nova moeda) seriam congelados por 18 meses. No governo seguinte, de Itamar Franco (1992-1995), vice de Collor que o substituiu após o processo de *impeachment* e renúncia do presidente, um novo plano econômico de estabilização da economia e uma nova moeda, o Real, entraram em vigor, por intermédio do ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, que seria eleito presidente e governaria de 1995 a 2003. O Plano Real trouxe estabilidade econômica e controle da inflação. Mesmo assim, ainda estavam muito vivos na memória coletiva dos brasileiros os problemas enfrentados no início dos anos 1990 e, portanto, qualquer notícia sobre ajustes de ordem financeira ou mesmo de calendário era encarada com temor, suspeita e muitos xingamentos.

Visões apocalípticas de grupos fundamentalistas religiosos ganharam força no mundo inteiro na virada do milênio. Muitos esperavam e se preparavam para o fim do mundo. Por vezes, com alguns anos de antecedência. Nos EUA, em 1997, em uma casa de campo da Califórnia aconteceu um suicídio coletivo do grupo denominado *Heaven's Gate* (Portão do Céu). Trinta e nove pessoas acreditaram que ao morrerem, teriam acesso a uma nave espacial que seguiria um cometa e alcançariam o céu. Outros menos radicais se entregavam às orações e peregrinações aos espaços sagrados, como montanhas, templos, santuários, a espera de uma manifestação divina e o fim dos tempos.

1 Início da docência na UFBA

O mundo não se acabou e, finalmente, eu seria professora da UFBA. A aprovação no concurso de História Medieval, em julho de 1999, me trouxe de volta a Bahia, mas tive uma longa e angustiante espera de seis meses pela contratação. Por coincidência ou providên-

cia divina, sem que fosse planejado, tomei posse no departamento de História no dia de São Sebastião (20 de janeiro) do ano de 2000.

Eu teria pela frente quatro anos de muito trabalho para dar conta de diferentes atividades. Grande parte do tempo era dedicado à preparação das aulas de quatro diferentes disciplinas: História Medieval, História da Cultura, Cultura Baiana e História Econômica, Política e Social, Geral e do Brasil. A História Medieval estava dividida em dois semestres. No primeiro, as discussões giravam em torno da desestruturação do Império Romano, da instalação dos grupos indo-europeus e a formação dos reinos, com ênfase no reino franco, as relações do ocidente com o Império Bizantino, a consolidação e as cisões no cristianismo. Ou seja, era o estudo da Alta Idade Média.

No segundo, estudávamos a cristandade, a formação e desenvolvimento da civilização do Islã e expansão do islamismo, o feudalismo, o revigoração das cidades e do comércio, as crises dos séculos XIV, sobretudo a guerra dos cem anos e a peste negra, a reorganização das monarquias nacionais e os avanços das escolas náuticas que proporcionaram as grandes navegações pelo oceano Atlântico.

Recebo os alunos no terceiro semestre do curso de História. Geralmente, eles têm entre 18 e 20 anos. A minha primeira turma, de 1999, tinha vivido as angústias e expectativas ou, no mínimo, a curiosidade de saber como foram outras viradas de século. Era um tema atual e muito discutido naquele final de século e milênio.

Em 1995, um ano antes de morrer, o medievalista francês Georges Duby publicou um livro, em formato de entrevista, que foi publicado no Brasil pela Editora UNESP em 1998. Com o sugestivo título *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*, Duby traçou um paralelo entre cinco formas de medo (da miséria, do outro, das epidemias, da violência e do além) presentes no medievo, mas, também, na virada para o ano 2000. O autor começou o prefácio com um questionamento que diz respeito diretamente ao ofício do historiador: “Para que escrever a História, se não for para ajudar seus contemporâneos a ter confiança e a abordar com mais recursos as dificuldades que eles

encontram cotidianamente?” (DUBY, 1998, p. 9). Essa provocação me instigava e ainda me instiga a avaliar o passado a partir de inquietações do presente. Claro, é necessário fazer essa comparação dentro da crítica e do método histórico para não cair no perigo do anacronismo.

Em 1999, a editora Companhia das Letras fez o lançamento de uma coleção chamada “Virando Séculos” e o primeiro livro lançado foi do medievalista brasileiro Hilário Franco Júnior, *O ano 1000: tempo de medo ou de esperança?* Na introdução, o autor compara as duas viradas de milênio e analisa se houve um medo coletivo no medievo. A falta de um único calendário organizado, o conhecimento científico centrado num pequeno número de letrados (formado quase que exclusivamente pela alta hierarquia eclesiástica) e o analfabetismo de grande parte dos homens e mulheres da Idade Média, são fatores que levaram o autor a concluir que não se tratou de um medo coletivo, e sim, setorizado.

Esses dois livros foram e ainda são fundamentais no meu trabalho como professora de História Medieval. As inquietações do presente me instigam a analisar o passado. Quando escrevia a dissertação, meu orientador sugeriu que eu comesse a descrição da Puxada do Mastro pela minha experiência de pesquisadora-participante. Aceitei a sugestão. O quarto capítulo, que trata da morfologia da festa, traz, de início, a descrição dos eventos que vivenciei entre os anos de 1990 a 1997, usando como fontes os depoimentos orais, as fotografias e anotações do meu caderno de campo. Depois, recuo para 1970, em seguida para 1900 e o alvorecer do século XX e, por último, para o século XIX.

Então, analisar o presente e fazer recuos na temporalidade já fazem parte do meu exercício historiográfico desde o mestrado. Não demorou muito para que outro acontecimento do presente fosse discutido em sala de aula para retomarmos a Idade Média. Em 11 de setembro de 2001, perplexos, assistimos pela TV, em tempo real, o atentado terrorista nos EUA. Não faltou quem anunciasse o fim do mundo. Porém, ao contrário dos dois anos anteriores, quando se acreditava que o fim seria determinado por Deus, em 2001, o fim foi planejado e executado

pelo inimigo, infiel. O medo não era de uma catástrofe planetária, de uma treva produzida pelo divino, mas, do outro. Havia previsão de uma guerra, numa luta que não seria mais disputada nos campos de batalha, e sim, nas redes de inteligência e estratégias tecnológicas.

Em 2001, muito se falava sobre uma nova cruzada, nova luta entre os cristãos estadunidenses e os muçulmanos espalhados pelo mundo, formando a religião que mais crescia em número de adeptos. Hora propícia para estudar a formação e consolidação do Islamismo e a expansão da civilização do Islã. Oportunidade para tratar da diversidade religiosa, explicar que dentro de uma denominação cabem muitas vertentes. O medo e o desconhecimento levaram a associação do islamismo com o terrorismo. Era comum se pensar que todo muçulmano era treinado para ser homem-bomba. Os conceitos de infiel, cruzada, guerra santa e fundamentalismo foram discutidos nas aulas, sempre buscando essa relação do presente com o passado medieval.

Essas duas experiências demonstraram que era possível discutir determinados temas, partindo da contemporaneidade para analisar o medievo. Mantenho essa prática. Dessa forma, discuti a virada do primeiro milênio, ano 1000, a partir das inquietações do ano 2000; em 11 de setembro de 2001, debatemos o atentado terrorista nos EUA, a formação do Islamismo e a expansão do Islã; a morte de João Paulo II e o conclave para a escolha do novo papa, em 2005, tiveram transmissões ao vivo do Vaticano durante uma semana inteira e aproveitei para explicar como aconteciam as eleições papais no medievo; em 2010 ocorreu uma série de manifestações de contestações dos governos muçulmanos no Oriente Médio e na África e, mais uma vez, as reflexões sobre o islamismo, a religião e a política, nos levou ao estudo do Islã a partir do século VI; nas minhas aulas de História Medieval I em 2020, antecipei um tema do segundo semestre: a peste negra, a primeira pandemia. Essa discussão foi interrompida pelo isolamento social, mas será retomada no retorno.

Portanto, não me preocupava a diversidade de temas e a longa temporalidade da Idade Média. Aprendi com Fernando Braudel,

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

Jacques Le Goff e outros expoentes da Escola dos *Annales* a estudar as sociedades nos seus vários aspectos e que, sobretudo quando se trata das culturas e das religiões, só é possível identificar e analisar as transformações e as permanências na longa duração. Porém, a disciplina História Medieval na UFBA só tinha 35 horas e 3 créditos em cada semestre, sendo que as outras disciplinas tinham 68 horas, 4 créditos e, por vezes, como História do Brasil, três semestres. Felizmente, na reforma curricular de 2001, houve uma equiparação. No entanto, ainda persiste, entre alguns professores do departamento de História, a ideia de que antiguidade e medievo devem ter suas cargas horárias reduzidas e, frequentemente, essa discussão é pautada nas reuniões departamentais e colegiadas.

Entretanto, a falta de livros que pudessem ser consultados pelos alunos, era um desafio maior para dar aulas de História Medieval. Foi um choque percorrer a biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) e só encontrar dois livros da área em seu acervo: *Pasagens da antiguidade ao feudalismo*, de Perry Anderson, e *As cidades da Idade Média*, de Henri Pirenne. O primeiro livro era adotado no curso de História Antiga. Lançado na Inglaterra em 1974, de análise marxista, também tem preocupação com a economia e se tornou clássico por enfrentar o dilema de estudar a Alta Idade Média, apesar da escassez de fontes. O segundo, publicado na Bélgica em 1927, influenciou a primeira geração dos *Annales*, em função das suas propostas inovadoras, como o estudo da História comparada e a valorização do papel do mercado no desenvolvimento da vida urbana européia, mas também possui tantas reinterpretações que é lido muito mais como fonte.

Os dois livros são importantes para os estudos medievais, mas, não são suficientes para a análise de tão vasta e complexa fase histórica. Por isso, eu sabia que precisava enfrentar o problema. Foram muitas as listas de bibliografia, sobre a Idade Média, que enviei para a biblioteca com insistentes pedidos para a aquisição de livros. Contei com a solidariedade dos bibliotecários e, aos poucos, o acervo foi melhorando. A compra dos livros pela universidade pública

esbarrava em outra dificuldade, os custos dos livros europeus e da importação, afinal, as traduções para o português eram feitas, quase que exclusivamente, pelas editoras portuguesas.

Enquanto isso, eu também precisava compor uma biblioteca particular para estudo e cópia de capítulos de livros para disponibilizá-los aos alunos. Dessa forma, cada viagem internacional que eu fazia, tinha passagem obrigatória por Portugal e a mala voltava cheia de livros. Ainda não havia internet, PDF de livros e nem artigos de revistas acadêmicas on-line. Tudo era impresso, caro e de difícil acesso. Assim, as viagens, aqui relatadas, eram de turismo, mas organizadas também como momentos de ampliação do conhecimento, de estudos sobre a antiguidade e o medievo.

Outra dificuldade para a professora iniciante no ensino universitário era a obrigação de trabalhar com três turmas de três diferentes disciplinas no mesmo semestre. Eu tinha uma turma de História Medieval, uma de História da Cultura e outra de História Econômica, Política e Social, Geral e do Brasil I. Era isso tudo mesmo. Batizamos a disciplina de História Total. Por mais recortes temático ou temporal que fizéssemos, ainda assim, aquele curso, oferecido aos alunos de outros colegiados, como de Ciências Sociais e Economia, era absurdamente totalizante. A disciplina era o calcanhar de Aquiles do departamento de História, recusada por todos os professores e, por isso, destinada aos substitutos ou aos recém-contratados.

Todo semestre eu tenho, pelo menos, uma turma de História Medieval, mas há variação nas outras disciplinas que fecham a carga horária. Reconheço que havia e ainda há por parte da chefia do departamento de História, o cuidado de, ao fazer o planejamento, distribuir as disciplinas de acordo com a proximidade dos professores com determinados períodos e temas. Então, com exceção de História Total, costumavam ficar sob a minha responsabilidade disciplinas de cultura ou religião. Assim, além de História Medieval, eu lecionava três disciplinas das quais gostava muito: História da Cultura, Cultura Baiana e História das Religiões.

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

A História da Cultura tinha um programa que pretendia refletir sobre a cultura (no singular) do neolítico à contemporaneidade. Fiz um recorte para analisar os conceitos e as abordagens sobre as culturas a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural. Com a disciplina Cultura Baiana eu me sentia inteiramente à vontade. Além de discutirmos aspectos culturais dos indígenas, portugueses e africanos na Bahia durante a colônia e o império, eu inseria temas da atualidade, como as permanências e transformações das manifestações culturais e religiosas baianas. Dessa forma, aproximava as aulas da minha pesquisa de doutorado.

Entre 1997 e 2000 a TV Educativa – TVE Bahia e o Instituto de Radiodifusão da Bahia (IRDEB) realizaram uma série chamada *Bahia Singular e Plural*, de documentários de 30 minutos sobre algumas manifestações culturais de diferentes regiões do Estado. A pesquisa e o roteiro foram realizados por Josias Pires e ele dividia a produção com Edinilson Motta. Eu participei das filmagens, como entrevistada, do vídeo sobre as festas com mastros. Os vídeos fazem parte da videoteca do IRDEB, foram exibidos pela TVE Brasil e em escolas públicas. Josias Pires se baseava nas pesquisas realizadas por Nelson de Araújo (1926-1993), professor da Escola de Teatro da UFBA, que escrevia sobre teatro popular na Bahia. O trabalho de Araújo também era uma referência importante para meus estudos de culturas desde o mestrado.

Dessa forma, o programa de Cultura Baiana foi dividido em duas partes. Na primeira, mais teórica, discutíamos a formação étnica e cultural da Bahia. Na segunda, além da leitura e discussão dos textos sobre as manifestações culturais, assistíamos aos vídeos *Ternos e folias: festas de reis; Mastros sagrados e profanos; Caretas e Zambiapunga; Lutas de cristãos e mouros; Marujada; Índios do sertão; Nego fugido*. Depois de cada exibição, havia debate e, por vezes, a turma fazia a encenação de alguma daquelas manifestações ou outras que não fizessem parte da série. Muitas vezes as aulas se transformavam em festa com direito a música, dança e banquete. Muitos dos nossos alunos vêm do interior e aquele era um momento especial para trazer para o meio universitário

um pouco das experiências e vivências regionais. Infelizmente, uma reforma curricular tirou a disciplina da grade do curso de História.

O departamento de História da UFBA tem duas disciplinas de religiões na grade curricular: História das Religiões I, que possui uma parte teórica sobre a disciplina, seus principais conceitos e abordagens e outra que trata das grandes religiões, ou seja, das religiões institucionalizadas e cujas crenças, apesar de diversas, foram agrupadas sob uma mesma denominação durante o século XIX. Assim temos Hinduísmo, Budismo, Judaísmo, Cristianismo, Islamismo e religiões africanas, incluídas pelos professores da disciplina, pois elas não eram reconhecidas naquele século; História das Religiões II, voltada para os estudos das religiões no Brasil, do período colonial à contemporaneidade, com recortes, claro.

É um privilégio para uma pesquisadora das religiões encontrar essa quantidade de disciplinas da área num único departamento. Esse foi um árduo trabalho dos meus antecessores Marli Geralda Teixeira (pioneira nos estudos de religiões, especialmente do cristianismo protestante na Bahia e minha primeira orientadora) e Cândido da Costa e Silva (professor de História Medieval, de quem herdei a vaga de concurso). No ano 2000, Elizete da Silva era professora de História Antiga e História das Religiões. Ela também havia herdado essas experiências de ensino e pesquisa dos dois professores citados acima. E foi orientanda de Marli Geralda no mestrado da UFBA, quando estudou os batistas na Bahia. Eu e Elizete nos conhecemos no primeiro evento da ABHR e, quando fui contratada pela UFBA, estabelecemos uma excelente parceria de trabalho e pesquisa que dura até hoje.

Naquele momento, eu não me sentia ainda preparada para assumir as duas disciplinas, o que só ocorreu em 2004, após a aposentadoria do ensino superior federal de Elizete da Silva. Porém, eu que não tinha estudado profundamente as religiões na graduação, buscava, por meio das aulas no mestrado e no doutorado, das orientações de pesquisa, da participação nos eventos da ABHR e das leituras, superar a falta de uma disciplina específica no meu curso de graduação.

Durante a minha formação na pós-graduação da UNESP, eu vivia entre dois Estados e duas cidades. Finalizados os créditos do mestrado e do doutorado, eu voltava para Salvador e viajava para Assis-SP a cada seis meses para orientação presencial (as demais eram realizadas por cartas e longos telefonemas). Os encontros de orientação duravam praticamente um turno. Além das discussões sobre o andamento da pesquisa, recomendações de leitura, o professor Eduardo Albuquerque, especialista no estudo das religiões, sobretudo das orientais, me dava verdadeiras aulas de História das Religiões. Nos eventos bienais da ABHR eu fazia os mini-cursos sobre as religiões do oriente ministrados por ele e pelo Prof. Dr. Frank Usarski (alemão radicado no Brasil, membro da ABHR, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e editor da revista de estudos de religiões, *Rever*). E os roteiros de viagem incluíam visitas às ruínas de civilizações antigas, com seus altares, templos e representações dos deuses, ou nos espaços de culto que fosse autorizada a entrada de turistas.

2 Prêmio: reconhecimento da História Regional

No ano 2000, a prefeitura de Ilhéus, por intermédio da Fundação Cultural, na época presidida pelo escritor Hélio Pólvora, criou o Prêmio Capitania de São Jorge dos Ilhéus com o objetivo de selecionar um texto inédito e publicar um livro sobre a História da região cacaujeira. Submeti a minha dissertação de mestrado e o texto foi o vencedor. Aquela foi uma excelente oportunidade de divulgar a minha pesquisa e a Puxada do Mastro com um texto acadêmico sobre a festa.

Juntamente com outras produções de História Regional publicadas pela Editus, editora da UESC, o livro se tornou uma referência para professores e alunos das escolas do ensino fundamental e básico para tratarem de temas de cultura e religiosidade na região sul

da Bahia. O prêmio tinha também uma verba que me possibilitou realizar um sonho da adolescência: conhecer Paris e o Vale do Loire, na França, e o Egito. A professora recém-contratada de História Medieval teria a oportunidade de visitar sítios arqueológicos e museus e adquirir mais livros sobre a antiguidade e o medievo.

3 Viagem: da França medieval ao Egito Antigo

Conhecer Paris é um sonho comum para a maioria dos turistas, mas, para mim, aquela viagem tinha muitos motivos para comemoração: eu havia conquistado uma vaga no ensino superior por concurso público, tinha iniciado a docência na UFBA, a minha dissertação de mestrado tinha vencido um concurso de textos acadêmicos, meu primeiro livro estava em fase de editoração, tinha alcançado a autonomia financeira, estava morando sozinha e viajei para a França um dia após ter completado trinta anos. Comemorei o aniversário com pão, queijo e vinho, alimentação bem de acordo com o cenário, à margem do Rio Sena, observando a catedral de Notre-Dame.

Tudo isso era o bastante para a minha alegria. Porém, para essa historiadora influenciada pela historiografia francesa e professora de História Medieval, era a oportunidade de aproximação com a arquitetura e a arte do medievo. Eu estava com o olhar atento para captar os detalhes artísticos e as representações dos temas bíblicos e hagiográficos das esculturas, dos portais, tímpanos, vitrais e das rosáceas das igrejas românicas e, sobretudo, góticas. Nos castelos do Vale do Rio Loire, embora a maioria seja renascentista, eu procurava naquelas construções reformadas, os elementos medievais, como uma torre, uma ponte levadiça, uma tapeçaria etc.

A visita mais demorada foi no Museu Nacional da Idade Média ou Museu de Cluny, próximo da Sorbonne, e que funciona desde o século XIX. O prédio compõe as termas galo-romanas e a ala residencial dos monges.

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Possui um rico acervo de utensílios de uso cotidiano, jóias, esculturas religiosas, objetos em marfim, partes de capitéis, vitrais, iluminuras, livros de horas, missais e tapeçarias. O conjunto das seis tapeçarias do tema A Dama e o Unicórnio (com representação dos cinco sentidos e o prazer) ocupa uma sala inteira. Passei muito tempo embevecida, andando em círculo pela sala. Parava em frente a uma tapeçaria, observava cada detalhe, sentava-me para descansar e depois recomeçava o percurso.

Da França, partimos para o Egito. Eu era fascinada pela civilização egípcia desde a 7^a série, mas, nem em sonho, eu imaginei que pudesse visitá-lo. Quando adolescente, eu ia para as festas, principalmente São João, em Itagibá, cidade distante 21 Km de Ipiáú, onde nasci e morei até me formar no Magistério. Eu ficava hospedada na casa dos meus tios João e Zezinha e, com as minhas primas, às vezes, visitava a casa de uma mulher chamada Nina que tinha uma boutique. Eu não prestava muita atenção às roupas, pois, o meu foco era uma parede onde ela expunha fotografias de uma viagem ao Egito. Eu olhava Nina em cima de um camelo, com as pirâmides ao fundo, o Rio Nilo e os templos próximos às margens. Aquelas imagens me encantavam, mas, eu nem sequer chegava a desejar estar no lugar de Nina, de tão distante e impossível que aquele cenário me parecia.

Pois bem, em 2000 eu desembarquei no Cairo. Visitei os museus e os templos. Um cruzeiro pelo Rio Nilo me fez observar as áreas de plantações nas margens e entender o motivo dos egípcios antigos considerarem o Egito um presente do Nilo. Navegar por suas águas também me permitiu uma melhor visualização das antigas construções, especialmente quando via em terra um templo que iríamos visitar. Impressionava-me a altura daquelas colunas e paredes repletas de hieróglifos, representações dos deuses e faraós em colossos de pedra, principalmente, os colossos de Ramsés II, faraó cuja história eu mais conhecia, e que ainda hoje inspira os escritores. Naquela época eu lia o primeiro dos cinco livros da série *Ramsés*, escrita pelo egiptólogo francês Christian Jacq.

Desde a adolescência me interessava pelas religiões da Antiguidade que veneravam animais. E Bastet, a deusa gata, era a minha favo-

rita. Nas antigas cidades egípcias, eu olhava com interesse e atenção as representações de deuses animais e dos faraós com metade do corpo humano e metade animal. A vida (especialmente a festa) e a morte (por meio dos ritos fúnebres) são os temas pelos quais tenho mais interesse na historiografia. No Egito, eu me aproximava desses temas tanto no passado, na antiguidade, quanto na contemporaneidade. Ao descer, por corredores estreitos, às tumbas, eu observava as paredes repletas de pinturas com representações da vida (cenas do cotidiano, do trabalho, das crenças etc.) até chegar à última morada do morto. Em seguida, entrei, pela primeira vez, numa mesquita, importante lugar da crença no Egito atual. Conhecer aquela arquitetura religiosa, com seus mosaicos e arabescos, mas sem representações humanas, como eu estava acostumada a ver no catolicismo, era um contraponto importante para entender e respeitar a crença do outro.

Planejo voltar ao Egito, principalmente, para visitar o novo Museu Egípcio, no Cairo, pois há 20 anos, o espaço, apesar de grande, já não era suficiente para abrigar o seu acervo. As peças ficavam muito juntas, o que dificultava a observação e a caminhada no meio de imensos grupos de turistas, situação que dava a sensação de não enxergar de forma adequada e criava desconforto visual.

4 Festas, devoções e visões de mundo: o doutorado

Comecei o doutorado em 1999, quando fiz as disciplinas. Porém, em função da distância dos lugares das festas, da preparação e realização do concurso da UFBA, a pesquisa nos arquivos só teve início no ano seguinte. O tema do novo projeto continuava a festa, mas houve mudanças significativas dos espaços em que eram realizadas (de Olivença – Ilhéus para Salvador), dos grupos organizadores e suas identidades (da festa católica com referências da tradição

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

indígena àquelas com ritos e práticas do catolicismo e das religiões afro-brasileiras), da metodologia (da oralidade à documentação escrita que compõe os arquivos) e dos aportes teóricos e conceituais.

Inicialmente eu tinha a intenção de estudar todas as festas religiosas do ciclo de verão em Salvador. Foi preciso fazer escolhas e recortes para redimensionar o projeto. Optei pela pesquisa de três festividades em honra de três santas e suas respectivas associações com orixás na religiosidade soteropolitana. A festa de Santa Bárbara, que também é de Iansã, abre o calendário festivo do verão em 4 de dezembro; Nossa Senhora da Conceição, associada a Oxum, homenageada em 8 de dezembro; e Sant'Ana, cujos festejos começaram em 1823, logo após as lutas pela Independência do Brasil na Bahia, recebia homenagens em data móvel entre janeiro e fevereiro e substituída por Iemanjá na primeira metade do século XX.

Desde a minha chegada em Salvador, gostava de ir às festas religiosas católicas e do candomblé. Sempre gostei de ler sobre os mitos, ritos e práticas que aproximam os fiéis das suas divindades em todas as religiões. Assim como em Olivença, que a Puxada do Mastro ocorre fora da igreja, entre a mata, a praia e o largo, as festas de Salvador ocupam diferentes espaços – ruas, praças, largos, mercados e praias – sacralizados pelos fiéis.

A escolha das três festividades para a pesquisa foi baseada na experiência com o tema e com a vivência e a observação-participante. Começar por Santa Bárbara foi uma opção não apenas por abrir o calendário festivo do verão, mas, principalmente porque o culto da mártir se desenvolveu à margem da hierarquia eclesiástica católica, patrocinada pelos trabalhadores do mercado com fortes elementos africanos, uma vez que seus participantes eram negros (escravos e libertos) e seus descendentes. Já as homenagens a Nossa Senhora da Conceição recebem os cuidados da irmandade e da administração diocesana, o que não impede que diversos grupos ocupem o adro e o largo com suas próprias procissões, danças, capoeira e barracas de jogos, comida e bebida. Por sua vez, o que me instigava a analisar a

festa de Sant'Ana era a sua transferência para o mês de julho e a sua provável substituição pelo culto de Iemanjá.

Adotei o recorte de 1860 a 1940 para analisar as três festas dentro do período de reforma do catolicismo brasileiro e dos projetos de modernização e civilização dos costumes executados em Salvador na primeira República. Levantava a hipótese de que as intervenções nos festejos religiosos foram ações conjuntas da Igreja Católica, das autoridades civis e da elite letrada que divulgava seus ideais por meio da imprensa, mas que os reformadores não foram completamente vitoriosos, pois, os leigos persistiam e ressignificavam suas práticas.

5 Festa de Santa Bárbara e Iansã

É difícil datar o início da devoção a Santa Bárbara na Bahia. Provavelmente teve início no século XVII, a partir da criação de um mercado na cidade baixa que recebeu o nome da mártir e um nicho com sua imagem. Bárbara, segundo sua lenda, foi uma cristã que viveu na Nicomédia (atual Izmit – Turquia) do século III e foi vitimada por um golpe de espada desferido pelo próprio pai. Faz parte do primeiro modelo de santidade católica: mártir. Invocada para livrar seus fiéis dos raios, trovões, tempestades e batalhas reais e espirituais, atravessou o Atlântico por crença e chamado dos portugueses. Sua imagem chegou à Bahia pelas mãos de Francisco Pereira Lago e Andreza Araújo, donos do morgado no qual foi construído o Mercado de Santa Bárbara.

Sem igreja, capela ou altar lateral para o culto, sem organização em irmandade e sem apoio da Igreja Católica, os fiéis, por meio da presença da imagem no nicho e da festa em 4 de dezembro, sacralizaram o espaço público do mercado, tornando-o lugar de crença, devoção e prática. No dia da festa, a imagem saía em procissão até uma igreja da cidade baixa disponível para a realização da missa.

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

O mercado reunia os trabalhadores africanos e descendentes, que, após os atos litúrgicos católicos, livres da interferência e vigilância clerical, aproveitavam a brecha para cultuar uma deusa africana, Iansã, também responsável por provocar e controlar as intempéries. Dessa forma, ali realizavam batuque, dança, banquete e incorporação do orixá. As tentativas de controle por parte do clero e das autoridades civis não conseguiram frear a expansão do culto e a festa foi oficializada na abertura do calendário das festividades do verão. As homenagens a Bárbara e Iansã atravessaram os séculos e receberam o aval do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) com o registro de patrimônio imaterial em 2008.

O dia 4 de dezembro não é feriado em Salvador, mas, todos os caminhos levam ao Largo do Pelourinho, ornamentado em vermelho e branco, cores de Santa Bárbara e Iansã. Pelas ruas se vêem beixigas e fitas penduradas, estandartes, toalhas bordadas nas janelas, nas quais pequenos altares são improvisados com imagens, flores e acarajés, comida ritual de Iansã. Um grande palco/altar é montado na praça para acolher os membros da Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo (responsável pela organização da festa a partir de 1987), os *alabês* que tocarão os atabaques na execução das músicas católicas em ritmo afro-brasileiro, o arcebispo e o padre da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos que celebrarão a missa festiva campal.

Fiéis católicos, candomblecistas e umbandistas complementam suas religiosidades com elementos, ritos e práticas de outras crenças sem necessidade de esconder suas manifestações ou ter remorsos pelo hibridismo. A manutenção da ortodoxia é preocupação apenas de alguns jornalistas e lideranças religiosas. No altar estão presentes o cálice (símbolo do cristianismo e da representação de Santa Bárbara) com vinho e a hóstia, que, para os católicos, após a consagração, se tornam o sangue e o corpo de Cristo. Ali também estão os cestos com acarajés. Durante o ofertório e a comunhão, filhos e filhas de santo, vendedores de comida afro-brasileira nas ruas de

Salvador, distribuem pequenos acarajés, como forma de agradecimento a Iansã, patronesse das suas atividades profissionais.

Em frente à Igreja do Rosário dos Pretos, pais e mães de santo, com suas vestimentas rituais, montam pequenos altares repletos de folhas, quartinhas com água de cheiro, imagens de santos e orixás. Fiéis e turistas podem, então, de forma rápida, receber uma bênção, um descarrego. Durante a missa e a procissão é comum ver os iniciados nas religiões afro-brasileiras, incorporando Iansã. Essas práticas híbridas acontecem em diferentes espaços da festa, desde o Largo do Pelourinho; a casa do comando do Corpo de Bombeiros, cuja categoria tem a mártir como padroeira e oferece pratos de caruru para os participantes do cortejo; até o Mercado de Santa Bárbara (inaugurado em 1912) da Rua J. J. Seabra, mais conhecida como Baixa dos Sapateiros. Esse é o percurso da procissão, porém, quando a santa retorna à Igreja do Rosário dos Pretos, ponto inicial, a região do centro histórico continua cheia de fiéis, turistas e curiosos que bebem, dançam, jogam capoeira, enfim, se divertem após terem cumprido com suas obrigações sagradas.

6 Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia

Nossa Senhora da Conceição era a padroeira do império português e do Brasil até 1930, quando foi substituída por outra invocação mariana: Nossa Senhora Aparecida. As duas primeiras imagens Marianas que chegaram à Bahia, aos cuidados de Tomé de Souza, foram Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Ajuda. Essas duas invocações da Virgem Maria estavam, assim, atreladas ao processo colonizador, representantes da vitória portuguesa na expansão ultramarina. O culto implantado no novo mundo seria, então, aristocrático. A irmandade constituída na Igreja da Praia, na cidade baixa, era exclusiva para os portugueses.

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Diferentemente do dia de Santa Bárbara, o 8 de dezembro era celebrado com pompa, suntuosidade e presença eclesiástica pelos irmãos e pelas famílias abastadas da capital. Entretanto, apesar da origem aristocrática da festa, outros grupos sociais de Salvador homenageavam Maria, a mãe de Deus e de todos os cristãos, como prega a Igreja Católica, fora do espaço oficial, o templo, e, por vezes, até nos dias posteriores. Dessa forma, os pescadores do cais Cairu festejavam a Conceição no mercado e com a imagem presente em seu nicho, no dia 9 de dezembro. Mesma data dos festejos dos pescadores e moradores da Ladeira da Preguiça e do arrabalde do Rio Vermelho e dos trabalhadores da Alfândega. Por sua vez, os moradores de distritos populares, como Caixa d'Água e Cruz do Cosme, homenageavam Nossa Senhora da Conceição dos Pobres em algum outro dia de dezembro. E em Periperi, no subúrbio ferroviário, cultua-se Nossa Senhora da Conceição Amparo dos Artistas também na segunda semana de dezembro.

A festa da Conceição da Praia, organizada pela irmandade, tinha novena, missas, exposição do Santíssimo Sacramento (também existia uma irmandade para essa devoção na mesma igreja), *Te Deum* e procissão. Terminados os atos litúrgicos, era chegado o momento dos divertimentos no largo. Os devotos assistiam a queima de fogos de artifício e, depois, se deliciavam com os banquetes, um deles oferecido pelas irmandades aos seus associados, autoridades eclesiásticas e civis e profissionais da imprensa. Barracas montadas no largo serviam bebidas e uma variedade de pratos da cozinha afro-brasileira. A movimentação de pessoas, o barulho das barracas de comida e jogos e os sons das violas, pandeiros e berimbau das rodas de samba e capoeira, invadiam a madrugada.

7 Festas de Sant'Ana e Iemanjá

A festa de Sant'Ana do Rio Vermelho foi, no século XIX, um dos maiores e mais importantes festejos da comunidade pesqueira e da

população de Salvador que possuía casa de veraneio naquele arrabalde ou que pegava o bonde para participar da novena e da procissão marítima e/ou se divertir na quermesse, nos leilões, jogos, concursos de beleza e fealdade, saraus, desfiles pré-carnavalescos e bailes à fantasia nas noites quentes entre janeiro e fevereiro. Todas as atividades eram anunciadas nos jornais de Salvador desde o mês de dezembro. Intrigava-me o desaparecimento do evento, afinal, era o único que não tinha chegado à atualidade. O que levou ao fim da festividade?

Chama a atenção a data móvel em que as homenagens a Sant'Ana eram realizadas no Rio Vermelho, pois o dia da santa é comemorado pela Igreja Católica em 26 de julho, dia inclusive em que a freguesia e, após a República, distrito de Sant'Ana festejava sua padroeira. Segundo relatos dos moradores registrados pelos folcloristas, a primeira procissão marítima ou dos jangadeiros aconteceu no Rio Vermelho em 1823. Conta-se que em fevereiro do ano anterior, durante as lutas pela independência do Brasil na Bahia, os pescadores foram alertados por uma idosa de que deveriam fugir da localidade, pois a tropa portuguesa estava chegando. Eles, então, identificaram aquela aparição com Sant'Ana e, em agradecimento, resolveram homenageá-la anualmente.

Michel Vovelle, no livro *Ideologias e Mentalidades*, defende que a festa só pode pertencer ao seu próprio tempo. Toda festividade é passível de mudanças que não podem ser compreendidas apenas como descaracterização, e sim, como conseqüentes das transformações sociais que interferem na vida dos seus organizadores e participantes e nos sentidos do ato de festejar.

A festa do Rio Vermelho começou a mudar no início do século XX, quando foi criada a Paróquia de Sant'Ana, em 1913. As manifestações carnavalescas, até aquele momento encaradas como brincadeiras para entreter os veranistas, receberam críticas do padre. A partir de 1919, as suspeitas sobre a vivência religiosa do distrito recaíram sobre os pescadores que se recusavam a pagar o dízimo à Igreja Católica e transferiram a comercialização do peixe, anteriormente feita

nas proximidades da Igreja de Sant'Ana, para a Casa do Peso, construída em terreno cedido pela marinha, à beira mar. Em 1924, a colônia de pescadores, enfrentando dificuldades na pesca, resolveu fazer a entrega de um presente para a Mãe d'Água, seguindo ritos africanos, no último dia da festa de Sant'Ana. Essa atitude gerou conflitos com o padre até 1930, quando os pescadores assumiram a prática do candomblé. Na década de 1950, a oferta do presente ganhou visibilidade, grande participação de candomblecistas e umbandistas na praia do Rio Vermelho, e passou a se chamar festa de Iemanjá. Por sua vez, a Igreja Católica transferiu os festejos da padroeira para julho, promovendo a separação entre os ritos católicos e afro-brasileiros.

8 A festa nos eventos acadêmicos e culturais

As festas eram meu objeto de estudo e eu pretendia contribuir para a sua inserção no meio acadêmico, principalmente, na historiografia brasileira. Para isso era necessário escrever a dissertação e a tese, divulgar os resultados das minhas pesquisas por meio da publicação de artigos, capítulos e livros. Além disso, eu buscava organizar mini-curso e simpósios temáticos nos eventos de História e seminário, mesa redonda ou palestra em instituições (museus e institutos históricos) nos quais as festividades ainda fossem vistas como folclore. Era um desafio.

Com esse propósito, em 2002, eu organizei um seminário de uma semana, entre os dias 15 e 19 de abril, com o título "Festas populares na Bahia", no Museu Carlos Costa Pinto, em Salvador. No convite impresso e distribuído pelo museu, eu escrevi o seguinte texto:

O calendário de festas populares da Bahia, que se estende da festa de Santa Bárbara ao Carnaval, simboliza o encontro dos elementos europeus, africanos e indígenas. Os cantos e as danças dos negros e ín-

dios foram incorporados às pomposas missas e procissões de raízes ibéricas. Assim, foi promovida uma religiosidade, voltada para o fervor da devoção aos santos, a diversão e a sensualidade, na qual não se pode distinguir com precisão as fronteiras entre o sagrado e o profano. A cada ano o Tempo de Festas se renova. Além de manifestações lúdicas, as festividades expressam comportamentos, valores, representações culturais e visões de mundo de um povo. Você está convidado a pensar e discutir sobre os significados das festas baianas para os diversos segmentos da sociedade.

Naquela semana, no museu, todo final de tarde tinha uma palestra. Convidei o historiador professor Erivaldo Nunes para falar do samba de roda, tema da sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFBA e o antropólogo e professor de Antropologia na UFBA, Ordep Serra, para falar sobre festa de largo. Eu fiz duas palestras, uma sobre o ciclo de festas de Salvador e outra sobre as puxadas de mastro nas festas religiosas do sul da Bahia. No último dia, nós três fizemos uma mesa redonda sobre as permanências e mudanças nas festas populares na Bahia. Para encerrar o evento a direção do museu convidou um grupo de terno de reis, Boi Janeiro, para uma apresentação. Os inscritos no curso eram pessoas das mais diferentes profissões e oriundos das várias regiões da Bahia. Nos debates, os ouvintes faziam relatos das suas experiências com as manifestações religiosas e culturais baianas.

Em 2003, a pesquisa e a escrita da tese estavam adiantadas e eu me inscrevi para falar sobre as festas de Salvador numa mesa de comunicações orais do III Simpósio Nacional da ABHR, em Recife. Para minha surpresa, entre os ouvintes estavam alguns professores/pesquisadores que eram referências para mim no estudo do catolicismo. No final, eles me disseram que foram me ouvir porque aquele era o único trabalho sobre festas inscrito no evento. Uma

historiadora, pesquisando manifestações culturais e religiosas ainda era uma novidade, afinal, as primeiras publicações sobre o tema no Brasil estavam sendo lançadas naquele início de milênio. Em 1999, a Universidade de São Paulo (USP) organizou o primeiro congresso sobre o tema, intitulado Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa, cujos textos apresentados foram organizados e publicados, em 2001, em dois volumes sob o título *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*.

Defendi a tese numa manhã chuvosa e fria de 16 de junho de 2004. Terminada a defesa, o professor Eduardo Albuquerque me disse que, a partir daquele momento, eu deveria fazer com que as festas rendessem. Espantada, perguntei como faria isso, se o tema já tinha me rendido uma dissertação, um livro e uma tese? A cada vez que recebo um convite para falar ou escrever um artigo ou um capítulo de livro, me lembro daquela recomendação. Por mais que eu amplie o meu olhar para as práticas e as formas de organização e ação de grupos religiosos, institucionalizados ou não, sempre me detenho nos seus ritos e festejos.

9 Viagem à Turquia: encontro com o Império Bizantino

A Turquia fazia parte do meu imaginário desde os tempos do ensino médio, mas, também me parecia impossível chegar à Istambul, que, para mim, ainda era Bizâncio, a sede da colônia grega ou Constantinopla, a cidade que o Imperador Constantino reconstruiu na intenção de torná-la uma nova Roma. Interessava-me pela História da antiga Anatólia, do povo hitita e suas lutas com os egípcios. Além das lutas reais, eu gostava das lendas do combate de São Jorge com o dragão. O santo que, assim como Santa Bárbara, teve sua legenda tantas

vezes discutida e rejeitada pela Igreja Católica, mas que não perdeu o apreço dos seus fiéis. A minha imaginação ainda foi alimentada pela literatura, por meio do livro *Baudolino*, de Umberto Eco, que descreve a cidade incendiada pelos cruzados, em 1204.

Conheci Istambul, Ankara, a Capadócia e as cidades da costa mediterrânea em fevereiro de 2003 e ainda era inverno entre a Europa e a Ásia. A primeira visita foi à Santa Sofia, que, mesmo sendo tantas vezes saqueada, incendiada e transformada em museu, guarda representações do sagrado. Nas proximidades existem outros monumentos medievais, como as ruínas do hipódromo, onde aconteciam as competições dos cavalos, dos cavaleiros, e as disputas políticas dos diferentes grupos sociais, que, por vezes, acabavam em revoltas como a de Nika. Em frente à igreja dos cristãos, no século XVII, os muçulmanos ergueram a Mesquita Azul, que, como o nome indica, é coberta de mosaicos em variados tons de azul. Na pequena Igreja de Chora a arte dos mosaicos bizantinos, em vermelho, azul, verde e dourado, cobre as paredes e o teto com cenas bíblicas. A igreja foi transformada em mesquita e seus mosaicos cobertos de cal. Um longo processo de restauração recuperou boa parte das cenas e formou ali um museu. Um passeio de barco pelo Estreito do Bósforo me permitiu uma melhor visualização do aqueduto, da muralha e dos palácios construídos à margem.

Outra alegria dessa viagem foi conhecer a capadócia e a zona costeira, região ocupada por assírios, persas, gregos e romanos. Tantas invasões e ameaças fizeram com que os habitantes construíssem refúgios subterrâneos, verdadeiras cidades escavadas nas rochas, que os bizantinos decoraram com afrescos. Na costa do Mediterrâneo, visitei Izmit e Éfeso, que guardam, nos sítios arqueológicos, mostras da arquitetura grega.

Parte 3 - ENSINO E PESQUISA: AS RELIGIÕES ENTRE A ATUALIDADE E A MEDIEVALIDADE (2005 – 2009)

No dia 2 de abril de 2005 faleceu o papa João Paulo II, depois de 26 anos e 6 meses de pontificado, um dos mais longos da Sé Romana. Eu tinha oito anos quando ele foi eleito, portanto, foi o nome do papa citado em todas as missas as quais assisti. O carisma do papa polonês chegava até nós por meio das transmissões de missas e outros eventos católicos pela TV. As imagens de João de Deus, abençoando os brasileiros e baianos nas três visitas aqui realizadas, em 1980, 1991 e 1997, ainda eram muito claras na minha memória. A primeira visita foi marcada pela beatificação do jesuíta José de Anchieta, em São Paulo, e pelo encontro com Irmã Dulce em Salvador. Na segunda vez, ele visitou o Anjo Bom da Bahia já enferma.

Passei aquele mês de abril de 2005 entre as aulas e as muitas horas em frente a TV, acompanhando com atenção o noticiário e as transmissões ao vivo do Vaticano. Dessa forma, acompanhei, de casa, mas me sentindo em Roma, o velório, o enterro e o conclave, ritos que só conhecia dos livros de História da Igreja Católica. De repente, na sala de casa, se refletiam as imagens da indumentária, dos cortejos e procissões na Praça São Pedro e ecoavam os sons dos cânticos, lamentos, choros, gritos de santo súbito, das orações e exclamações de decepção (fumaça preta) ou de júbilo (fumaça branca) e *Habemus Papa*.

Percebi que todos aqueles eventos católicos midiáticos não estavam relacionados apenas à fé. Havia um interesse pelo momento histórico. Para dar respostas às muitas dúvidas dos meus alunos de História Medieval, que demonstravam cada vez maior interesse por temas como os pontificados, as intrigas e disputas na sede da Igreja e pela eleição papal no medievo, acompanhei tudo com muita atenção. Do que

assistíamos pela TV, o que restava dos rituais e práticas católicas medievais? Eu recomendava aos alunos que assistissem TV naqueles dias. Em sala de aula, discutíamos as matérias televisivas e publicadas nos jornais. Líamos e debatíamos textos da bibliografia da disciplina sobre História da Igreja na Idade Média, especialmente o livro *Santos & pecadores: história dos papas*, de Eamon Duffy, que traz a listagem completa dos papas até João Paulo II e resumos de cada pontificado.

Para os alunos, mais do que a morte do papa, chamava a atenção o conclave, cujos ritos lhes pareciam antigos, ultrapassados e desnecessários. Causavam espanto as imagens dos cardeais paramentados se dirigindo para a Capela Sistina para mais um dia de votação e os católicos reunidos na Praça de São Pedro, com olhos voltados para o alto. Da chaminé saíria uma fumaça preta, se nenhum candidato tivesse alcançado o número necessário de votos, ou a fumaça branca, para indicar o final do escrutínio e a definição do eleito.

Os alunos perguntavam qual o sentido de todo aquele ritual, quando se podia fazer o anúncio pelas inúmeras emissoras de TV ali concentradas. Eu, então, aproveitava para expor sobre os meios de comunicação no medievo. Havia comunicados escritos, por intermédio de decretos, bulas, cartas etc., mas, poucos eram os letrados em latim, quase sempre os próprios membros da hierarquia eclesiástica. A catequese e a comunicação com os fiéis se davam por meio de símbolos, imagens, representações das cenas bíblicas e das vidas dos santos em pinturas, esculturas, vitrais, encenações de autos. Os sinos, por exemplo, serviam não apenas para marcar as horas canônicas e chamar para a liturgia, mas, os seus diferentes toques comunicavam a ocorrência de uma invasão, morte, incêndio etc. Portanto, desde a Idade Média, a fumaça da chaminé marcava as etapas do conclave.

Discutia-se o perfil do novo papa, os motivos da sua eleição e o simbolismo do nome escolhido: Bento XVI. A sua primeira aparição, usando camauro (gorro vermelho com bordas brancas de arminho, usados pelos papas medievais durante o inverno) e manto verme-

lho, chamou atenção e comentários sobre a representação de uma instituição medieval, hierárquica e elitista. Essa imagem era completamente oposta àquela de amor e simplicidade do seu antecessor.

As especulações sobre o novo pontificado fez com o professor Muniz Ferreira, professor de História Contemporânea, convidasse mais dois professores do departamento de História para a realização de uma mesa redonda intitulada “De Ratzinger a Bento XVI: reflexões sobre passado, presente e futuro da Igreja Católica” para um debate com professores e alunos da Faculdade de Filosofia da UFBA. Eu falei sobre os ritos do conclave na Idade Média.

O teólogo alemão Joseph Ratzinger era uma figura bastante controversa. Ele ocupou cargos importantes no pontificado de João Paulo II, inclusive a presidência da Congregação para a Doutrina da Fé (antigo Santo Ofício), sendo responsável por condenar alguns dos seus pares ao silêncio obsequioso por acusação de erros de doutrina ou proximidade de suas teses teológicas com ideologias como o marxismo. Um desses padres foi Leonardo Boff, um dos principais expoentes da Teologia da Libertação no Brasil.

O conclave continuou um tema em evidência nos anos seguintes, afinal, o pontificado de Bento XVI (2005-2013), seria breve, se comparado com as quase três décadas do de João Paulo II. Além disso, fomos surpreendidos pelo motivo: a renúncia. Assim, o mês de março de 2013 foi movimentado nas emissoras de rádio e TV por mais um conclave, aquele que elegeu o jesuíta argentino Jorge Bergoglio, que escolheu o nome de Francisco em homenagem ao santo medieval fundador da ordem franciscana. E, mais uma vez, eu me dediquei a três outros temas medievais: as ordens religiosas, sobretudo as mendicantes; a reforma papal dos séculos XI ao XIII e as heresias. Jacques Le Goff (2001) construiu uma biografia, com vasta documentação, de um dos mais importantes sujeitos dos séculos XII e XIII: Francisco de Assis, cujo exemplo de vida de pobreza, humildade, contestação da instituição eclesiástica e defesa dos mais vulneráveis (humanos e animais), permanece atual e instigante.

1 Viagem: Londres, Edimburgo, Praga e Berlim, das realezas medievais ao comunismo e capitalismo

Nas férias de julho de 2005, viajei para a Europa. Visitaria as capitais de quatro países: Inglaterra, Escócia, República Tcheca e Alemanha. A viagem começou tensa, pois, na semana anterior aconteceu um atentado terrorista em Londres. A polícia estava mais rigorosa nas revistas no aeroporto e nos museus. As visitas e os passeios não foram prejudicados, mas, existia uma tensão no ar. Mesmo assim, pude aproveitar bem a visita a Torre de Londres, igrejas e castelos. Fizemos longas caminhadas porque algumas estações de metrô, nas quais os trens explodiram, ainda estavam fechadas e os ônibus não pareciam um meio de transporte seguro naquele momento, pois um dos famosos ônibus vermelhos também foi alvo do ataque.

Pela primeira vez, senti de perto o medo e a insegurança diante do terrorismo e da intolerância religiosa. Naquela semana, acompanhamos pela *British Broadcasting Corporation* (BBC) as repercussões do assassinato do brasileiro Jean Charles de Menezes pela polícia metropolitana numa estação de metrô quando se dirigia ao trabalho. O rapaz foi confundido com um possível terrorista.

O clima de tristeza e medo começou a ser dissipado quando chegamos em Edimburgo. Há muito eu desejava conhecer o castelo no alto da cidade. Foi agradável andar pelas ruas da cidade velha, ou seja, das construções que remetem ao medievo e observar edifícios importantes ligados a reforma protestante. No verão acontece o Festival de Edimburgo com muitas apresentações de teatro, dança e música nos grandes palcos montados nas praças e parques.

Se visitar as torres e os castelos medievais de Londres e Edimburgo me animaram, conhecer Praga foi o coroamento do meu olhar sobre o medievo. Além das pontes, igrejas e do Museu da Tortura Medieval,

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

um relógio e duas devoções medievais marcaram os meus dias na República Tcheca e suas imagens passaram a fazer parte das minhas aulas.

O relógio astronômico medieval é uma das principais atrações de Praga. A torre do relógio está dividida em três partes: o relógio mecânico e o mostrador astronômico, com representações da terra, do sol, da lua, das estrelas e dos símbolos do zodíaco, foram construídos em 1410. No século XVII foram construídas, no topo, duas janelas, que após o galo cantar e a estátua da morte virar a ampuhlheta, marcando a mudança da hora, se abrem para o desfile dos apóstolos. Além desse espetáculo, chama a atenção, a existência de quatro estátuas localizadas nas laterais, representando, de um lado, dois pecados mortais: a vaidade, cuja figura segura um espelho e a avareza, representada por homem, segurando um saco de moedas. Representação do usurário, comumente associado ao judeu no medieval. Do outro lado, um esqueleto, a morte, está acompanhado de um homem, usando turbante e portando um instrumento musical, representando a invasão do infiel.

Eu já tinha feito muitas leituras sobre a passagem do tempo medieval ao moderno, e uma das minhas principais referências era a parte “Tempo e trabalho” do livro *Para um novo conceito de Idade Média*, de Jacques Le Goff. O medievalista dá exemplos dos relógios mecânicos do reino franco, da germânia, da lombardia, mas, não se refere ao relógio de Praga. Foi a experiência de viagem que me trouxe informações sobre esse símbolo da demarcação do tempo na Baixa Idade Média no reino da Boêmia.

Após observar várias vezes e me encantar com o espetáculo do relógio, minhas aulas sobre a mudança na concepção de tempo na Idade Média ganharam imagens. É uma forma de demonstrar aos alunos que o tempo de Deus, controlado pela Igreja Católica, marcado pelas horas canônicas (espaçadas de 3 em 3 horas) e pelo toque dos sinos, aos poucos deu lugar ao tempo dos homens, representado pelos relógios mecânicos, que passam a ocupar as torres, para marcar com mais precisão as horas e os minutos das

atividades das tecelagens, do comércio, das corporações de ofício, das bancas de câmbio etc.

Ao andar pelas ruas da cidade me deparei com a Igreja do Menino Jesus de Praga. Era hora de missa, celebrada em italiano. Após a liturgia, observei os altares, a imagem do Menino Deus e visitei o museu, no qual dentre os objetos de culto, ganha destaque a coleção de roupas da imagem principal. Os vestidos do Menino Jesus são bordados com linhas coloridas e fios de ouro e neles são presas muitas pedras preciosas. Os católicos da Idade Média cultuavam Jesus em duas principais fases da sua vida, natividade-infância e paixão-morte. Na América, herdamos dos portugueses e espanhóis as devoções do Menino Jesus e do Bom Jesus, o crucificado. Muitos foram os cuidados desenvolvidos pelos leigos e membros de ordens religiosas e congregações, especialmente as femininas, com as imagens e vestes dessas duas invocações.

Nessas caminhadas, vi que as empresas de turismo vendiam o passeio de um dia para Kutná Hora, cidade fundada no século XII e cuja economia, advinda das minas de prata e da cunhagem de moedas, rivalizava com Praga. Os folhetos exibiam fotos da capela dos ossos e de uma igreja gótica dedicada a Santa Bárbara. Não tive dúvida, iria conhecer a cidade. A primeira visita foi ao ossuário. Era a primeira capela revestida de ossos humanos que eu visitava. Confesso que o lugar me causou incômodo, o considero macabro, apesar da beleza estética.

O que me interessava mesmo era a visita à Igreja de Santa Bárbara, padroeira dos mineiros, trabalhadores das minas de prata da região da Boêmia. Interessa-me conhecer igrejas dedicadas à mártir cristã pelo fato do seu culto ter se difundido desde a Idade Média, mesmo sem o aval da Igreja Católica. A construção das suas igrejas geralmente foi patrocinada por uma rainha ou uma dama da aristocracia chamada Bárbara ou por profissionais cujos trabalhos envolvem riscos por intempéries, incêndios e explosões, como bombeiros, mineiros, guardas dos paióis de pólvora, comerciantes de mercados

etc. No Rio de Janeiro há um nicho com a imagem da mártir no Forte de Copacabana. Em Salvador, ela é reverenciada nos mercados. A única igreja na cidade que tem Bárbara como padroeira é a Igreja Católica Brasileira do bairro da Liberdade. A Igreja de Santa Bárbara em Kutná Hora começou a ser construída no século XIV e só foi finalizada na primeira década do século XX. O templo é decorado com afrescos e vitrais que contam a história da padroeira e da mineração.

Depois desse mergulho nas referências medievais, Berlim me pareceu extremamente contemporânea. Em 2005, eu ainda tinha certa resistência ao estudo do século XX em função das duas guerras mundiais. Eu era avessa ao tema. E a completa rejeição a qualquer referência ao nazismo me afastava da Alemanha. Entretanto, a minha entrada na universidade para estudar História se deu exatamente em 1989, ano marcado pela destruição do muro de Berlim, que eu acompanhei pela TV e pelos debates ocorridos na UESC, quando a nova ordem mundial era discutida no Ciclo de Estudos Históricos. Então, era chegado o momento de visitar os museus, os memoriais do holocausto e do muro e, claro, ver o que resta do muro, transformado numa grande galeria a céu aberto de pinturas e grafites.

2 Pós-graduação e formação de professores

No segundo semestre de 2004, logo após a minha defesa de doutorado, fui credenciada no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFBA) e vinculada a linha de pesquisa Cultura e sociedade. Começava ali uma nova fase de ensino e pesquisa. Participei da primeira banca de seleção e assumi a orientação de três mestrandos. Foi um grande desafio, pois dos três projetos, só um era específico de religiões, um estudo sobre uma experiência de missionários católicos que atuavam no campo. Um projeto tratava das formas de hospedagem e serviços (hotéis e casas de pasto) dos viajantes na

Salvador do século XIX, utilizando como fonte principal os diários publicados em livros e os anúncios em jornais e almanaques. E outro sobre os cordéis produzidos no nordeste brasileiro no século XIX.

Eram temas instigantes e de grande aprendizado. Percebi, nessa primeira experiência de orientação, que, apesar de me concentrar nas religiosidades e numa temporalidade à qual me sentia mais segura e confortável, era preciso estar aberta a outras possibilidades e expandir o meu universo de pesquisa. Decidi jamais indicar temas aos orientandos, mas, ouvir sobre suas escolhas e seus interesses e acolher suas propostas. A orientação é uma troca de experiências. É preciso atender às demandas dos alunos e estar disponível para aprender.

No segundo semestre de 2005 ofertei, pela primeira vez, uma disciplina no PPGH. A disciplina Religião, política e movimentos sociais era ministrada pela professora Elizete da Silva e, dentro da grade curricular do mestrado, era a que mais se adequava ao meu perfil. A disciplina estava voltada para as discussões teóricas em torno da História das Religiões e as interlocuções entre as religiões, a política e os movimentos sociais. Como eu era a única professora de História Medieval na graduação e ainda lecionava História das Religiões, era difícil obter liberação do departamento para ministrar disciplina na pós-graduação. Assim, durante os dois anos seguintes, orientei as três dissertações e trabalhos de conclusão do bacharelado em História.

Nos encontros de orientação, eu sentia a necessidade de ofertar uma disciplina nova no PPGH que tratasse das questões teóricas e que tivesse uma parte do programa dedicada ao estudo dos diversos grupos religiosos atuantes no Brasil e na Bahia a partir do século XIX. Eu pretendia discutir com os alunos a historiografia sobre religiões produzida na Bahia. Geralmente, quando havia alguma abordagem sobre religiões nas disciplinas da graduação em História ou no PPGH, privilegiavam-se temas e obras sobre o período colonial, como os estudos da inquisição. Sobre o século XIX, discutiam-se candomblé e catolicismo a partir da História Social, tendo como referências Kátia Mattoso e João José Reis. São temas e autores importantes, porém, eu

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

sentia falta de livros, dissertações e teses produzidos desde a década de 1970, quando existia um único programa de pós-graduação em Ciências Sociais na UFBA, ao qual os historiadores estavam vinculados.

Além de clássicos, como os livros de Thales de Azevedo, eu organizava uma nova disciplina, na qual deveria incluir dissertações e teses de Cândido da Costa e Silva, Marli Geralda Teixeira e Elizete da Silva. Assim, o curso incluía as discussões sobre o protestantismo histórico, cujas primeiras denominações do protestantismo de missão se instalaram na Bahia a partir de 1872. Dessa forma foi elaborada a disciplina Religiões e religiosidades (séculos XIX e XX), tendo como principal objetivo abordar alguns tópicos de História das Religiões e das Religiosidades, com ênfase no Cristianismo (catolicismo, protestantismo e pentecostalismo), no Candomblé, na Umbanda e no Espiritismo na Bahia dos séculos XIX e XX, ofertada pela primeira vez no semestre 2008.1.

Com o mesmo intuito programei a disciplina Religiões na Bahia (séculos XIX e XX) para a graduação, afinal a disciplina História das Religiões II é específica sobre o Brasil, mas, como a proposta é estudar as religiões do período colonial à atualidade, não dá conta de abordagens sobre a diversidade de vivências religiosas no período contemporâneo.

Em 2005, o departamento de História ofertou um curso de formação para professores que atuavam na formação básica e no ensino médio e não tinham diploma de graduação em História. O PROLE, como era chamado, era gerido pela CAPES, em parceria com as secretarias de educação dos estados e municípios e as instituições públicas de ensino superior. Eu ministrei aulas de História Medieval, História das Religiões e Cultura Baiana para a primeira turma. Foi uma experiência muito gratificante, pois, fazia muito tempo que eu estava afastada da educação básica e, dessa forma, tive a oportunidade de ler, avaliar, debater e aprender sobre o ensino religioso e de História Medieval nos livros didáticos e em sala de aula para crianças e adolescentes.

A primeira turma teve aulas no período de 2005 a 2007, sendo que a cerimônia de formatura ocorreu em 2008. Três desses professores/alunos do PROLE fizeram o mestrado em História na UFBA.

A partir de 2010 houve uma mudança no nome e o curso passou a fazer parte do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). O departamento de História manteve-se no convênio até 2013 e dei aulas em todas as turmas.

Em 2009, recebi da professora Marli Geralda Teixeira o convite para fazer parte do Grupo Incluir, coordenado por ela e pela professora Alda Pepi. Elas organizaram e coordenaram dois cursos de especialização: História e Cultura Afro-Brasileira: fundamentos e metodologia e História e Cultura Baiana. Lecionei e orientei monografias nos dois cursos.

No primeiro curso, ofertei a disciplina Afrodescendência, Religião e Religiosidade, que tinha como objetivo proporcionar ao profissional de Ensino Religioso e futuros pesquisadores de História e Cultura afro-brasileira a reflexão sobre temas e abordagens teórica e metodológica empregadas nas pesquisas dos fenômenos religiosos.

No segundo curso, dividi com o professor Erivaldo Nunes (professor da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e estudioso da História do sertão da Bahia) a disciplina Estudos Regionais: Litoral Sul, Sertão, Chapada Diamantina e Oeste da Bahia. Foi uma experiência muito significativa, pois, eu fiquei responsável por ministrar as aulas sobre o Litoral Sul, ou seja, sobre a região em que nasci, morei até os 24 anos, fiz a graduação e a especialização em História e tive as primeiras experiências de trabalho/ensino. Ficar responsável apenas por uma região não significava pouco trabalho, pois o objetivo da disciplina era amplo, visava discutir as possibilidades teóricas e metodológicas da História Regional e Local como instrumentos da investigação das atividades de grupos humanos, com a caracterização das formações sociais e econômicas regionais e do estabelecimento dos principais núcleos populacionais e a apresentação das principais fontes documentais e bibliográficas da região estudada.

Os cursos de especialização do Grupo Incluir estavam pautados nos estudos mais recentes da História e da Cultura afro-brasileira e indígena, visando preparar professores para atuarem nas novas discipli-

nas propostas nos currículos da Educação básica brasileira, por meio das Leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008. Tinham, portanto, conteúdo e bibliografia atualizados e importantes para o ensino inclusivo que levasse em consideração a diversidade cultural e religiosa no Brasil.

3 Grupo de pesquisa

Em 2005 o professor Milton Moura me convidou para integrar o grupo de pesquisa “O som do lugar e o mundo”, coordenado por ele. Como o próprio nome indica, o grupo era formado por pesquisadores e interessados em música. Alguns integrantes eram, além de estudiosos, músicos e cantores. Moura é um estudioso do Carnaval e a nossa aproximação se deu por meio de conversas sobre as folias momescas e os festejos religiosos, pois concordávamos com a tese de Makhail Bakhtin de que as festividades são uma forma marcante das civilizações, exprimem concepções de mundo, e que existe um elo entre o Carnaval e os festejos em honra dos santos.

As reuniões e os seminários do grupo de pesquisa sempre foram momentos de discussões teóricas, mas também muito lúdicos, pois, ali se encontravam professores e alunos de diferentes instituições de ensino, programas de pós-graduação e áreas (História, Sociologia, Antropologia, Comunicação) numa intensa troca de referenciais teóricos e métodos de pesquisa. Além disso, todos vivenciavam as festas. Os encontros eram sonoros e festivos. Entre eles, eu e meus orientandos encontramos espaço para discutir as religiões e religiosidades, afinal, o sagrado é permeado de celebrações e ludicidade.

As conversas com Milton e os seminários do grupo de pesquisa sempre me suscitam novos questionamentos. Dois temas são constantes: os caboclos da ilha de Itaparica e o desfile do 2 de julho em Salvador. Já participei das duas festas, respectivamente, a de 7 de janeiro e a do 2 de julho, ambas ligadas às lutas pela independência do

Brasil na Bahia. Participamos dos cortejos, das manifestações culturais, analisamos e debatemos o assunto em bancas (Milton orientou uma dissertação e uma tese sobre essas manifestações).

Os historiadores e os cientistas sociais que abordaram a festa do 2 de julho, a analisam com ênfase nos seus aspectos políticos e eu insisto que é preciso discutir a dimensão religiosa, afinal o caboclo e a cabocla representam não apenas os homens e as mulheres do recôncavo e da ilha que lutaram na guerra, eles são vistos e reverenciados, por parte significativa dos participantes do cortejo, as entidades do candomblé de caboclo e da umbanda. Oferendas de frutas, legumes, bebidas, charutos e pedidos são depositados aos pés das estátuas do caboclo e da cabocla. A fim de começar essa análise de forma mais organizada, em 2019, escrevemos em parceria e publicamos na *Revista Brasileira de História das Religiões* o artigo “Oferendas e bilhetes para o Caboclo e a Cabocla na Festa do 2 de julho na Bahia”.

4 Cristianismo e sociedade

As festas ainda eram meu principal objeto de pesquisa, mas, a experiência de orientar e dar aulas na pós-graduação abriu os meus horizontes. Os próprios alunos me traziam diferentes demandas. A prioridade era analisar as práticas religiosas dos fiéis, porém, embora eu pesquisasse as relações entre o catolicismo e as religiões afro-brasileiras para analisar os rituais e as festas, percebia que se quisesse aprofundar os estudos sobre o campo religioso baiano, seria necessário estudar a organização de outras denominações cristãs e das religiões mediúnicas em Salvador.

Em 2007 o convite para escrever um livro sobre uma instituição ecumênica, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), trouxe esse desafio de estudar o protestantismo e o pentecostalismo. Formamos uma equipe composta pelo professor Muniz Ferreira

(UFBA), especialista em História Contemporânea, pela professora Elizete da Silva (UEFS), pesquisadora dos protestantismos, e eu, que até aquele momento só me dedicava ao catolicismo.

A CESE foi criada em 1973 e tinha, em seu conselho, membros das seguintes Igrejas: Episcopal Anglicana, Luterana, Metodista, Presbiteriana Independente, Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo e Católica Apostólica Romana, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O objetivo era apoiar projetos sociais de comunidades que lutassem pelos direitos humanos e civis, justiça e paz, diversidade étnica e religiosa, além de melhorias socioeconômicas e ambientais.

A CESE nos disponibilizou seu acervo documental, que se mostrou muito maior do que as suas três décadas de existência. Nós, historiadores, ficamos empolgados diante de atas de reuniões das igrejas envolvidas, projetos e relatórios de atividades que remontam a década de 1930, quando um grupo de evangélicos progressistas e ecumênicos buscava promover a cooperação entre as denominações cristãs e a discussão dos problemas sociais brasileiros, à luz da fé. Não aceitavam o assistencialismo, desejavam contribuir para a solução da miséria e da injustiça social no Brasil.

Dessa forma, passávamos dias inteiros na CESE, lendo, transcrevendo os documentos e discutindo sobre religiões, ecumenismo, problemas sociais e movimentos sociais do século XX. Além dos membros das igrejas, encontrávamos referências aos convidados para debates: historiadores, sociólogos, antropólogos, teólogos, pesquisadores brasileiros e estrangeiros, estudiosos da realidade brasileira. Pesquisamos as fontes primárias, mas também realizamos entrevistas com religiosos, acadêmicos e políticos que participaram de reuniões, avaliações de projetos e campanhas da CESE. Portanto, aquela pesquisa foi fundamental para que eu iniciasse os estudos do protestantismo e pentecostalismo e do movimento ecumênico.

O produto, o livro *Ecumenismo e cidadania*, publicado em 2013, não atendeu às nossas expectativas em termos editoriais, porém, tem um conteúdo consistente e uma contextualização histórica do

ecumenismo no Brasil, com fontes inéditas. Entretanto, o conhecimento acumulado com a pesquisa e o diálogo com meus dois colegas e parceiros de trabalho são imensuráveis.

5 GT História das Religiões e das Religiosidades

Em 2003, um grupo de professores, alguns deles com formação na UNESP, *campus* de Assis-SP, reunidos em Dourados-MS, onde participavam do I Simpósio Internacional Religião, Religiosidades e Cultura, criaram o GT História das Religiões e das Religiosidades. O objetivo principal era ocupar outro espaço (além da ABHR) nos eventos de História, principalmente, na sua maior associação, a Associação Nacional do Professores Universitários de História (ANPUH). Em 2005 aconteceu a primeira reunião nacional durante o XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, ocorrido na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina-PR. Na ocasião foi eleita sua primeira gestão 2005-2007, chapa composta pela Profa. Dra. Solange Ramos de Andrade, especialista em catolicismo, e pelo Prof. Dr. Artur Cesar Isaia, pesquisador das religiões mediúnicas.

Meu primeiro contato com o GT HRR aconteceu em 2007, quando participei do I Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), em Maringá-PR. Coordenei um simpósio temático Devoções, festas e ritos, apresentei comunicação oral, com texto intitulado “Devoções, festas e ritos: algumas considerações” foi publicado no primeiro volume da *Revista Brasileira de História das Religiões*, lançada em 2008.

Os encontros do GT HRR e a *Revista Brasileira de História das Religiões* tornaram-se importantes espaços de discussão e publicação sobre as religiões, crenças, os mitos, ritos e as práticas religiosas e contribuíram para a consolidação da área de estudo da História das Religiões e das Religiosidades no Brasil.

6 O retorno ao protagonismo da festa

A pesquisa sobre ecumenismo de serviço e as participações nos eventos da ABHR e do GT HRR foram fundamentais para os rumos das minhas futuras pesquisas, para alargar o campo de estudos e, principalmente, para debater os resultados parciais com especialistas da História das Religiões e das Religiosidades. Porém, sempre surgia um convite para uma conferência, um minicurso ou uma pesquisa em que a festa era o tema central, a protagonista.

Foi assim, por meio de um convite, que a Festa do Bonfim voltou a fazer parte do meu universo de pesquisa. Eu fui convencida a não a estudar no doutorado por recomendação da banca de seleção, pois, os professores consideraram que ela já havia sido objeto de análise em várias publicações. Portanto, era preciso apostar no ineditismo da tese.

Entretanto, em 2008, a Devoção do Senhor do Bonfim solicitou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o registro da festa como bem cultural de natureza imaterial. A 7^a Superintendência Regional do IPHAN Bahia, então, visando compor um dossiê para instrumentar o processo de registro da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim enquanto patrimônio imaterial do Brasil, fez uma seleção de projetos para tal fim.

Foi vencedor o projeto “Festa do Bonfim: Inventário e Registro”, proposto por mim e pelo professor Milton Moura. Assim, com uma equipe que ainda incluía uma historiadora/funcionária do IPHAN e duas bolsistas (alunas do mestrado e da graduação em História da UFBA), passamos os dois anos seguintes fazendo observação participante nos festejos do Bonfim e um curso de INRC (metodologia utilizada pelo IPHAN para o registro de bens culturais), realizando a pesquisa de fontes nos arquivos públicos e da irmandade e escrevendo o dossiê.

7 Festa do Bonfim

O culto do Senhor Bom Jesus do Bonfim foi implantado em Salvador em 1745, por iniciativa do capitão de mar e guerra e traficante de escravos, o português Theodózio Rodrigues de Faria, como pagamento de promessa por ter vencido uma tormenta. Foi construída uma igreja (tombada pelo IPHAN em 1949) na Península de Itapagipe e criada a irmandade, denominada Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim. A festa, realizada anualmente no mês de janeiro, tem na lavagem da escadaria, que acontece na 2ª quinta-feira depois do dia de Reis, o ponto alto das homenagens dos baianos ao Jesus crucificado e a Oxalá, atraindo, assim, fiéis católicos e das religiões afro-brasileiras.

A pesquisa realizada para o registro da festa como patrimônio imaterial estava mais focada na primeira década do século XXI. Porém, historiadores trabalham com o tempo e nós não queríamos que o produto apresentasse apenas uma lista de datas e acontecimentos. Não foi fácil convencer os arquitetos e o superintendente do IPHAN da necessidade da construção de um texto de contextualização da festa. Por fim, conseguimos construir um histórico, embora resumido, das homenagens ao Cristo crucificado.

Como o objetivo principal era analisar a festa do Bonfim na atualidade, realizamos participação para registrar, por meio de fotografias e entrevistas as lavagens de 2009 e 2010. A equipe foi dividida. Uma parte dos integrantes fazia o percurso a pé da Igreja da Conceição da Praia à Igreja do Bonfim e outra ficava no largo para acompanhar a movimentação de fiéis, suas práticas e rituais em torno do templo. Nas duas edições, fiquei no Bonfim porque era a historiadora entrevistada da TVE Bahia, que fazia a cobertura do evento durante todo o dia.

Naqueles dois anos a Lavagem do Bonfim passou por algumas mudanças significativas e nós, eu e o professor Milton Moura, éramos questionados sobre os significados e as consequências das no-

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

vidades. A primeira mudança, extremamente polêmica, diz respeito à proibição dos jegues fazerem o percurso. ONGs e entidades protetoras dos animais argumentavam que os jumentos eram mal alimentados, ficavam desidratados e carregavam o peso das carroças enfeitadas que transportavam devotos e turistas.

De nada adiantaram as inúmeras tentativas de explicação. Os donos dos animais tentavam mostrar que alimentavam e hidratam os jegues durante o percurso. Os historiadores apelavam para os aspectos tradicionais da Lavagem, afinal, durante o século XVIII e XIX, a água utilizada para lavar a igreja era retirada das diversas fontes da cidade baixa, colocada em barris e transportada no lombo dos animais. Além disso, muitos devotos faziam o percurso em carroças ornamentadas. Costumava-se enfeitar os jegues com flores, fitas e outros adereços. Por isso, o uso da expressão: “Estava mais enfeitado do que jegue na festa do Bonfim”.

A outra novidade foi que, em 2009, pela primeira vez e por iniciativa do Pe. Édson Menezes da Silva, reitor da basílica santuário do Senhor Bom Jesus do Bonfim e capelão da irmandade, com a licença da arquidiocese, a imagem do Senhor do Bonfim foi exposta na janela da fachada do templo na quinta-feira da Lavagem. Os fiéis não entraram na igreja, aliás, a interdição está em vigor desde 1890, por portaria de dom Antônio Luiz dos Santos. Porém, ficaram comovidos com a visão da imagem do Senhor do Bonfim, envolta em chuva de pétalas de flores vermelhas e confetes prateados, ao som do hino popular.

Muitos fiéis e jornalistas perguntavam se aquela era uma atitude ecumênica ou de diálogo inter-religioso entre a Igreja Católica e as religiões afro-brasileiras. No calor dos acontecimentos, era difícil afirmar sim ou não. A questão permaneceu conosco e tecemos algumas considerações sobre o assunto no dossiê e em entrevistas e publicações posteriores. O próprio padre justificava a sua iniciativa pelo fato de sempre ter participado do cortejo. Porém, mais do que diálogo inter-religioso, suas intervenções na festa demonstram uma tentativa de reavivar a fé católica e incluir os católicos, que anterior-

mente só participavam das missas e novena, na Lavagem, porém, atribuindo-lhe outro sentido.

Pe. Édson não inovou apenas na exposição da imagem. Ele instituiu a Procissão dos Três Pedidos, na qual os fiéis carregam fitas e realizam pedidos ao Senhor do Bonfim e formou um grupo de católicos que faz todo o percurso cantando músicas católicas, vestidos com camisas estampadas com a imagem do Bom Jesus e portando um vaso plástico de água benta. O quite é entregue aos interessados e pagantes antes da Lavagem. Esse grupo é muito diferente daqueles formados pelo povo de santo que toca atabaques e outros instrumentos de percussão, cantam músicas populares, sobretudo sambas, portam suas guias e as quartinhas com água de cheiro, previamente preparada por mães e pais de santo, de acordo com os preceitos do candomblé e da umbanda.

Parte 4 - DE ENSINO E PESQUISA À GESTÃO (2010-2015)

No período de 2010 a 2015, além do ensino e da pesquisa, tive também experiência com a organização de eventos e administração. Participei da comissão organizadora de três eventos acadêmicos de estudos inquisitoriais e do V Encontro do GT de História das Religiões e das Religiosidades. Os quatro encontros, realizados em Salvador, tiveram a parceria com outras universidades baianas, como Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), e universidades de outros estados, como a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e universidades de Portugal e Espanha, a Universidade de Évora e a Universidade de Alcalá de Henares, respectivamente. Os eventos foram importantes para o aprendizado da organização de atividades acadêmicas, a gestão de recursos em forma de apoios financeiros das agências de fomento e ricos em troca de experiência com pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Entre 2012 e 2014, fui coordenadora do PPGH juntamente com a professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Um trabalho completamente diferente de tudo que já tinha realizado. Até então, eu lidava apenas com a sala de aula, com a formação de novos professores e pesquisadores. Na gestão de um programa de pós-graduação, o coordenador é responsável pela organização do trabalho discente, que o coloca na chefia também do colegiado, pelo gerenciamento da produção acadêmica docente e discente, pelo diálogo constante com agências de fomento e órgãos da administração central da universidade, pelo uso e prestação de contas dos recursos financeiros e, muitas vezes, até mesmo do trabalho de secretaria. Tudo isso implica em um trabalho coletivo. Entretanto, as cobranças pelo bom andamento de todas as atividades de um programa de pós-graduação costumam recair sobre o coordenador.

1 Viagem aos países da África muçulmana: Marrocos e Tunísia

O ano de 2010 seria marcado por experiências de viagem e pesquisa relacionadas a duas grandes religiões, o islamismo e o cristianismo. Praticamente, comecei e terminei aquele ano com uma imersão no mundo muçulmano. Era a minha terceira viagem a países majoritariamente de professos do islamismo. Depois de ter conhecido o Egito e a Turquia, eu voltava à África, em fevereiro daquele ano, para visitar o Marrocos e a Tunísia. E, no mês de novembro, participei, em Lisboa, do Congresso Internacional Ordens e Congregações Religiosas em Portugal: memória, presença e diásporas.

Antes da viagem eu tinha poucas referências do Marrocos e da Tunísia. Por intermédio do cinema, eu guardava certas imagens de desertos, oásis, do colorido do artesanato, (especialmente dos tapetes e luminárias) exposto nos bazares, dos condimentos e da indumentária. A África antes dos tempos modernos ainda não era muito estudada e, no Brasil, carecíamos de bibliografia especializada.

Portanto, visitar os sítios arqueológicos, as cidades imperiais e andar pelas medinas foram experiências que me colocaram em contato com as ruínas romanas, mas, sobretudo com a arquitetura dos séculos VIII ao XV, com muralhas, portas, torres, palácios, mesquitas, minaretes e grandiosos mausoléus com arcadas, azulejos e mosaicos.

Fiquei deslumbrada com Fez, a cidade do século IX, de comércio pujante, numa época em que as cidades europeias do norte, principalmente do reino franco e da Germânia, ainda lidavam com o decréscimo populacional e uma economia rural. Fez recebia caravanas do mundo islâmico árabe e oriental e da península ibérica, o que contribuiu para a sua arquitetura hispano-árabe. Na medina, no primeiro andar, em cima das lojas comerciais, ainda se pode ver os cômodos que acolhiam os viajantes e mercadores.

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

De Marrakech eu só havia visto a praça, em fotografias e cenas de filmes, com sua incessante fumaça dos fogareiros que atravessa as coberturas das barracas de alimentos ali mesmo preparados. E os malabaristas e encantadores de serpentes, sempre presentes nas cenas cinematográficas. A praça é tudo isso e mais um pouco. Há burburinho e mulheres muçulmanas com seus véus e olhos bem delineados que tentam se esconder das lentes indiscretas dos turistas. Os homens se reúnem em conversas animadas nos cafés em torno da praça. Porém, Marrakech, construída no século XI, possui outros encantos para os interessados no medievo, como a Mesquita de Koutoubia, seu minarete e sua tumba, construídos com mármore, madeira entalhada e mosaicos. Homens paramentados como os antigos vendedores de água circulam pelos principais monumentos e criam um clima de viagem no tempo.

Além de visitar as cidades imperiais, tive a oportunidade de conhecer as ruínas romanas de Volubilis com arco do triunfo, colunas de uma basílica e pisos de mosaicos com desenhos de animais, cenas de caçadas e dos prazeres do vinho, das festas e dos encontros amorosos na Casa de Baco.

Dois antigas cidades da atual Tunísia faziam parte do meu imaginário: Cartago e Kairouan. A primeira foi colônia fenícia, durante o Império Romano disputava o controle do Mar Mediterrâneo com Roma e foi tomada pelos vândalos no século V. A segunda foi importante na expansão do islamismo no norte da África.

De Cartago resta o sítio arqueológico. Ao percorrer as antigas ruas e entrar nas ruínas de casas, igrejas e termas, dá para se ter uma idéia da grandiosidade da vida urbana. E é possível observar o mar e pensar na importância daquele que foi um dos mais importantes portos da antiguidade.

Já Kairouan é uma cidade ativa no comércio de tapeçarias e tapetes e na vivência religiosa. Erguida no século VII, a cidade era a capital do Magrebe, um estratégico posto militar e, ao mesmo tempo, capital do Islã na África. A grande mesquita, bela construção revestida de

mosaicos coloridos, pode ser visitada e representa o lugar de orações e de aprendizado do árabe e do alcorão.

Ainda visitei as ruínas romanas de Dougga, as cidades de Túnis e Monastir, nas quais é possível conhecer palácios e museus, como o Museu do Bardo e sua impressionante coleção de mosaicos dos pavimentos romanos. Experiência fabulosa também é andar pelo deserto de sal. Até aquele momento, eu só conhecia os desertos de areia e pedra.

2 O universo católico das ordens religiosas

Ao voltar da viagem ao Marrocos e à Tunísia, retomei os estudos do catolicismo. Eu e a equipe da Festa do Bonfim nos dedicávamos às leituras, entrevistas, pesquisa de fontes no arquivo da irmandade e a escrita do dossiê. A pesquisa ainda não havia terminado quando recebi um convite irrecusável. O historiador Waldir Freitas Oliveira, professor aposentado da UFBA, recebeu a incumbência de escrever um livro sobre o Colégio Antônio Vieira (CAV), que completaria 100 anos no ano seguinte. Ele sabia que eu era especialista em catolicismo e, por isso, me convidou para dividir essa tarefa.

Nas conversas iniciais com o diretor do CAV, Pe. Domingos Mianulli, e o Pe. Geraldo Almeida (profundo conhecedor da Companhia de Jesus e escolhido entre os jesuítas para nos auxiliar na pesquisa), concluímos que o colégio era muito mais do que uma instituição de ensino, a sua fundação propiciou o retorno dos jesuítas ao Brasil, acometidos pelo decreto de expulsão das ordens religiosas de Portugal, após a proclamação da república em 1910.

O tema era espinhoso e traumático para os inacianos que foram por três vezes expulsos de Portugal: 1759, no reinado de Dom José I, por ordem de seu ministro o Marquês de Pombal; 1834, no reinado de Dom Pedro IV e I do Brasil; 1910, com a proclamação da

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

República que pôs fim ao reinado de Dom Manuel II. Nos séculos XIX e XX os membros da Companhia de Jesus não estavam sozinhos nos processos de expulsão, afinal, foram extintas as casas religiosas (conventos, mosteiros, colégios e hospícios) de todas as congregações e ordens religiosas dos territórios portugueses.

Dessa forma, começamos a pesquisa em 1910, com um levantamento dos principais acontecimentos e o contexto histórico daquele ano em Portugal e no Brasil. Durante a viagem de férias, de passagem por Lisboa, visitei exposições e comprei livros sobre a república portuguesa. Em Salvador, os jesuítas nos facilitaram a entrada e a pesquisa nos acervos da biblioteca do CAV e da casa dos padres. Tivemos acesso a um vasto corpo documental com fontes (fichas de alunos, anotações de aulas e sermões dos padres/professores, correspondência, regimento do internato, fotografias etc.) que nos permitia escrever sobre a pastoral educacional dos inacianos, as principais atividades do CAV, mas, que também nos revelava um trabalho muito mais amplo daqueles homens que no alvorecer do século XX não eram apenas teólogos e professores, mas também escritores e cientistas. Infelizmente, nosso tempo era escasso para enveredarmos por outras ações da Companhia de Jesus na Bahia e no Brasil. O principal resultado dessa pesquisa foi a publicação do livro *Colégio Antônio Vieira, 1911-2011: vidas e trajetórias de uma missão jesuíta*, em edição primorosa, com fotografias, pela EDUFBA.

No segundo semestre de 2010, fui convidada pelo professor português José Eduardo Franco (especialista na História da Companhia de Jesus) para participar do Congresso Internacional Ordens e Congregações Religiosas em Portugal: memória, presença e diásporas, que aconteceria em novembro. O congresso foi grandioso, com a participação de pesquisadores das ordens religiosas de vários países e discussões enriquecedoras sobre o tema. Na oportunidade, apresentei o trabalho “A expulsão dos jesuítas de Portugal pela República e a fundação do Colégio Antônio Vieira na Bahia”. Ainda aproveitei a viagem para conhecer Setúbal e a sua Igreja do Senhor

do Bonfim, origem da imagem setecentista que atravessou o Rio Tejo e o Oceano Atlântico para se converter no principal objeto de culto dos baianos em Salvador.

3 Primavera Árabe

De volta à Bahia, portando na bagagem livros, experiências de pesquisa e viagem, me assustaria com os acontecimentos do mundo islâmico no mês de dezembro. No dia 18, um jovem tunisiano, inconformado com o governo ditatorial, a corrupção e os maus tratos policiais, ateou fogo ao próprio corpo. O que parecia ser um caso isolado, ganhou proporção e inúmeros protestos em outros países muçulmanos do norte da África e do Oriente Médio. Eram reivindicações de liberdade das opressões dos Estados. Em países como Egito, Tunísia e Marrocos, o revide policial aos manifestantes gerou muita violência. As resistências civis aos governos desencadeavam greves, passeatas e comícios. Na Líbia e na Síria, as manifestações evoluíram para guerras civis. Os manifestantes utilizavam as mídias e redes sociais para se organizarem, chamarem os cidadãos às ruas e para a divulgação de notícias, principalmente para as rádios, TV e jornais internacionais, pois, muitas vezes, as mídias nacionais eram controladas pelos governantes.

Portanto, o incidente deu origem a vários vídeos realizados pelos manifestantes. Muitas vezes, eram imagens de cenas violentas sem grandes explicações. Os alunos chegavam na UFBA cheios de dúvidas sobre os significados dos acontecimentos dos países islâmicos. Todos aqueles fatos só poderiam ser entendidos a partir do retorno ao passado. Era preciso analisar os pressupostos do islamismo, a expansão islâmica, os processos de colonização e descolonização e, ainda, os interesses políticos e econômicos e as interferências das potências mundiais naqueles conflitos. Assim, o primeiro

semestre de 2011 foi repleto dessas discussões em sala de aula. Era também a constatação de que temas do presente não estão tão distantes ou dissociados do medievo.

4 Coordenação de eventos acadêmicos

Entre 2011 e 2014 participei da organização de quatro eventos acadêmicos, um a cada ano. Foram três edições do Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais e o V Encontro do GT de História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH.

A Inquisição foi uma instituição católica de longa duração, do medievo ao século XIX, criada pela Igreja para extirpar os desvios de ortodoxia entre os clérigos, mas, que se converteu em tribunais para vigiar e punir todos que cometessem pecados morais (bigamia, sodomia, feitiçaria etc.) e contra a fé, a heresia. Em 1470 tornou-se um braço do Estado quando os reis católicos, Fernando II de Aragão (1452-1516) e Isabel I de Castela (1451-1504), solicitaram ao papa Sisto IV (1471-1484) a autorização para estabelecer o Tribunal da Inquisição para combaterem as práticas heréticas de conversos judeus e muçulmanos, os cristãos novos. A partir do século XIV, os protestantes também estiveram na mira dos inquisidores, afinal o protestantismo era a grande heresia daquele período e que motivou a realização de muitas sessões do Concílio de Trento. O Tribunal do Santo Ofício em Portugal foi criado em 1536 e na Itália em 1542 e chegou à América com estabelecimento no Peru, na Colômbia e no Chile. No Brasil não houve tribunal, mas, visitas eram realizadas.

A comissão organizadora foi composta por professores de quatro universidades baianas (UFBA, UFRB, UNEB e UESB) e da Universidade de Évora, Portugal. Nas três edições do evento conseguimos reunir pesquisadores do Brasil, de Portugal, Espanha, Itália,

Argentina, Chile e México. Abrimos inscrições para todos os níveis de ensino e apresentação de trabalhos a partir da graduação, pois, considerávamos importante que os graduandos apresentassem os resultados das suas primeiras experiências de pesquisa e pudessem debater com especialistas.

A experiência com a organização e gestão de recursos dos eventos de estudos inquisitoriais me deu segurança para assumir outra empreitada, a realização do V Encontro do GT de História das Religiões e das Religiosidades em Salvador, na primeira semana de dezembro de 2014. Era a primeira vez que o GT seria realizado no Nordeste e serviria também como consolidação do Grupo de Trabalho de História das Religiões e das Religiosidades (GTHRR) regional, organizado por mim e Elizete da Silva, minha parceira, também, na realização do evento. Tivemos a participação de pesquisadores de vários Estados brasileiros, da Argentina, de Cuba e da Polônia.

O tema do V Encontro de GTHRR foi “Devoção, festas e sociabilidades”. Tivemos mesas redondas sobre a historiografia das religiões, devoções nos sertões e nas cidades, ordens religiosas, festa e patrimônio cultural, religiosidades indígenas, religiões afro-brasileiras, espiritismos, sociabilidades protestantes. Como o evento foi realizado de 1 a 3 de dezembro, incluímos o dia 4 com programação cultural no Pelourinho. É o dia de Santa Bárbara e Iansã, então, os participantes tiveram a oportunidade de participar de uma festa afro-católica baiana e finalizar as atividades acadêmicas numa grande celebração.

5 Experiência de gestão

Desde que me tornei professora, neguei as oportunidades de assumir cargos administrativos. Direção de escola e faculdade,

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

chefia de colegiado e departamento, coordenação de programa de pós-graduação etc., não estavam nos meus horizontes de trabalho. Mantive essa postura nos doze anos de UFBA, mas, as pressões eram grandes para que eu assumisse algum cargo, afinal éramos poucos professores e alguns ficavam sobrecarregados com essas funções. Dessa forma, fui convencida a me candidatar à coordenação do PPGH em 2012. Aceitei com a condição de que a professora Maria Hilda Paraíso, com vasta experiência em gestão, dividisse comigo essa responsabilidade. E assim formamos a chapa, eu na função de coordenadora e Hilda, vice. Porém, essa divisão era apenas formal, eu e Hilda trabalhávamos juntas e pude contar, incondicionalmente, com sua experiência e seu apoio.

Foram os dois anos mais difíceis da minha carreira acadêmica. O companheirismo de Hilda aliviava um trabalho, que além de burocrático, trazia inúmeras tensões. Nosso funcionário da secretaria entrou no PPGH junto comigo, então, aprendemos juntos a lidar com os trâmites administrativos. Contei com a ajuda prestimosa da professora Lina Aras (com ampla experiência de gestão e que, àquela altura, já havia ocupado os cargos de chefia de departamento de História algumas vezes, coordenação do PPGH e direção da FFCH) e do professor Dilton Araújo, chefe do Departamento de História. Mesmo assim, não foi fácil. O mais difícil e exaustivo foi lidar com as expectativas e buscar a solução de problemas (muitas vezes que extrapolavam a função de coordenação) com parte do corpo docente.

Entretanto, costumo tirar das dificuldades algo de positivo. De 2012 a 2014 aprendi muito sobre o funcionamento de uma universidade, com suas várias instâncias para gerir a vida acadêmica de alunos e professores e para a prestação de serviços à comunidade por parte dos seus funcionários. A gestão do PPGH me possibilitou a participação nos fóruns dos programas de pós-graduação, o contato frequente com os discentes e o diálogo constante com as agências de fomento. Valeu como experiência, embora não pretenda repeti-la.

6 Devoção e compromisso

Durante o mestrado e o doutorado, tive como objetos de pesquisa as festas religiosas organizadas e realizadas por católicos leigos. Com exceção da Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia, promovida pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, nas demais os organizadores e participantes não estavam vinculados a nenhuma irmandade. Entretanto, essas associações eram constantemente mencionadas na bibliografia sobre o catolicismo e, em palestras e eventos sobre a sociedade baiana, eu ouvia os pesquisadores falarem que as irmandades tiveram sua fase áurea no Brasil colônia e entraram em decadência no império.

Os grupos religiosos leigos possuem diferentes denominações. As irmandades possuem uma mesa administrativa, com eleição e gestão bianual, e realizam suas práticas religiosas quase sem interferência eclesiástica. O compromisso deve ser aprovado pelo bispo ou arcebispado, mas, cabe ao pároco apenas a celebração da missa e dos sacramentos. As confrarias normalmente são formadas por grupos profissionais, a exemplo das antigas corporações de ofício da Idade Média. As devoções são organizadas para o culto, mas, sem a necessidade de uma estruturação e hierarquização. Por sua vez, as ordens terceiras são formadas por grupos familiares, mas estão vinculadas às ordens religiosas, primeira (masculina) ou segunda (feminina), sem a vida conventual e os votos.

Entretanto, apesar dessas peculiaridades, todas são associações leigas católicas, ou seja, organizações de fiéis formadas a partir de critérios de cor da pele, socioeconômicos ou, simplesmente, pela vinculação ao catolicismo. Os devotos não são ordenados, mantêm famílias, escolhem um santo patrono e desenvolvem, com certa independência da Igreja Católica, a sua devoção, seus ritos e suas festas.

Na Europa, esses grupos tiveram origem no século XIII e possuíam muitos termos: fraternidade, sociedade, congregação, pia união,

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

irmandade, confraria, ordem terceira etc. No Brasil colonial eram denominados irmandade, confraria, devoção e ordem terceira. As associações leigas possuíam objetivos comuns, como manter o culto ao padroeiro e desenvolver a ajuda mútua entre os associados. O regimento interno, chamado de compromisso ou estatuto (a partir da segunda década do século XX), estabelecem as regras de admissão dos sócios, administração e normas para a oficialização do culto. No período republicano, a partir da publicação do *Código de Direito Canônico*, de 1918, aparecem as seguintes terminologias: ordem terceira, confraria e pia união.

Intrigava-me o uso recorrente do termo decadência como sinônimo de desaparecimento. Ao participar de algumas festas, visitar igrejas de Salvador e, principalmente, pesquisar as festas de Santa Bárbara (que passou a ser organizada pela Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo a partir da década de 1980) e do Senhor do Bonfim, eu identificava irmandades e ordens terceiras ainda atuantes. Assim, resolvi investigar as transformações e permanências dessas instituições leigas a partir da segunda metade do século XIX.

Em 2011, submeti e registrei no Departamento de História o projeto “Devoção e Compromisso: Irmandades em Salvador (1855-1920)”, com o início do recorte temporal em 1855, no arcebispado do reformador Dom Romualdo Antônio de Seixas, e final em 1920 por considerar que o período inicial da república na Bahia teve significativas transformações políticas e socioeconômicas, como a modernização na arquitetura, intervenções urbanas e as tentativas de transformações nos costumes. O projeto tinha como principal objetivo analisar a decadência, as fusões e continuidades das irmandades, principais responsáveis pela promoção do culto aos santos e da assistência espiritual (orações e ritos fúnebres) e material (empréstimo, alforria, funeral, sepultamento e pensões) aos associados, chamados irmãos.

Esse projeto deu um novo rumo para a minha pesquisa. Eu continuava pesquisando as festas, afinal, toda associação leiga católica

tem por objetivo principal promover a devoção ao seu patrono e realizar sua festa anual. Porém, o estudo das irmandades, confrarias e ordens terceiras ampliou o leque de possibilidades de analisar o catolicismo leigo, que, além do culto e da festa, desenvolve a assistência e a caridade. As associações também são importantes para o desenvolvimento da sociabilidade e a formação e manutenção das identidades étnicas.

Inicialmente, eu pensava que teria trabalho para, no máximo, dois anos. Entretanto, a pesquisa de fontes nos arquivos públicos e das próprias associações revelou a existência de um significativo corpo documental que ultrapassava o recorte temporal adotado. Também que o número de irmandades, confrarias e ordens terceiras em atividade até meados do século XX era muito maior do que eu havia calculado. Logo percebi que não daria conta desse universo sozinha. Comecei a submeter projetos de iniciação científica e tinha a cada ano um ou dois bolsistas vinculado ao projeto. O primeiro bolsista, Lucas Nunes Stasi, encontrou seu próprio eixo de pesquisa dentro do projeto. Sob a minha orientação, ele estudou as irmandades da Freguesia de Santana no mestrado e, atualmente, pesquisa as concepções do bem morrer entre os baianos, utilizando fontes da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

Em 2013 ampliei o recorte temporal (1918-1968) a fim de analisar as mudanças ocorridas após a entrada em vigor de uma nova legislação eclesiástica, o *Código de Direito Canônico*, e abarcar as ações de dois arcebispos, dom Jerônimo Tomé da Silva (1893-1924) e dom Augusto Álvaro da Silva (1924-1968). Os dois exigiam a aplicação das novas regras, vigiavam as atividades dos leigos e colaboravam com o poder público nos projetos de modernização, mesmo que isso significasse a demolição de igreja e o despejo das associações. Essas ações geraram conflitos entre clérigos e leigos, a extinção e as fusões de determinadas associações. As mais resistentes às mudanças, tiveram que realizar adaptações.

7 Rede História e Catolicismo (RHC)

Em 2015, alguns pesquisadores das religiões, os professores Cândido Rodrigues – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Renato Peixoto – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Rodrigo Coppe Caldeira – Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG) e a professora Gizele Zanotto – Universidade de Passo Fundo (UPF) criaram a Rede de Pesquisa História e Catolicismo no Mundo Contemporâneo (RHC). O propósito era proporcionar o diálogo sobre as variadas formas do catolicismo entre os pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Fui integrada à RHC logo no início e, mais uma vez, participava da fundação de uma associação de pesquisa em História das Religiões.

O primeiro trabalho coletivo da RHC foi a organização e a publicação da coletânea *Olhares sobre os catolicismos no Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil*. A intenção era publicar resultados de pesquisas sobre o catolicismo nessas três regiões a fim de dar visibilidade a uma historiografia brasileira fora do eixo Sul e Sudeste do Brasil, ou seja, trazer outros olhares sobre os catolicismos. O uso do plural nos dois termos foi uma decisão acertada, pois, mesmo dentro dessa instituição, a Igreja Católica, que se afirma una e universal, há singularidades tanto no campo religioso (nas práticas religiosas) quanto no campo de pesquisa (nos objetos, referenciais teóricos e metodológicos). Para esse livro, escrevi o capítulo “Rezar e festejar: expressões do catolicismo leigo em Salvador – BA”.

A RHC tem dois eixos de pesquisa: Catolicismo e cultura, que discute a configuração das doutrinas de intelectuais católicos nos países da América do Sul, e Catolicismo e política, que analisa as múltiplas relações entre o catolicismo e a política, entre o fim do século XIX ao século XXI, com ênfase nos intelectuais, os periódicos, Igreja, movimentos, grupos e partidos. Em qualquer um desses eixos, há um profícuo diálogo entre História, Sociologia, Teologia e Filosofia.

Entre os dias 3 e 5 de novembro de 2020, a RHC realizou o seu primeiro seminário, de forma on-line, com o objetivo de aprofundar os debates de temas voltados ao estudo e compreensão dos catolicismos em sua diversidade contemporânea. Além de propiciar o diálogo entre os pesquisadores da RCH com o público em geral interessado na História das diferentes vivências do catolicismo, o seminário teve palestrantes de diferentes países como Argentina, Uruguai, Estados Unidos e Polônia.

8 Preparação para nova etapa de pesquisa

A realização do V Encontro do GTHRR em Salvador, em 2014, e a participação na RHC, a partir de 2015, foram importantes para que eu estreitasse os laços de cooperação com pesquisadores da História das Religiões e das Religiosidades, e, de forma mais específica, com o estudo do cristianismo.

O evento do GTHRR coincidiu com o encerramento da nossa gestão do PPGH. Assim, eu programei a realização de um estágio de pós-doutorado para 2015. Seria o momento propício para descansar do exaustivo trabalho de gestão, viajar e investir numa nova pesquisa. Eu tinha a sensação do dever cumprido, tinha chegado ao fim do mandato, vencido um grande desafio.

Porém, os anos de 2014 a 2016, fase desse capítulo, foi um turbilhão na política brasileira com reflexos nas universidades federais. O segundo mandato de Dilma Roussef na presidência da República foi cheio de cortes no orçamento da educação. No primeiro semestre de 2015, nós, professores, fizemos uma greve desgastante de quatro meses. Não havia reivindicação de aumento salarial, apenas de reversão dos cortes de verbas. Naquele contexto de corte de bolsas, eu havia planejado fazer o pós-doc em Portugal ou na Itália, mas, logo constatei a inviabilidade de realizar o está-

gio no exterior quando tentei pleitear a bolsa junto a CAPES e ao CNPq, pois as duas agências de fomento suspenderam os editais no segundo semestre daquele ano.

Fiquei frustrada com a impossibilidade de fazer o pós-doc no exterior, pois seria uma oportunidade de estar em algum centro de estudos da medievalidade. Isso não significa, portanto, que eu não valorizasse as universidades brasileiras. Haveria uma mudança de temporalidade, pois, ao permanecer no Brasil, eu enveredaria pela pesquisa na área da História das Religiões e das Religiosidades, na História do Brasil. Assim, decidi que analisaria as fontes já coletadas sobre as associações leigas católicas. Eu queria fazer um pós-doc em uma universidade na qual houvesse um grupo de pesquisa sobre religiões e que a minha pesquisa fosse supervisionada por um especialista nessa área. Não desejava que o ano fosse apenas de afastamento das atividades de ensino com um processo burocrático com o aval de um colega, mas, que fosse realmente de estudo e pesquisa com apresentação de resultados em forma de produção científica.

Porém, por diferentes motivos, as tentativas de realização do pós-doc se mostravam infrutíferas. Cheguei a desistir e fui comunicar a decisão a chefia de departamento. A professora Lina Aras me ouviu com atenção e, acertadamente, me aconselhou a não desistir, a procurar alternativas. Se eu não iniciasse o processo de afastamento, meu nome iria para o final da lista do Programa de Qualificação do Docente (PROQUAD), o programa de qualificação profissional docente. Nessa incerteza, o que me animava era o retorno exclusivo às atividades de ensino e orientação, após a gestão do PPGH e a greve.

Em março de 2016 fui informada de que o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá abriu um edital de seleção de bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), para pós-doutorado. Notícia alvissareira não apenas pela bolsa, mas também, pela possibilidade de ter um ano dedicado à pesquisa e da proximidade com pesquisadores do GTHRR. Fui aprovada no processo seletivo e teria um ano de muito aprendizado.

Parte 5 - ENSINO E PROJETOS ENTRE REDES E CONEXÕES (2016-2020)

Muitos brasileiros veem o ano de 2016 como uma maldição. O país estava em convulsão política e as manifestações de ódio e intolerância acirradas. Se de um lado, o da coletividade, as manobras dos partidos e bancadas se dividiam entre a manutenção do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e a destituição de Dilma Rousseff da presidência da república, de outro, do ponto de vista pessoal, aquele foi um ano extremamente produtivo na minha carreira acadêmica. Eu vivia entre a angústia do cenário nacional em crise e que, infelizmente continuaria nos anos seguintes, e a alegria da dedicação à pesquisa, da publicação dos resultados parciais, do contato com outros pesquisadores e com novas redes de produção do conhecimento.

O ano de pós-doc foi fundamental para a sistematização e a análise de um corpo documental anteriormente coletado e digitalizado. Tive condições também de reler obras de cunho teórico-metodológico, refletir sobre conceitos e abordagens da História das Religiões e Religiosidades e, sobretudo, sobre o catolicismo. Essas reflexões deram novo rumo para a minha pesquisa e a concepção de novos projetos, elaborados após o meu retorno à Salvador e nos três anos seguintes.

Esses últimos quatro anos também foram significativos em relação às viagens e ao contato com outra região do Brasil, outros países, povos, culturas e religiões. E, até mesmo, o ano de distanciamento social, em função da pandemia, foi de aprendizado e novas experiências, principalmente com a adaptação ao trabalho de ensino e pesquisa de forma remota. O uso mais frequente da internet, possibilitou a realização de novas conexões com pesquisadores, centros e redes de pesquisa que antes necessitavam de deslocamentos, embora eu deseje a volta às atividades presenciais e à condição de uma historiadora andarilha.

1 Viagem: Israel e Jordânia, a Terra Santa

Em junho de 2016, no dia seguinte a aprovação para o pós-doc na UEM, iniciei uma viagem à Terra Santa, há muito desejada. A leitura da Bíblia, dos livros de Flávio Josefo, da literatura sobre o oriente, de História Medieval (principalmente da diáspora judaica e das lutas entre cristãos e muçulmanos pelo controle dos lugares sagrados) e dos livros de História das Religiões (Mircea Eliade, Karen Armstrong e Reza Aslan) sobre as três religiões monoteístas, colocavam essa região da antiga Galiléia e Transjordânia em um destino mais do que almejado, necessário.

É difícil definir a emoção da chegada a Jerusalém na madrugada e ver os contornos da muralha e as luzes do amanhecer na cidade santa. Era o mês do Ramadã e logo no primeiro dia, uma sexta-feira (dia sagrado para o Islamismo) eu teria noção das regras de convivência nos lugares sagrados por três grupos religiosos em constante tensão e, por vezes, conflitos. São diferentes dias, horários e portas de entrada para cada grupo religioso. Por vezes, as separações estão dentro de uma mesma religião. Os cristãos católicos e ortodoxos podem até dividir uma mesma igreja, mas em horários e altares diferentes. Até mesmo nos espaços laicos e turísticos, como nos hotéis, um observador atento, percebe as nuances, pois há ritmos e serviços diferenciados. Aos sábados não há alimentos quentes, leite, por exemplo, que exijam preparação diária e dependência de funcionários.

Para um judeu, fazer as orações e pedidos no Muro das Lamentações é entrar em contato com o antigo templo, lugar por excelência da manifestação do sagrado. Para um cristão, é fundamental estar e rezar nos mesmos lugares por onde Cristo e os apóstolos andaram: Monte das Oliveiras, Jardim de Jetsemani, *Via Crucis*, santo sepulcro etc. Para o meu olhar de historiadora, não importa se foi exatamente na Igreja do Santo Sepulcro que Jesus foi sepultado, a pedra é apenas uma representação. Porém, não posso negar o meu fascínio em andar dentro da muralha, pelas ruas estreitas, por onde circularam, desde a antiguidade,

peças das diversas civilizações do mundo até então conhecido. Gostava de imaginar homens e mulheres, mercadores, estudantes e peregrinos que chegavam nas caravanas, provavelmente, tão embevecidos quanto eu ao observar aquela diversidade de línguas e costumes.

Nas proximidades do Mar Morto, além de flutuar no lago salgado e molhar os pés no Rio Jordão, visitei as ruínas de Massada, a fortaleza erguida por Herodes, o grande, onde ocorreu uma das guerras entre os judeus e o exército romano. Quando homens, mulheres e crianças, judeus amotinados, perceberam que seriam massacrados, optaram pelo suicídio coletivo. Flávio Josefo narra em detalhes esse triste episódio da História judaica.

A Jordânia guarda importantes sítios arqueológicos da ocupação romana. As colunas da via principal das ruínas da cidade de Jerash dão a dimensão da sua prosperidade. Percorri suas ruas no calor escaldante do meio-dia. Entretanto, fui agraciada com o som do minarete das mesquitas próximas chamando os fiéis para a oração. O que me fazia lembrar o quanto aquelas terras foram exploradas por gregos, fenícios, romanos até se converter em território do Islã.

A Jordânia ainda me reservava outra emoção que me remeteria à adolescência e ao primeiro ano do curso de História: Petra, a capital do reino Nabateu, habitada pelo povo árabe e dominada por romanos e bizantinos. Por volta de 312 a.C., os nabateus escavaram os edifícios da cidade nas montanhas de arenito rosa. Eles a transformaram em um grande centro comercial, por onde passavam as caravanas de mercadores que faziam a rota Península Arábica – Damasco (Síria). Dois terremotos, ocorridos nos séculos IV e V da nossa era são apontados como responsáveis pela destruição da cidade. Mas, o desvio da rota comercial também contribuiu para a perda do poderio econômico da região.

Porém, minha primeira referência da cidade rosa veio do cinema. Entre 1981 e 1989, eu tinha um herói, o professor de arqueologia Henry Jones, ou simplesmente Indiana Jones. Os dois primeiros filmes foram lançados em 1981, *Indiana Jones e os caçadores da arca perdida*, e em 1984, *Indiana Jones e o tempo da perdição*.

Não assisti a esses filmes na tela grande, pois, em Ipiaú-BA, o Cine Éden, da minha infância, há muito fora desativado. Em 1985, eu e algumas colegas do 1º ano do ensino médio, na época chamado Básico, resolvemos alugar as fitas VHS numa locadora para assistir os filmes. Não tínhamos videocassete em casa, então, assistimos ali mesmo. Nossa “sala de cinema” era composta de um videocassete, uma TV e seis desconfortáveis cadeiras de plástico. Mesmo diante dessa exibição precária, fiquei encantada com o enredo baseado em referências de antigas civilizações e os cenários extraordinários. Naquele momento eu não tinha acesso à crítica de cinema. Então, prevaleciam o encantamento e o imaginário.

Mais tarde, em 1989, assisti ao terceiro filme, *Indiana Jones e a última cruzada*, no cinema, em Ilhéus. Eu estava no primeiro ano do curso de História e estudava História Antiga e Medieval. Dessa forma, já sabia que a Arqueologia era uma área muito diferente da apresentada no filme, que os arqueólogos não entravam nos sítios arqueológicos, empunhando arma e chicote e que o trabalho duro nas escavações não era glamoroso. Também entendia um pouco mais das representações das épocas históricas no cinema. Porém, os conhecimentos recém-adquiridos não tiraram o prazer de acompanhar a aventura de Indiana Jones na cidade perdida, Petra.

Petra parecia ser apenas fruto do meu imaginário cinematográfico. Conhecê-la era um sonho distante, quase impossível. Por isso, percorrer Petra, adentrar seus templos e tumbas, na manhã do dia 23 de junho de 2016 (bela substituição de uma festa junina) trouxe à tona todas essas memórias.

2 Um ano na cidade canção

Ainda com o pensamento nas antigas civilizações orientais, aterrissei em Salvador na quinta-feira, 27 de junho de 2016, e só tinha

uma semana para me mudar para Maringá-PR, cujo limite para me apresentar na UEM era o dia 5 de julho. Aquela semana na Bahia seria dedicada aos preparativos da viagem e realização de uma última atividade na UFBA, a defesa de mestrado de um orientando.

A primeira semana em Maringá foi intensa e festiva. Era tempo de me apresentar à coordenação do PPGH, assinar documentos, planejar as atividades com a supervisora do pós-doc, a professora Solange Ramos de Andrade, rever a professora Vanda Fortuna Serafim, parceira de muitas viagens e congressos a partir de então, conhecer o Laboratório de Estudos de Religiões e Religiosidades (LERR) e os alunos, orientandos das duas professoras, com os quais desenvolvi uma relação de amizade e companheirismo nos eventos de História das Religiões e Religiosidades. No dia 9 de julho, professores e alunos organizaram uma festa junina para acolher os calouros de História. De certa forma, eu também era uma caloura na UEM. Entre forró, quadrilha, comida típica e quentão, os veteranos me mostravam e me guiavam pelo *campus*, revia amigos (ex-alunos da UNESP de Assis-SP) e conhecia os demais professores e alunos de História da UEM.

3 Plano de trabalho e atividades do pós-doc

Ao pesquisar a permanência e as transformações das associações leigas entre a segunda metade do século XIX até a primeira república, eu e os bolsistas de iniciação científica fizemos uma significativa coleta dos documentos em diferentes arquivos de Salvador, principalmente no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA), Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACMS) – em funcionamento no Laboratório Eugênio Veiga (LEV) – e na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Coletamos e digitalizamos os livros de correspondência entre o arcebispo dom Jerônimo Tomé da Silva (1893-1924) e as associa-

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

ções leigas (que contêm cartas, portarias, ofícios e compromissos), cartas pastorais, jornais católicos e leigos.

Era preciso sistematizar os dados. Nessa perspectiva, elaborei o plano de trabalho para o estágio de pós-doutorado: “Mapeamento das associações leigas católicas na Bahia republicana (1893 -1968)”. Um ano não seria suficiente para analisar todo o corpo documental. Por isso, o objetivo principal foi identificar e catalogar as irmandades, confrarias e ordens terceiras fundadas nos séculos XVIII e XIX e que permaneceram ativas até a primeira metade do século XX. Esse corpo documental foi de suma importância para a realização do mapeamento das associações e acompanhar as trajetórias das organizações leigas, com suas dificuldades, desaparecimentos, fusões, reformas internas, adaptações e continuidades de suas devoções e festas. Caberia também a identificação das associações que foram extintas, realizaram fusões ou mudaram de *status*, de irmandade para ordem terceira, por exemplo.

A leitura da bibliografia especializada e das fontes demonstrava que no Brasil, as irmandades, confrarias e ordens terceiras foram os principais agentes do catolicismo. Reuniam os irmãos por critérios sociais e de cor, prestavam ajuda mútua na vida (empréstimo, alforria) e na morte (funeral, sepultamento e pensões para a viúva e os órfãos). Porém, havia conflitos entre os leigos e as autoridades eclesiásticas e civis. O clero encarava a religiosidade leiga, mesclada com elementos indígenas e africanos, como ameaça à hierarquia e desvio da ortodoxia e contava com as autoridades civis, principalmente políticos e policiais, para coibir as manifestações religiosas, como festas, procissões noturnas e sem a presença dos padres e as lavagens dos templos nas quintas-feiras que antecediam as datas dos padroeiros, tão comuns na Bahia desde o período colonial.

As obras historiográficas sobre as irmandades geralmente tratam dos períodos da colônia e do império e classificam o final do oitocentos como a decadência dessas associações, mas, sem discutir os seus significados. Por isso, o recorte temporal para essa pesquisa

abrange os arcebispados de dom Jerônimo Tomé da Silva (1893-1924) e dom Augusto Álvaro da Silva (1924-1968), na tentativa de analisar as principais mudanças ocorridas e os motivos que levaram à permanência de alguns desses grupos religiosos até os dias atuais.

A documentação revela que os arcebispos dom Jerônimo Tomé da Silva e dom Augusto Álvaro da Silva tomaram inúmeras medidas (exigência de reformulação dos compromissos, prestação de contas, inventários das associações e a publicação de portarias e cartas pastorais) para fazer cumprir a nova legislação eclesiástica, o *Código de Direito Canônico*, publicado em 1918, em substituição às *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707. Portanto, as associações leigas que permaneceram tiveram que realizar adaptações. A pesquisa se encerra em 1968 com a morte do Cardeal da Silva.

Dividi as associações leigas em irmandades, devoções, confraria e ordens terceiras. Os três primeiros grupos possuem características comuns e poderiam ser enquadradas como irmandades, mas utilizei como critério a forma como cada associação se autodenomina. Dessa forma, por meio do mapeamento, identifiquei 22 irmandades, 2 devoções, 1 confraria e 5 ordens terceiras, totalizando 30 associações leigas criadas entre os séculos XVII, XVIII e XIX e que permaneceram atuantes pelo menos até a primeira república. Dessa totalidade, 1 associação foi criada na República, 3 realizaram fusões, 6 foram extintas e 6 continuam ativas na atualidade. E elaborei um quadro das associações leigas com o nome de cada uma delas, ano de início das atividades, critério de filiação, localização, datas da aprovação e reformulação dos compromissos ou estatutos, data da festa e a situação na República.

No Programa de Pós-Graduação em História da UEM, ministrei a disciplina Tópicos especiais em cultura II que tinha como objetivo o estudo das diferentes formas de representação e apropriação elaboradas nas e sobre as cidades, expressas nas relações formais e informais do poder, nas sociabilidades, na organização do espaço público e nos modos de intervenção. Naquele momento, eu estava

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

encantada com Maringá. A cidade foi planejada pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná em 1947 e elevada à categoria de município em 1951. Ou seja, uma cidade da segunda metade do século XX. Os maringenses não entendiam como uma professora de História Medieval e moradora de uma cidade, Salvador, àquela altura com 467 anos e com praias, poderia gostar de Maringá. Eu estava fascinada pela urbanização da cidade com muitas áreas verdes (quatro parques), muitas árvores e canteiros de flores. Gostava de frequentar o mercado municipal, as feiras e os cafés. Eu fazia longas caminhadas, muitas vezes sem estabelecer um roteiro, apenas pelo prazer de descobrir novas ruas, lojas, padarias, bares e restaurantes.

Eu me sentia um flâneur pelas ruas de Maringá. E essa sensação se refletiu na escolha dos temas e da bibliografia para a disciplina. Decidi começar por duas referências importantes para discutir as cidades e as reformas urbanas no Brasil entre o final do século XIX e início do XX: Walter Benjamin (1994) para ler os poemas de Charles Baudelaire e discutir a modernidade e o flâneur em Paris, afinal, a capital francesa era o modelo de urbanização, modernidade e civilização para as capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador; João do Rio, que escrevia nos jornais cariocas sobre a “alma encantadora das ruas” e seus personagens, como malandros, mendigos, capoeiristas, sambistas, pais de santo etc. Por meio das narrativas desses dois autores discutíamos as cidades (inclusive Maringá foi planejada dentro de um projeto modernista de cidade-jardim) e sua diversidade cultural, trazendo, também, para o debate Mikhail Bakhtin com suas análises do carnaval, das festas religiosas e da circularidade cultural.

Os alunos demonstraram expectativa pelo recorte temporal e pela escolha que eu fazia dos temas e abordagens sobre cultura, pois, sabiam que, além da cidadania baiana, sou pesquisadora das religiões, religiosidades e manifestações culturais e religiosas da Bahia. Assim, a disciplina também tinha tópicos de cultura, religião e poder; cultura e festa: significados, resistências, violência e ressignificações.

Na companhia dos alunos e professores do curso de História da UEM, durante o ano de pós-doc, participei de quatro eventos acadêmicos. Foram momentos oportunos para apresentar os resultados parciais da pesquisa, estreitar os laços de amizade e acadêmicos com outros pesquisadores, especialmente, daqueles vinculados ao GTHRR, também viajar e conhecer outras cidades do sul e sudeste do Brasil.

O primeiro evento aconteceu em julho de 2016, em Florianópolis-SC: II Simpósio Internacional / XV Simpósio Nacional / II Simpósio Sul da Associação Brasileira de História das Religiões – ABHR. Com base na pesquisa realizada sobre o culto ao Senhor do Bonfim e outras invocações do Bom Jesus na Bahia e os recentes estudos sobre as irmandades, apresentei a comunicação oral *Irmãos do Bom Jesus: culto do Cristo crucificado na Bahia republicana*. A análise de Jacques Le Goff sobre o deus cristão medieval, no livro *O Deus da Idade Média*, ao discutir as funções da trindade, me ajudou a entender a percepção do Cristo crucificado como Bom Jesus. Segundo o medievalista, o Deus dos judeus e dos muçulmanos é o do Antigo Testamento, um Deus da justiça, que julga e pune, sem representação humana, enquanto o Deus do medievo é representado na figura humana do Deus Pai ou Bom Deus, que cuida e protege. O Deus Filho é o redentor, o que deu a vida, morreu na cruz, pela salvação das almas. É o Bom Jesus!

No mês de setembro foi realizada a semana de História da UEM, cujo tema era “História, memórias e biografias” com enfoque nas produções acadêmicas de três importantes historiadores: o inglês Eric Hobsbawm (1917 - 2012), o brasileiro Ciro Flamarion Cardoso (1942 - 2013) e o francês Jacques Le Goff (1924 - 2014). Participei de uma mesa redonda sobre o medievalista. Cada expositor deveria falar sobre a influência de Le Goff na sua atuação profissional. Éramos três historiadores com perfis diferentes. Eu, professora da História Medieval, mas com a maior concentração da produção acadêmica em História das Religiões e das Religiosidades. Por isso, a minha fala era

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

sobre as contribuições de Le Goff para o ensino da Idade Média, mas, também, do desenvolvimento do catolicismo como vertente cristã e da consolidação da Igreja Católica; o professor Jaime Reis é medievalista; a professora Solange Ramos de Andrade, pesquisadora do catolicismo e professora de teoria e metodologia. Essas diferenças demonstram a amplitude da contribuição de Jacques Le Goff para o medievo e para as discussões teóricas, como a relação História, memória e imaginário.

Em novembro eu retornaria ao Rio de Janeiro depois de mais de 20 anos. A última viagem foi para participar pela primeira vez de um congresso nacional da ANPUH, em 1991, numa excursão de ônibus de Ilhéus ao Rio com professores e colegas da UESC. As lembranças dessa viagem, do alojamento na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e do evento estiveram presentes em todos os momentos. Como não comparar a ansiedade da estudante de História com a confiança da historiadora que apresentava trabalho com resultados da pesquisa de pós-doutorado?

Bem, estava novamente na UERJ para participar do VI Encontro do GTHRR: História das Religiões, Literatura, Conceitos, Identidades. Participei da mesa redonda Espaços e conceitos religiosos, na qual ministrei a palestra “Associações leigas católicas: novos espaços, conceitos e perspectivas no séc. XX”. E ainda coordenei, junto com a professora Vanda Fortuna Serafim o ST História das Religiões e Religiosidades: crenças, práticas e hibridismos.

Em conversas com professores e alunos da UEM fui informada de que na disciplina História do Paraná era realizada uma viagem de estudo por algumas cidades do estado. Logo fiquei interessada no passeio, mas as vagas eram muito disputadas, o suficiente para a lotação de um ônibus. Eu justificava que, naquele ano, eu também era aluna matriculada na UEM e fiz campanha por um lugar. Consegui a vaga e em janeiro de 2017, juntamente com os professores Luciana Evangelista e Hudson Siqueira Amaro e os alunos da graduação em História, um grupo de historiado-

res andarilhos, portanto, partimos para uma semana de estudos, sociabilidade e aventuras.

Visitamos as cidades de Lapa, Curitiba, Paranaguá, Morretes e a Ilha do Mel. Em cada museu, centro cultural, igreja e fortaleza, a professora Luciana dava pequenas aulas de História e informações sobre os acervos. Para uma baiana em terras paranaenses, aquelas explicações eram extremamente enriquecedoras. É claro que as igrejas e museus de arte sacra eram os meus espaços favoritos de aprendizagem. Os alunos descobriram que eu estudava religiões e, geralmente, me enchiam de perguntas sobre os símbolos cristãos, o que muito me agradava.

Na volta para Maringá, eu já lamentava a passagem rápida do tempo e a proximidade da despedida. Em maio de 2017 participei, em Passo Fundo-RS, do V Simpósio do GT História das Religiões e Religiosidades – Regional Sul: Transe, êxtase e possessão nas religiões e religiosidades. Ministrei a palestra “Festa de Santa Bárbara e Iansã: os baianos entre fronteiras tênues e complementação de crenças” na mesa redonda A religião é uma festa: fronteiras tênues entre sagrado e profano. Também voltei a coordenar, com a professora Vanda Fortuna Serafim, o ST Crenças, devoções, rituais e festas: práticas e discursos nas religiões.

Esse foi o último evento antes do encerramento do pós-doc e do meu retorno à Salvador, em 5 de julho de 2017. Eu voltava para casa com uma bagagem grande, afinal, foi um ano intenso de acúmulo de experiências, vivências, conhecimento sobre a História das Religiões e das Religiosidades, afetos e novas inquietações de pesquisa.

4 Retorno às aulas e uma nova pesquisa

O afastamento de sala de aula, na verdade, foi de apenas um semestre, 2017.1, pois, no segundo semestre de 2016, eu ministrei uma disciplina no PPG História – UEM. Em agosto de 2017 voltei

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

para São Lázaro para ministrar as disciplinas História Medieval II e História das Religiões I na graduação.

Esse retorno me possibilitou o contato com novos estudantes e tive uma grata surpresa com a turma de História daquele ano, quando muitos se matricularam em História das Religiões I. O caráter optativo da disciplina sempre atraiu alunos de diversos cursos, mas, havia uma predominância dos graduandos de Museologia, único curso para o qual a disciplina era obrigatória. Porém, essa obrigatoriedade havia sido retirada do currículo. Assim, pela primeira vez desde que entrei na UFBA, a turma tinha 90% de alunos de História, o que me trouxe alegria e ânimo para recomeçar.

Esses alunos continuariam comigo no ano seguinte em História Medieval I e II e ainda na disciplina Tópicos Especiais de História - Religiões e religiosidades na Bahia (séculos XIX e XX), para discutirmos sobre o catolicismo, as religiões afro-brasileiras e as religiões mediúnicas. A abordagem dessas religiões na Bahia em período mais recente é sempre muito proveitosa porque muitas vezes, durante o curso, os graduandos aperfeiçoam seus projetos de pesquisa para as monografias finais do curso de História e para concorrerem ao mestrado. Desse grupo, selecionei duas bolsistas (Luiza Meneses e Thaíse Lopes) de iniciação científica para uma nova pesquisa no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em 2018. Portanto, comecei o ano com uma nova disciplina no PPGH e um novo projeto de pesquisa.

Uma das principais inquietações durante o pós-doc foi perceber o quanto os novos pesquisadores dos fenômenos religiosos têm receio de enquadrar suas dissertações e teses na área da História das Religiões e das Religiosidades. Apesar de utilizarem conceitos e aportes teórico-metodológicos concernentes à área, preferem vincular seus trabalhos à História Cultural. Eu queria discutir esse tema com os alunos da pós-graduação.

Dessa forma, criei a disciplina FCHL44 – TEH - Religião e Cultura com o objetivo de realizar o estudo das interfaces entre Religião e

Cultura por meio das distinções e aproximações temáticas, teóricas e metodológicas entre as diferentes disciplinas – História, Sociologia e Antropologia – que abordam os fenômenos religiosos e as manifestações culturais, avaliando suas relações formais e informais de poder, suas representações e tensões. Na primeira parte do curso, lemos e discutimos a bibliografia especializada que aborda as interfaces entre Religião e Cultura e os campos teórico-metodológicos da História das Religiões e História Cultural; na segunda, analisamos as questões sobre o popular, tema que perpassa as duas áreas; e, por último, identificamos e analisamos as diferentes abordagens de quatro objetos de pesquisa – a cidade; Deus, os deuses e as deusas/divindades/entidades; a festa e a morte – presentes também nas duas áreas e, geralmente, trabalhados na interdisciplinaridade.

Ainda em 2017, voltei a Maringá para realizar a audiência pública com os resultados da pesquisa de pós-doc e para participar do Congresso Internacional de História, realizado pela UEM. Após a minha comunicação oral no congresso, a professora Solange Andrade, minha supervisora de pós-doc, me fez o seguinte questionamento: Você fez o mapeamento das associações leigas que permaneceram no século XX. E agora, o que você vai fazer? Naquele momento, só pude responder que cheguei à constatação que, diante das 30 irmandades, confrarias e ordens terceiras identificadas e catalogadas, eu sabia que a pesquisa não estava finalizada, mas, ao contrário, me abria a possibilidade de estudar a estrutura e o funcionamento desses diferentes grupos, talvez de forma individualizada.

Em 2018, submeti o projeto “A Igreja Católica e o laicato (1918-1945)” ao PIBIC – UFBA. Com base na pesquisa de arquivo sobre as relações entre o arcebispado da Bahia e as associações leigas e o mapeamento realizado no pós-doc, resolvi que eu e as duas bolsistas de iniciação científica deveríamos nos deter sobre as legislações eclesiais. Aquele era o ano do centenário da publicação do *Código de Direito Canônico* que substituiu as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707). O principal objetivo do projeto foi analisar a

aplicação das normas do Código e as repercussões da nova legislação católica entre o clero e, especialmente, entre as associações leigas.

Entretanto, para se identificar as mudanças das regras, era necessário realizar uma comparação entre as duas legislações, a fim de verificar as permanências e mudanças nas normas que regem as ações do clero, as formas de vida religiosa e as vivências do catolicismo por parte dos leigos. Por isso, o recorte temporal começava em 1918, com a publicação do *Código*, e finalizava em 1945, abarcando parte do episcopado de dom Jerônimo Tomé da Silva (1893-1924) e 20 anos de atuação do arcebispo dom Augusto Álvaro da Silva (1924-1945).

Analisar as legislações eclesiásticas foi uma decisão acertada por dois motivos. Em primeiro lugar, porque são fontes fundamentais para quem estuda o catolicismo no Brasil, da colônia à república; segundo, porque muitos dos historiadores baianos tiveram que adaptar as suas pesquisas para enfrentar um problema: o fechamento de dois arquivos em janeiro de 2019. O Arquivo Público do Estado da Bahia passaria por uma reforma no seu prédio colonial. E o Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, cujo acervo estava guardado no Laboratório Eugênio Veiga (LEV), retornaria a sua antiga sede, a Cúria localizada na Praça da Sé. Na verdade, parte da documentação continua no LEV, reaberto no turno matutino no segundo semestre de 2019. Com a impossibilidade de fazer coleta de fontes nesses dois arquivos, a opção pela análise das *Constituições...* e do *Código...*, fontes publicadas em livros, seria viável. Embora a solução tenha frustrado as bolsistas que esperavam fazer o primeiro contato com os arquivos e as fontes primárias.

5 Supervisão de Pós-doutorado

Durante o ano de 2019 tive uma interessante experiência de orientação, a primeira supervisão de um estágio de Pós-Doutorado. André Luiz Rosa Ribeiro, assim como eu, fez graduação na UESC,

universidade da qual ele se tornou professor. Ele tem experiência com os temas da História Cultural, dentre os quais os estudos cimiteriais, a relação entre História e Literatura, patrimônio, memória e identidade afro-brasileira. Desenvolveu o plano de trabalho “Entre o terreiro e a redação: a memória da religiosidade afro-soteropolitana na imprensa, 1930-1950”.

Aceitei ser supervisora do trabalho de André porque estudo os hibridismos entre o catolicismo e as religiões afro-brasileiras e porque temos os mesmos recortes temporais e espaciais. Tivemos discussões proíficas sobre a bibliografia e as fontes, principalmente sobre os olhares dos profissionais da imprensa soteropolitana sobre as manifestações culturais e religiosas de matrizes africanas.

No primeiro encontro que tive com André para tratarmos da pesquisa dele, contei que eu estava revisitando a obra e o universo de Jorge Amado e Zélia Gattai. Tudo começou com a visita a Casa do Rio Vermelho, onde o casal morou e que hoje é um memorial. Retomei a leitura dos livros da Zélia memorialista, começando pelas memórias da sua família de imigrantes italianos, em *Anarquistas, graças a Deus* e *Città di Roma*, dos anos de exílio com Jorge na França e na República Tcheca, em *Jardim de inverno*, aos anos vividos em Salvador, a partir do final da década de 1950, em *A casa do Rio Vermelho*.

Enquanto fazia essas leituras, recebi um convite do professor Artur Cesar Isaia para escrever um artigo para o dossiê História, Literatura e Religião, da Revista *Fênix*. O meu primeiro pensamento foi escrever sobre um livro de Jorge Amado. Com esse propósito, voltei a ler *O sumiço da santa*, que eu havia lido pela primeira vez à época do lançamento, em 1988 e pela segunda durante o doutorado, pois era uma das referências da minha tese. Foi um prazer reler sobre o desaparecimento da imagem de Santa Bárbara e as aventuras de Iansã nos mercados e terreiros de Salvador. Dessa forma, publiquei o artigo *Bárbara e Yansã em O sumiço da santa: uma história de feitiçaria, de Jorge Amado*.

Muitos dos personagens de Jorge Amado são adeptos do candomblé, igrejas e terreiros são cenários privilegiados de enredos

que envolvem festas, rituais e devoções afro-católicas. No diálogo com André, amadurecemos algumas ideias sobre esses temas e escrevemos dois capítulos de livros, publicados em 2020: *Mãe d'Água: representações das devoções afro-brasileiras na imprensa soteropolitana e na literatura jorgeamadiana* e *Devoções afro-católicas nos romances O compadre de Ogum e O sumiço da Santa de Jorge Amado*.

O pós-doutorado, do qual não se obtém título acadêmico, é um estágio que pode ser muito produtivo, com um ano dedicado exclusivamente à pesquisa e o estabelecimento de novas parcerias, o diálogo com outros pesquisadores e publicações.

6 Viagem da Andaluzia aos Bálcãs

Nas aulas de História Medieval, eu fazia exposições ou dialogava com os alunos em seminários sobre as lutas em mouros e cristãos pela Península Ibérica, sobre a chegada dos muçulmanos e a formação das taifas (reinos), mas sentia que faltava a experiência de andar pelas cidades do sul da Espanha, visitar os museus, palácios, igrejas e mesquitas. Nas férias de julho de 2019 fui para a Espanha. Uma viagem cheia de expectativas.

No trem, de Madri para Córdoba, enquanto olhava a paisagem e pensava nos homens e mulheres da Idade Média que percorriam a região à pé ou nos lombos dos animais, enfrentando altas temperaturas, seja no verão ou no inverno, comecei a esboçar o memorial, pelo menos, escolhi os recortes temporais e fiz uma lista de temas que gostaria de abordar. Só comecei a escrever o texto em janeiro de 2020, com muitas interrupções, em função de prazos a serem cumpridos para artigos e capítulos de livros, aulas, orientações, bancas e as angústias da pandemia.

Emocionada, atravessei a ponte romana do Rio Guadalquivir. Rendia graças às muitas manifestações do sagrado quando me deparei

com a imagem do anjo e as dezenas de pequenas velas acesas aos seus pés. Ao olhar para ele, contemplei a cidade, a porta de entrada, o antigo castelo dos reis cristãos, as torres das igrejas e a mesquita, razão principal da minha estada ali. Eu me lembrava dos relatos das atividades comerciais às margens do rio e na ponte e das várias invasões de conquistas dos vândalos, visigodos, muçulmanos e do esplendor da sede do Califado de Córdoba, após a ocupação omíada.

Entretanto, não só de guerra viveram os cidadãos. A cidade teve, para o ocidente, a mesma importância que as cidades orientais Constantinopla, Damasco, Bagdá e o Cairo, no Egito. A biblioteca e o trabalho de tradução atraíam judeus, cristãos e muçulmanos letrados e que optaram pela tolerância religiosa na busca pelo conhecimento. Nela viveram vários expoentes da cultura árabe, sábios como Averróis e Maimônides. Era final de tarde, o sol ainda iluminava a cidade e seus monumentos, mas, não dava mais para fazer visitas. Dei voltas na mesquita, apreciando sua arquitetura, portas, arabescos e cores, nas partes em que as guerras e as intempéries não conseguiram apagar. Também entrei e andei, sem pressa no pátio, repleto de laranjeiras.

No dia seguinte, entrei na mesquita e tive duas sensações bem diferentes. Primeiro, o deslumbramento com a imensidão do espaço, com a infinidade de arcos, em bege e tom de terra. Chamam a atenção também os arabescos dos arcos dos nichos de oração. Que belo trabalho arquitetônico fizeram os muçulmanos do século VIII! Não por acaso, a beleza e a importância da maior mesquita do ocidente eram alardeadas por todo o mundo conhecido.

Tudo ia bem até eu me aproximar da parte da mesquita transformada em igreja católica a partir do século XIII. Embora, para mim, a História da reconquista fosse bem conhecida, fui tomada por uma angústia a cada vez que me aproximava de um altar. No de São Sebastião, o esperado era que eu parasse para rezar, como faço sempre que encontro uma imagem de um dos santos medievais por quem tenho devoção ou estudei suas hagiografias. Não consegui rezar, na verdade, nem tentei, fotografei e passei direto. Depois, cheguei

à conclusão de que seria um sacrilégio fazer uma oração cristã no lugar sagrado do islã. Foi quase insuportável ver a catedral erguida no século XVI no centro da mesquita.

Desde o doutorado estudo esses processos de apropriação de templos por povos conquistadores. A leitura do livro *Para um novo conceito de Idade Média*, de Jacques Le Goff, me fez refletir sobre as recusas da religião dominante sobre outras crenças. Le Goff identifica e analisa três formas da cultura eclesiástica destruir a cultura folclórica: pela destruição de templos e ídolos e referências folclóricas na literatura hagiográfica; por obliteração, por meio da sobreposição de monumentos, temas, práticas e personagens cristãos ao que o clero considerava pagão, fazendo com que os dominados aos poucos esquecessem e perdessem seus referenciais; ou por desnaturação, mudando radicalmente o significado dos elementos folclóricos, principalmente na literatura.

Aos poucos, especialmente nas viagens, fui observando e identificando esses processos e avaliando em que medida eles acontecem não apenas culturalmente, mas também no campo religioso. Numa viagem ao Peru, em 2004, observei os alicerces das igrejas construídas sobre as pedras dos templos incas destruídos. A obliteração foi largamente utilizada pelos católicos durante a Idade Média. Um bom exemplo é o Panteão de Roma, templo romano que foi inteiramente preservado, mas, transformado em igreja, com imagens dos santos, objetos rituais e símbolos cristãos.

Entretanto, a obliteração não foi uma exclusividade do catolicismo. Onde houve dominação de um grupo religioso podemos observar essa forma de destruição. Comecei a fazer essa reflexão em Istambul, na Turquia, ao visitar a Santa Sofia, que foi construída para ser igreja no império bizantino, despojada das suas imagens cristãs, ganhou minaretes e inscrições em árabe, se tornou mesquita na ocupação otomana, depois, foi transformada em museu e, em 2020, novamente convertida em mesquita.

A Mesquita de Córdoba foi construída no século VIII sobre os alicerces da Igreja de São Vicente. E, no século XIII, quando os cristãos

reconquistaram a cidade, promoveram reformas, construíram altares para abrigar seus santos e suas relíquias, até construírem na área central, uma monumental catedral, no século XVI. O meu incômodo foi maior com essa igreja porque, até então, eu tinha visto essas mudanças apenas por intermédio dos alicerces de antigos templos ou da organização museológica. Em Córdoba foi diferente. Do lado de fora, enquanto esperava o horário da visita turística, ouvi o sino tocar e vi os fiéis saindo de uma missa, ou seja, foi mais forte a percepção de completa substituição de significados de um espaço sagrado que já foi do outro, do muçulmano.

Granada e Sevilha também são cidades repletas de monumentos dos três grupos religiosos que viveram na Península Ibérica medieval. Agradava-me andar pelas ruas e identificar os bairros dos cristãos, a judiaria ou alfama e a mouraria.

Em Sevilha, eu não tinha mais a sensação de angústia, apesar de alguns monumentos terem passado pela obliteração, como é o caso da Giralda, o minarete transformado em torre sineira da catedral dedicada a Nossa Senhora, construída no século XIV sobre os alicerces da mesquita. Os palácios também tiveram a arquitetura e a decoração modificadas por cada povo que os ocupou. Os alcáceres reais é um bom exemplo. A construção do palácio começou com os romanos, foi moradia dos reis visigodos, das lideranças árabes e dos reis católicos. Por isso, o palácio tem diferentes estilos e paredes até a metade revestidas de azulejos, apesar da marcante presença dos arabescos nas portas, nos arcos e tetos. Ou os jardins, com características árabes, renascentistas e modernas.

Em Granada, destaca-se a Alhambra (cidade vermelha pela cor dos tijolos), a cidade/fortaleza construída pelos muçulmanos, entre os séculos XII e XIII, numa elevação. É um complexo arquitetônico citadino com palácio, mesquita, escolas, oficinas, jardins e um bairro fora da muralha. Granada foi o último reduto muçulmano reconquistado pelos reis católicos, Fernando II de Aragão e Isabel de Castela, em 1492. Eles fizeram da Alhambra a residência real e promoveram a destruição de móveis (ou transferência para outros locais) das

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

pinturas, sobretudo, dos dourados, cobertos de cal. Mesmo assim, as paredes, os arcos e tetos (em madeira) decorados com arabescos, símbolos da cultura árabe, ainda impressionam os visitantes.

Porém, aquela viagem ainda guardava outros aprendizados sobre o período medieval nos Balcãs. Aquela sonhada viagem para a Croácia finalmente aconteceria. Mas, esse não seria o destino, ainda tinha a Bósnia e a Sérvia no roteiro. A Croácia está na moda depois que as muralhas e algumas ruas de Dubrovnik serviram de cenário para o reino *King's Landing* da série *Game of Thrones*. Confesso que só comecei a assistir à série depois da viagem e para responder algumas perguntas dos meus alunos. Hoje, aproveito esse interesse deles para falar da importância de Dubrovnik no período romano, quando era chamada de Ragusa, tinha um excelente porto, era uma república, cidade-estado, cujo comércio com o oriente pelos mares Mediterrâneo e Adriático rivalizava com Veneza. O tempo inteiro eu buscava as referências medievais, visíveis na arquitetura da muralha, das igrejas, dos conventos e claustros, mas, infelizmente, invisíveis nos livros de História, principalmente, nos traduzidos para o português.

Na Bósnia e na Sérvia essa invisibilidade do passado medieval, para nós brasileiros, não é muito diferente. A História que conhecemos (de forma fragmentada) dos dois países está relacionada ao atentado que matou o arquiduque Francisco Fernando, da Áustria, em uma rua do centro de Sarajevo em julho de 1914. A discussão sobre o atentado e a luta de independência da Sérvia do império austro-húngaro levou à deflagração da Primeira Guerra Mundial. Ou ao período de 1992 a 1995, quando ocorreu a guerra entre a Bósnia e a Sérvia (que fazia parte da Iugoslávia e sua experiência comunista). O conflito teve repercussões em toda Península dos Balcãs. Porém, as capitais Sarajevo e Belgrado, respectivamente, apesar de terem construído memoriais e museus sobre esses conflitos, têm muito mais História para ser conhecida.

Os países bálticos tiveram ocupações de diferentes povos, desde os romanos, os otomanos, austríacos. Esses diferentes povos

deixaram suas marcas na cultura e na religião. Ainda hoje, existem bairros habitados, frequentados, locais de trabalho e de culto, com predominância cristã ortodoxa, católica, judia ou muçulmana. Influências que podem ser vistas nos estabelecimentos comerciais, na indumentária e nos gestos dos habitantes.

7 Linha de pesquisa e eventos acadêmicos na UFBA

Em 2017, quando voltei do pós-doc, o professor Marcelo Lima, medievalista, coordenador da linha de pesquisa “Sociedade, relações de poder e região”, me convidou para me vincular a essa linha do PPGH, afinal ela contempla o estudos das instituições (partidos, sindicatos, Igreja, imprensa etc.) e as suas relações de poder com a sociedade. Alguns mestrandos e doutorandos estudam a relação entre política e religião, inclusive, embora eu não tivesse um vínculo formal, já tinha orientado dissertações e teses com essa abordagem. Assim, passei a estar inscrita em duas linhas. Naquele ano participei do Seminário de História Política (SEHPOLIS) e em 2019, fiz parte da organização do evento, mediei mesa redonda e meus orientandos de mestrado, doutorado e iniciação científica fizeram comunicações.

Entre os dias 2 e 4 de outubro de 2019, foi realizado em Salvador o XIII Encontro Internacional de Estudos Medievais, com o tema “Sobre Margens, Diversidades e Ensino”, evento bianual da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM). Eu e o professor Marcelo Lima participamos da comissão organizadora juntamente com professores da Faculdade de Letras da UFBA, cujos professores Márcio Muniz e Célia Telles estavam na coordenação geral. A realização do Encontro em Salvador foi importante para aproximar os estudantes, professores e pesquisadores de História Medieval da região Nordeste com especialistas brasileiros e de outros países.

8 Novos rumos e parcerias

No segundo semestre de 2019, o Dr. Nuno de Pinho Falcão, professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira (UNILAB), procurava outros professores interessados na História da Assistência para compor uma equipe a fim de pesquisar a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Meu interesse pela proposta foi imediato, pois, seria a oportunidade de aliar os estudos das associações leigas católicas com a assistência prestada por uma dessas instituições. Assim, a equipe foi formada pelos professores doutores Nuno Falcão, Idalina Almeida de Freitas (sua colega da UNILAB), Marco Antônio Nunes da Silva (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB) e por mim. Esse formato reúne professores/pesquisadores de três universidades federais sediadas na Bahia, especialistas em assistência e religiões na História Medieval, Moderna e Contemporânea. Formada a equipe, visitamos o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, fizemos um levantamento preliminar das fontes e elaboramos o projeto de pesquisa.

A assistência na Europa medieval estava baseada na idéia cristã de caridade. A assistência aos desvalidos era patrocinada pela Igreja Católica e incentivada aos fiéis leigos das classes abastadas como forma, inclusive, de redistribuir a riqueza, muitas vezes acumulada pelo pecado da usura. Assim, o clero, a nobreza e os comerciantes, assim como os grupos profissionais reunidos em corporações de ofício e confrarias, se juntavam para construir hospitais. Os beneficiados eram os doentes pobres, mendigos, órfãos, enjeitados, presos, escravos e peregrinos, numa época em que não havia uma clara distinção entre hospitalidade e assistência.

Porém, após o século XIV, principalmente com o enfrentamento da peste negra, começaram as construções de hospitais específicos para os doentes, surgindo, dessa forma, os leprosários, lazaretos e

os hospitais no sentido que conhecemos hoje. A Santa Casa de Misericórdia de Lisboa foi fundada em 1498 em consonância com a dupla função das irmandades: promover o culto e a caridade, ou seja, homenagear os santos de devoção, promover a ajuda mútua (na vida e na morte) aos irmãos e prestar serviços assistenciais aos pobres.

A partir da constatação de que as misericórdias assumiram um importante papel social e nas relações de poder no mundo lusófono, no Brasil desde o período colonial, e mais especificamente, na Bahia, elaboramos o projeto “A Santa Casa da Misericórdia de Salvador: Culto e Caridade na Bahia (1549-1930)”. Apesar das transformações durante essa longa temporalidade, a Misericórdia prolongou a sua atuação e significado até os dias atuais. O recorte temporal começa com a fundação da Santa Casa de Salvador em 1549 e se encerra na Primeira República, momento em que o Estado assume atribuições de assistência que eram próprias da instituição. Tem por objetivo promover uma pesquisa sistematizada, por via do levantamento documental, produção de bases de dados e análise de resultados construída sobre dois eixos temáticos estruturantes na história das Misericórdias: culto e caridade.

As primeiras reuniões dos quatro pesquisadores do projeto revelaram o quanto o grupo é diversificado em função das diferentes trajetórias acadêmicas e das áreas da História e temporalidades nas quais atuamos. Eu sou professora de História Medieval e pesquiso no campo da História das Religiões e das Religiosidades; Idalina Freitas pesquisa a História Atlântica, a História da África e as relações de gênero; Marco Antônio Silva dedica-se aos estudos inquisitoriais; e Nuno Falcão pesquisa ordens religiosas, missão e História da África. O ponto em comum, embora bastante amplo, é o interesse pela História do mundo lusófono e atlântico.

Dessa forma, pensamos na criação de um grupo de pesquisa que acolhesse, no primeiro momento, o projeto em comum, mas também abarcasse nossas pesquisas individuais e/ou realizadas com outras parcerias, seja com outros pesquisadores ou orientandos. Em janeiro de 2020, eu solicitei a Pró-Reitoria de Pesquisa da

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

UFBA o cadastro do grupo *Religiões e Assistência no Mundo Atlântico e Lusófono* – RAMAL no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A certificação só aconteceu em agosto.

Além dos projetos de pesquisa, o grupo também deve acolher os eventos acadêmicos que pretendemos realizar, sendo que dois deles serão sobre a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Consideramos importante manter contato e troca de experiências com pesquisadores de outros países, sobretudo de Portugal, que estudem as Misericórdias. Com o intuito de estabelecer uma parceria internacional, nos vinculamos ao Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM), da Universidade do Porto. Cheios de expectativas, começamos a pesquisa no arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Salvador em janeiro. Fizemos uma parada em fevereiro, em função das nossas férias e período de festas, como o Carnaval, e retornamos em março. Porém, já vivíamos a tensão da divulgação dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil e encerramos as visitas à Pupileira (prédio onde funciona o arquivo) no dia 13 de março. A direção do arquivo disponibilizou alguns livros de atas digitalizados e, por enquanto, estamos fazendo a pesquisa de forma remota.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 é visto por muitas pessoas como catastrófico e obscuro e por outras como um novo ciclo. Eu me enquadro no segundo grupo. Muitas mudanças ocorrerão na nossa visão de mundo, na forma de trabalhar, estudar, crer, se relacionar, enfim, viver. Apenas em um ano já foram muitas as novas experiências.

Em 18 de março a UFBA suspendeu as atividades acadêmicas presenciais. Na mesma semana a Santa Casa de Misericórdia fechou o arquivo. Então, segui as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e me recolhi para viver o isolamento. Rapidamente, me dei conta de que o acesso a internet e diante da quantidade de atividades que poderíamos realizar de forma remota, não estávamos isolados, e sim, mantendo o distanciamento social.

E me lembrei mais uma vez da Idade Média e de Tomás de Aquino. Nos momentos de epidemias e da pandemia de Peste Negra no século XIV, especialmente nas doenças causadas por vírus e com complicações respiratórias, as pessoas se isolavam dentro das muralhas das cidades, em suas casas (aqueles que as possuíam) e nas propriedades agrícolas e nas florestas. Na maioria das vezes toda comunicação era cortada. Nos dias atuais, nos distanciamos dos outros, mas, os meios digitais nos permitem o acesso às informações e o contato virtual.

Voltei a ler a *Carta sobre o modo de estudar*, de Tomás de Aquino. Não que ele trate de epidemias, mas dá instruções para a vida contemplativa e de estudos no convento, afinal era um monge, com passagem pela regra e espiritualidade beneditina e ordenação dominicana. Aquino recomendava o recolhimento para se chegar “à adega do vinho da sabedoria”. Além disso, diz que é preciso mostrar-se amável com todos, mas evitar excessos de familiaridade, o que poderia ocasionar desprezo e atraso nos estudos. Aquino exorta o monge a frequentar sua cela. Nós, seres da era digital, no primeiro semestre de 2020, deveríamos ficar em

casa. Era preciso evitar o contato direto com parentes, vizinhos e amigos e todo tipo de sociabilidade presencial.

Os meios de comunicação estavam cheios de reportagens de como preencher o tempo entre paredes. Eram muitas as indicações de séries televisivas para maratona, filmes para assistir e logo surgiram as *lives*, com shows de música ou palestras e mesas redondas, nas mais diversas plataformas digitais. Eu tive a ilusão de que viveria o ócio em casa. Para combater um possível tédio, baixei aplicativo de meditação, comecei a bordar e já estava animada com as possíveis leituras de livros há muito comprados e guardados na estante à espera de tempo livre. Entretanto, na segunda semana, além dos serviços domésticos, eu já tinha uma lista imensa de tarefas: escrita do memorial e de artigos acadêmicos; horários agendados de orientação de graduação, mestrado e doutorado; bancas de qualificação e defesa. E o pior, já estava com os olhos cansados e irritados de tantas horas voltados para as telas.

Não havia tempo para o tédio e a meditação não dava conta da mente inquieta, refletindo, pesquisando e escrevendo sobre epidemias e a pandemia de Covid-19, revisitando o passado medieval, em busca de explicações de como os homens e mulheres da Idade Média lidaram com a primeira pandemia, a Peste Negra, e os surtos epidêmicos. Comecei a encarar o tempo presente como uma mudança de ciclo, nas minhas experiências, vivências e na trajetória de pesquisa a partir de agora. Alguns questionamentos, inclusive, certamente farão com que eu tenha outro olhar sobre as fontes já coletadas e analisadas. O sentimento religioso pode até ser o mesmo, mas, a sua exteriorização, por meio das festas e devoções, certamente sofrerá mudanças.

Como historiadora das religiões e religiosidades, uma das principais questões é quais serão as permanências e mudanças nos ritos, nas práticas devocionais e nas atitudes diante da vida e da morte dos grupos religiosos após o cessar da pandemia. Sei que continuarei a pesquisar sobre as associações leigas católicas, suas devoções e festas, mas, provavelmente a relação presente/passado estará mais em evidência.

O recorte temporal que tenho adotado nas pesquisas sobre as associações leigas começa no século XIX e, por enquanto, termina em 1968. Eu analisava as mudanças ocorridas durante a primeira república em função de fatores políticos (mudança de regime, projetos de modernização, o Estado assumindo a assistência à saúde), sociais (mudanças nos costumes, como novas formas de sociabilidade: teatro, cinema, Carnaval) e religiosos (reforma da Igreja, nova legislação eclesiástica, consolidação de outros grupos religiosos – candomblé, umbanda, espiritismo,).

Dentro dessa periodicidade, elegi o ano de 1918 como um marco importante das transformações nas relações entre o clero e os leigos a partir da publicação do *Código de Direito Canônico* e as novas regras para o funcionamento das irmandades, confrarias, ordens terceiras e pias uniões. Porém, até março de 2020, não atentei para o fato de que naquele ano também ocorreu a pandemia da Gripe Espanhola. As leituras preliminares sobre o tema já apontam mudanças ocorridas na forma de vivenciar a religiosidade, pois, festas aos santos foram suspensas, assim como foram proibidos os ritos fúnebres, para evitar a disseminação da doença. Atualmente, faço levantamento de questões e hipóteses para quando puder voltar aos arquivos, coletar mais fontes desse período para avaliar os impactos da pandemia nas práticas religiosas dos baianos.

A pandemia de Covid-19 trouxe mudanças significativas nas práticas religiosas. Clérigos e leigos tiveram que se adaptar. Velórios, acompanhamento de enterros, missas, procissões e festas foram suspensos e/ou passaram a ser realizados de forma virtual. Os leigos católicos ainda mantêm determinados ritos na vida e na morte. Em vida, festejar os santos ainda ocupa lugar de destaque no culto. Na morte, os irmãos de fé rezam e realizam os ritos considerados necessários à salvação da alma e à passagem para a vida eterna.

Embora os ritos fúnebres tenham sido simplificados em relação à ideia do bem morrer vigente até o início do século XX, há o costume de velar o morto com flores, orações e, por vezes, missa,

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

e acompanhar o corpo até o túmulo, carneiro ou gaveta. As associações leigas mantêm esses ritos coletivos. O primeiro impacto da pandemia foi a interdição dos ritos fúnebres. Para os mortos que tiveram a doença confirmada ou a suspeita, os caixões saíam direto dos hospitais para os cemitérios para a realização de enterros rápidos, sem acompanhamento e, muitas vezes, em covas coletivas. Para os que morriam de outras enfermidades, os velórios, quando permitidos, foram realizados de forma rápida por poucos familiares. Futuramente, os estudiosos das religiões terão que identificar as práticas que foram retomadas e as que desapareceram e avaliar as consequências dessas mudanças na vivência religiosa.

Quanto às festas e celebrações da vida, impossível não comparar o momento com o ano de 2019, tão significativo para os católicos baianos que presenciaram as comemorações pela canonização do Anjo Bom da Bahia, Irmã Dulce. No dia 20 de outubro, os fiéis encheram o estádio da Fonte Nova, cerca de cinquenta mil pessoas, numa grandiosa celebração. Esperava-se uma grande festa, a primeira em honra de Santa Dulce dos Pobres, em 13 de agosto de 2020. Houve uma drástica redução no evento programado. A missa solene foi celebrada no santuário apenas para cinquenta pessoas de forma presencial e transmitida pela internet. Depois, um carro com a imagem da santa percorreu as principais ruas da cidade baixa.

Uma das primeiras providências da Arquidiocese da Bahia e da Devoção do Senhor do Bonfim foi fazer uma procissão em forma de carreata com a imagem peregrina do Senhor do Bonfim pelas ruas de Salvador. Na história da devoção, desde o século XVIII, esse ato de clemência ao Jesus crucificado para cessar uma epidemia foi realizado em 1855, quando o cólera ceifava vidas, e em 1918, durante a pandemia de gripe espanhola. Entretanto, os adeptos das religiões afro-brasileiras, também realizaram uma carreata na qual um carro levava os elementos simbólicos, como a pipoca, de Omolu, o orixá que afasta as doenças.

Em meio à pandemia, escrever o memorial foi um bálsamo. Revirei os baús, da memória da dor e da delícia de ser professora e

pesquisadora e também das caixas onde guardo cartas, fotografias, informações de museus e sítios arqueológicos, anúncios de festas, convites para eventos acadêmicos, imagens de santos, orações, recortes de jornais e uma série de recordações que aos olhos dos outros são tranqueiras e aos meus, são documentos.

Comecei a narrativa das memórias da minha trajetória acadêmica em 1994, pois em janeiro coleí grau da graduação em Estudos Sociais, com habilitação em História, e me mudei para Salvador. Naquele momento eu já acumulava quatro anos de experiência no ensino fundamental e no ensino médio. No mesmo ano comecei a cursar a Especialização em História Regional, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Começava, dessa forma, a realizar pesquisa e a me preparar para o ensino universitário. São 25 anos de ensino na universidade na graduação e pós-graduação. Orientei trabalhos em todos os níveis e graus universitários, desde os projetos e as monografias da licenciatura e do bacharelado da graduação e especialização, os projetos de pesquisa da iniciação científica, às dissertações de mestrado e teses de doutorado, à supervisão de estágio de pós-doutorado.

Ao lembrar momentos da minha trajetória acadêmica, como sugere Tomás de Aquino, me deixei levar pelas águas calmas dos riachos, aperfeiçoei os instrumentos de navegação para percorrer os meandros do rio até chegar ao mar. O objetivo de chegar ao conhecimento foi alcançado, porém, não é o fim, pois o mar traz seus próprios desafios e suas tormentas. Os povos ibéricos navegaram pelo Mar Mediterrâneo e, ao enfrentarem o Oceano Atlântico, trouxeram para o novo mundo parte das crenças, devoções e festas que eu pesquiso. As vivências e experiências com o sagrado dos europeus foram ressignificadas no encontro com outros povos, indígenas e africanos. Portanto, chegar ao conhecimento no tempo histórico significa vencer uma etapa e estar preparado para enfrentar novos desafios e vivenciar novas experiências.

Nesse processo de recordar, selecionar, recortar e construir uma narrativa desses 30 anos de magistério, ri, chorei, avaliei erros e acertos e anotei ideias para novos projetos. Li alguns memoriais

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

nos quais encontrei inspiração, mas, constatei que, por mais que nosso trabalho de ensino e pesquisa seja realizado de forma coletiva, cada trajetória é única, afinal como cantam Almir Sater e Renato Teixeira, “Cada um de nós compõe a sua história / E cada ser em si carrega o dom de ser capaz / E ser feliz”².

² Trecho da música *Tocando em frente*, composta em 1992 por Renato Teixeira e Almir Satter.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Distinções no campo de estudo da Religião e da História. In: GUERRIERO, Silas (org.). **O estudo das religiões**: desafios contemporâneos. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 57-68. Coleção Estudos da ABHR.

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Historiografia e Religião. **Revista Nures**, São Paulo, n. 5, janeiro/abril 2007 Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica – SP. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistanures>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

AMADO, Jorge. **Bahia de todos os Santos**: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador. São Paulo: Martins, 1945.

AMADO, Jorge. **O sumiço da Santa**: uma história de feitiçaria. Rio de Janeiro: Record, 1988.

AMADO, Jorge. **O compadre de Ogum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

AQUINO, Tomás de. De modo studendi (Carta sobre o modo de estudar). In: LAUAND, Luiz Jean (org.). **Cultura e educação na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 299-302.

ARAÚJO, Nelson de. **Duas formas de teatro popular do recôncavo baiano**. Salvador: Edições O Vice-Rey, 1979.

ARMSTROG, KAREN. **Uma História de Deus**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

ASLAN, Reza. **Deus: uma história humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

ASLAN, Reza. **Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da UNB, 1987.

BARROS, José D'Assunção. As análises de Henri Pirenne sobre os desenvolvimentos feudais e urbanos e sua recepção crítica na historiografia. **OPSIS**, Catalão, v. 15, n. 1, p. 271-287, 2015. Disponível: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/31265/20048>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BENJAMIN, Walter. O Flâneur. In: **Obras escolhidas III**. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 33-65.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOCCACCIO, Giovanni. **Decamerão**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

CAMPOS, João da Silva. **Procissões tradicionais da Bahia**. 2. ed. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2001.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Salvador: Imprensa Vitória, 1947.

CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

COUTO, Edilece S. **A puxada do mastro**: transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença (Ilhéus-BA). Ilhéus-BA: Editora da Universidade Livre do Mar e da Mata, 2001.

COUTO, Edilece S. COUTO, Edilece Souza. **Tempo de festas**: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940). Salvador: EDUFBA, 2010.

COUTO, Edilece S. Bárbara e Iansã, as donas dos mercados de Salvador. In: RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (org.). **Estudos da festa**. V. 1. Salvador-BA: EDUFBA, 2012. p. 111-131.

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

COUTO, Edilece S. A expulsão dos jesuítas de Portugal pela República e a fundação do Colégio Antônio Vieira na Bahia. In: FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís Machado de (org.). **Para a história das ordens e congregações religiosas em Portugal, na Europa e no mundo**. V. 2. Lisboa: Paulinas, 2014. p. 621-630.

COUTO, Edilece S. Festas afro-católicas em Salvador, Bahia, Brasil. **Revista del CESLA**, v. 18, p. 117-142, 2015.

COUTO, Edilece S. Festa de Santa Bárbara e Iansã: os baianos entre fronteiras tênues e complementação de crenças. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 11, p. 203-219, 2018. Disponível: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/41541/751375137644>. Acesso em: 6 abr. 2020.

COUTO, Edilece S. Bárbara e Yansã em O sumiço da Santa: uma história de feitiçaria, de Jorge Amado. **Fênix**, UFU, v. 16, p. 1-22, 2019. Disponível: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/356>. Acesso em: 10 nov. 2020.

COUTO, Edilece S.; MOURA, Milton Araújo. Oferendas e bilhetes para o Caboclo e a Cabocla na Festa do 2 de julho na Bahia. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, p. 201-229, 2019. Disponível: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/47521/751375139721>. Acesso em 10 nov. 2020.

COUTO, Edvaldo S. **Entre rotas, nexos e redes colaborativas:** notas de um memorial acadêmico. Aracaju: EDUNIT, 2017.

DUBY, George. **Ano 1000, ano 2000:** na pista de nossos medos. São Paulo: Editora UNESP / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

DUFFY, Eamon. **Santos & pecadores: história dos papas.** São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda, 1998.

ECO, Umberto. **Baudolino.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRANCO JR., Hilário. **O ano mil: tempo de medo ou de esperança?** São Paulo: Companhia das Letras, 1999, Coleção Virando Séculos.
FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996. p.167-182.

GATTAI, Zélia. **Anarquistas, graças a Deus.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GATTAI, Zélia. **A casa do Rio Vermelho: memórias.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GATTAI, Zélia. **Jardim de inverno: memórias.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GATTAI, Zélia. **Città de Roma.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JACQ, Christian. **Ramsés: O filho da luz.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

JANCSÓ, Isteván; KANTOR, Íris (org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa.** São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001.

JOSEFO, Flávio. **História dos hebreus**. São Paulo: CPAD, 2015.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média** – com a colaboração de Jean-Maurice de Montremy. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média**. Conversas com Jean-Luc Pouthier. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novos objetos/história: novas abordagens/história: novos problemas**. V. 3. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MACEDO, José Rivair. Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese. **Estratto de Reti Medievali Rivista**, v. 2, 2006/1 (gennaio, giugno). Disponível em: <https://doi.org/10.6092/1593-2214/153>. Acesso em: 4 maio 2020.

MATTOSO, Kátia. **Bahia, século XIX**: uma província do império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOURA, Lucyvanda (org.). **Ecumenismo e cidadania**: a trajetória da Coordenadoria Ecumênica de Serviço. São Leopoldo: CEBI, 2013.

OLIVEIRA, Waldir Freitas; COUTO, Edilece S. **Colégio Antônio Vieira, 1911-2011: vidas e histórias de uma missão jesuíta.** Salvador: EDUFBA, 2011.

PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhos.** São Paulo: UNESP, 2000.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

PRIORE, Mary del. **Festas e utopias no Brasil colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, André L. R.; COUTO, Edilece S. Devoções afro-católicas nos romances O compadre de Ogum e O sumiço da santa de Jorge Amado. In: SÁ, Charles; SANTIAGO, Daniela; SAMPAIO, Thiago (org.). **História e literatura: conexões, abordagens e perspectivas.** V. 1. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2020. p. 21-31.

RIBEIRO, André L. R.; COUTO, Edilece S. Mãe d'Água: representações das devoções afro-brasileiras na imprensa soteropolitana e na literatura jorgeamadiana. In: ISAIA; ALVES; ELESBÃO; LUCAS; FERREIRA; OLIVEIRA; SCHEFFER (org.). **História, cultura e religiosidades afro-brasileiras.** V. 3. Canoas-RS: Universidade LaSalle Editora, 2020. p. 49-52.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural/ Divisão de Educação, 1995.

HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos:** a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília-DF: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, Cândido da Costa e. **Os segadores e a messe:** o clero oitocentista na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiro da vida e da morte:** um estudo do catolicismo o sertão da Bahia. 2. ed. revisada. Salvador: Sagga, 2017.

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades, igreja e devoção no sul do império do Brasil.** São Leopoldo: Oikos, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 1987.



Edilece Souza Couto

Professora Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia – UFBA; Realizou Pós-Doutorado em História (2016-2017) no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá – PPH-UEM; Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Assis - São Paulo (2004); Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq: Pq2; Líder do Grupo de Pesquisa Religiões e Assistência no Mundo Atlântico e Lusófono – RAMAL; Pesquisa religiões, religiosidades e crenças, especialmente as associações leigas católicas com suas devoções e festas.

**HISTÓRIA(S), FESTAS E DEVOÇÕES:
MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA**